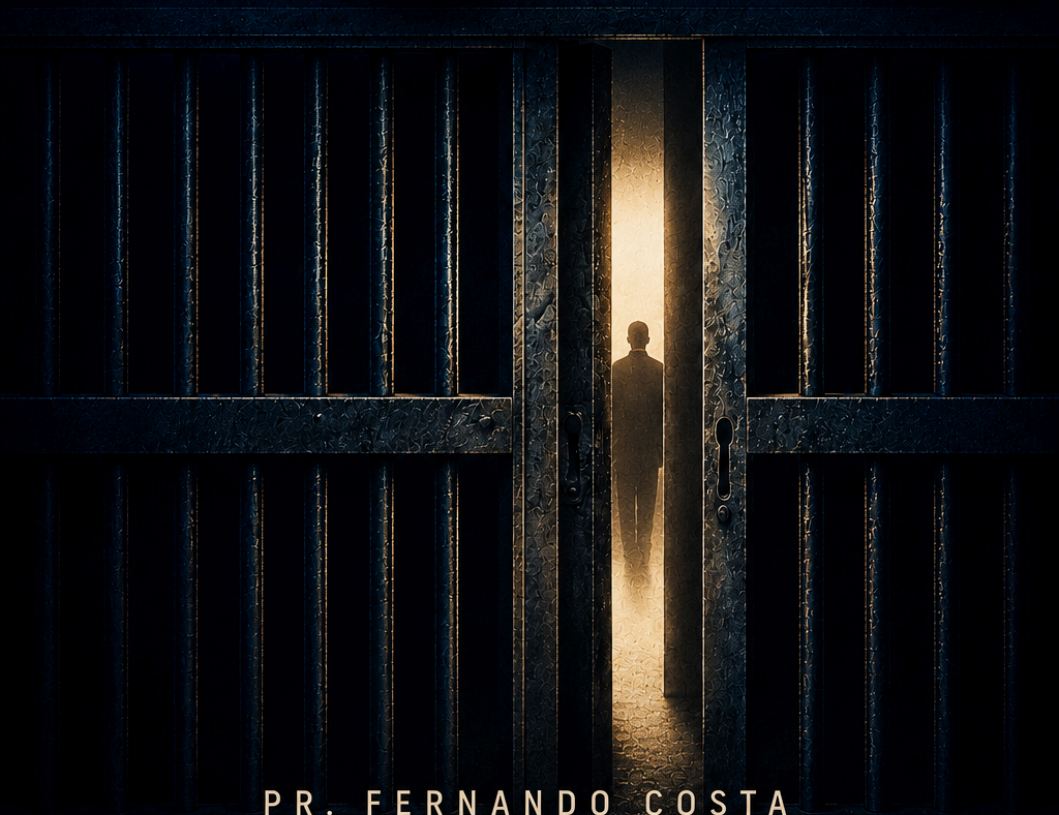


CHAVE

30 anos de capelania prisional como método ensinável



PR. FERNANDO COSTA

CHAVE

*30 anos de capelania prisional como método
ensinável*

Pr. Fernando Costa

eBuz Negócios Digitais

Copyright © 2026 Pr. Fernando Costa.
Todos os direitos reservados.
ISBN: a definir.
Brasília, 2026

eBuz Negócios Digitais

S U M Á R I O

<i>Prefácio</i>	7
Apresentação	10
<i>Introdução</i>	12
Parte I — A Igreja Que Chega Tarde	16
1. Você não chegou aqui por acaso	20
2. A primeira visita que ninguém esquece	23
3. O silêncio depois do portão	26
4. Por que a igreja local não sustenta	29
5. A janela de trinta dias	32
6. Quem cumpre pena além do preso	35
7. As três denominações que abriram caminho	39
8. Pastoral Carcerária e capelania evangélica	42
9. Quarenta anos de tradição em formação	45
10. Os números que ninguém olha	48
11. O capelão que queima nos primeiros dois anos	51
12. Não falta vocação. Falta método.	54
Parte II — Os Que Entraram Sem Método	56
1. O capelão que pregou antes de ouvir	60
2. O grupo que entrou só no Natal	63
3. A promessa que não pode entregar	66
4. O que o reeducando sente em três minutos	69
5. O sermão que fechou a porta	71
6. A diretoria que recusou o credenciamento	73

7. A cela evangélica como sintoma	76
8. Quem queima sem ser visto	79
9. O ministério individual sem casa institucional	81
10. Seis grupos Batistas no mesmo presídio	85
11. A bibliografia que não conversa com o Brasil	88
12. A turma que aprendeu a pregar e esqueceu de servir	91
13. O crime invisível da capelania sem método	94

Parte III — O Que 30 Anos Ensinam E O

Seminário Não 97

1. O que o seminário não ensina	101
2. Conhecimento tácito do capelão veterano	105
3. A leitura sensorial do cárcere	108
4. As diferenças entre unidades	111
5. A anamnese pastoral do reeducando	114
6. O que muda em cinco anos no mesmo lugar	117
7. A teologia que precisa ser reescrita no chão	120
8. O burnout que ninguém menciona em conferência	123
9. A diferença entre vocação e disponibilidade	126
10. Aprender a sair do presídio	128
11. O que a esposa do capelão precisa entender	130
12. Trinta anos depois, ainda há o que aprender	133

Parte IV — CHAVE: O Método Que Destrava . . 135

Pilar C — Chamado	139
Pilar H — Humildade	143
Pilar A — Atenção	146
Pilar V — Vivência	150
Pilar E — Estrutura	154
Aplicação 1. Cadastramento na SEJUS/SEAPE	159
Aplicação 2. Como falar com a diretoria	162
Aplicação 3. Estrutura de um culto carcerário eficaz	165

Aplicação 4. Atendimento individual em local apropriado . .	168
Aplicação 5. Material permitido e proibido	171
Aplicação 6. A cela evangélica como pastoral	174
Aplicação 7. A janela crítica de 30 dias na prática	177
Aplicação 8. A família do reeducando	180
O Sistema CHAVE em uma página	183
Parte V — Volta, Mas Com Método	186
1. A frase memorizada antes do portão	190
2. As cinco coisas que vão acontecer	192
3. As cinco coisas que NÃO vão acontecer	194
4. Articulação política e cenário regulatório	196
5. Multiplicação ministerial	199
6. A próxima geração da capelania brasileira	202
7. Pastoral Católica + Capelania Evangélica	205
8. O programa CHAVE: 12 meses	208
9. A Igreja brasileira em 2055	211
10. Volta. Mas dessa vez, com método.	214
A volta ao portão	216
O que ficou depois	219
A despedida	221
<i>Apêndice: Apêndice A — Referências bibliográficas</i>	<i>224</i>
<i>Apêndice: Apêndice B — Glossário</i>	<i>229</i>
<i>Apêndice: Apêndice C — Legislação anotada</i>	<i>233</i>
<i>Apêndice: Apêndice D — Modelos de documentos</i>	<i>237</i>
<i>Apêndice: Apêndice E — Sobre o autor</i>	<i>241</i>

Prefácio

Ao longo de minha trajetória como advogada criminalista, tive a oportunidade de conhecer o sistema de justiça criminal por diversos ângulos. Vi processos, sentenças, absolvições e condenações. Vi a aplicação da lei em sua dimensão técnica e institucional. Contudo, também aprendi que existem aspectos da realidade humana que não podem ser compreendidos apenas pelos autos de um processo ou pelos limites de uma decisão judicial.

Por mais necessária que seja a justiça, ela não esgota as necessidades da pessoa humana. Há feridas que não são alcançadas pela sentença, vazios que não são preenchidos pelo cumprimento da pena e desafios que permanecem mesmo após a abertura dos portões da liberdade.

Foi nesse contexto que, há mais de dez anos, passei a acompanhar de perto a obra desenvolvida pelo Pastor Fernando. Ao longo desse período, testemunhei não apenas a dedicação de um homem ao seu chamado, mas também os frutos concretos de um trabalho sério, perseverante e transformador junto a pessoas privadas de liberdade, seus familiares e comunidades inteiras.

Acompanhei histórias de restauração, reconciliação e esperança. Vi homens e mulheres encontrarem um novo sentido para suas vidas. Observei famílias reconstruírem vínculos antes considerados perdidos. Acompanhei comunidades serem impactadas

pelo trabalho silencioso e constante de capelães comprometidos com o cuidado integral do ser humano.

Por isso, considero especialmente relevante a proposta apresentada nesta obra.

Durante muito tempo, a capelania foi compreendida principalmente como uma vocação individual, sustentada pela sensibilidade espiritual, pela disposição para servir e pelo amor ao próximo. Essas características continuam sendo indispensáveis. Contudo, a experiência demonstra que a boa vontade, por si só, não é suficiente para enfrentar a complexidade dos desafios encontrados nos ambientes de vulnerabilidade humana.

É justamente nesse ponto que esta obra oferece uma contribuição singular.

Ao sistematizar três décadas de experiência prática, pesquisa, formação e atuação ministerial, o Pastor Fernando apresenta a capelania não apenas como um chamado, mas como um método ensinável. Um método que pode ser aprendido, transmitido, aperfeiçoado e multiplicado, permitindo que novas gerações de capelães atuem com maior preparo, equilíbrio, segurança e efetividade.

A proposta do sistema CHAVE representa um importante avanço para a consolidação da capelania como campo de conhecimento, prática ministerial e serviço social. Seus princípios oferecem fundamentos sólidos para aqueles que desejam servir em contextos de privação de liberdade, hospitais, instituições de acolhimento, comunidades vulneráveis e tantos outros espaços onde a presença humana, a escuta qualificada e o cuidado espiritual se fazem necessários.

Como profissional do Direito, reconheço a importância das instituições, das políticas públicas e da aplicação da lei. Como observadora da realidade humana, reconheço igualmente a importância da fé, da escuta, do acolhimento e da presença pastoral. Não se trata de dimensões opostas, mas complementares. A verdadeira transformação social ocorre quando a justiça e a compaixão caminham juntas.

Este livro nasce exatamente desse encontro entre experiência, vocação e método.

Tenho convicção de que sua leitura será valiosa para capelães, líderes religiosos, educadores, profissionais das áreas jurídica e social, voluntários e todos aqueles que compreendem que cuidar de pessoas é uma das mais nobres missões que alguém pode abraçar.

Ao concluir estas palavras, registro minha admiração pelo trabalho desenvolvido pelo Pastor Fernando ao longo de todos esses anos e minha gratidão a Deus pelos frutos que tenho visto surgir dessa missão.

Que esta obra inspire, capacite e encoraje muitos outros homens e mulheres a servir com excelência, sensibilidade e propósito, tornando-se instrumentos de transformação humana e social onde quer que estejam.

Dra. Ivoneide Carvalho Silva e Silva
Advogada Criminalista

capítulo

Apresentação

É com grande alegria e gratidão a Deus que apresento esta obra, fruto da experiência ministerial, da sensibilidade e do compromisso cristão de seu autor, Pastor Fernando Costa, no exercício da capelania prisional.

A capelania desempenha um papel de inestimável valor na sociedade, especialmente em contextos marcados pela dor, pela exclusão e pela vulnerabilidade humana. Nos estabelecimentos prisionais, onde tantas histórias são atravessadas por perdas, conflitos e desafios existenciais, a presença do capelão representa mais do que assistência religiosa: constitui um testemunho vivo de acolhimento, esperança e transformação.

Ao longo das Escrituras encontramos a demonstração do amor redentor de Deus alcançando homens e mulheres em suas mais diversas condições. O Evangelho de Jesus Cristo é, por excelência, a mensagem da transformação, da restauração e da esperança. Nesse contexto, a capelania prisional ocupa um lugar de singular importância. Mais do que um serviço de assistência religiosa, ela representa a presença da Igreja do Senhor em ambientes que clamam por esperança.

Quando Cristo é anunciado com fidelidade, vidas são transformadas, homens e mulheres encontram perdão, propósito e uma nova identidade. Correntes espirituais são quebradas e histórias que pareciam destinadas ao fracasso passam a refletir o poder

restaurador do evangelho. A mensagem da cruz continua sendo o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, independentemente de sua condição social, circunstancial ou histórica. Não existe coração que o Senhor não possa alcançar, nem vida tão marcada pelo pecado que esteja além do alcance da Sua graça.

Esta obra apresenta, de maneira sensível e edificante, a relevância desse ministério e os desafios inerentes ao chamado de servir aqueles que se encontram privados de liberdade. O autor compartilha experiências, reflexões e ensinamentos que evidenciam não apenas a importância da capelania para a sociedade, mas, sobretudo, seu papel como instrumento de proclamação do Reino de Cristo em lugares onde a luz do Evangelho precisa resplandecer com intensidade.

Desejo que este livro seja um instrumento de edificação, encorajamento e inspiração para muitos capelães, líderes e servos do Reino, e que o testemunho das vidas libertas por Cristo continue impactando pessoas dentro e fora dos muros prisionais. Que esta leitura seja uma fonte de aprendizado, encorajamento e renovação para todos os que acreditam no cuidado, e creem no poder transformador de Cristo.

Assim, sinto-me profundamente honrada em recomendar a leitura deste trabalho, convicta de que suas páginas inspirarão novos olhares, fortalecerão vocações e ampliarão a compreensão acerca da relevância da capelania como instrumento de transformação pessoal, social e espiritual.

Que Deus abençoe abundantemente o Pastor Fernando, o ministério desenvolvido e todos aqueles que forem alcançados por esta mensagem.

Ivonete Alecrim

Presidente do Instituto Missionário Mundial (IMM)

para texto

Introdução

Você entrou num presídio. Uma vez, duas, talvez dez. Pregou, cantou, distribuiu Bíblia. E saiu de lá em silêncio, sem saber se tinha feito alguma coisa, sem saber se ia voltar.

Pode ter sido como voluntário de grupo da igreja, numa data específica. Como pastor recém-ordenado que sentiu o chamado e foi sozinho. Como diácono que acompanhou um pastor mais velho. Ou como familiar de um reeducando, atravessando o lado errado do portão e ouvindo, no caminho de volta, um chamado que ainda não tinha nome.

Em qualquer um desses casos, há uma boa chance de você ter saído daquela visita em silêncio. Sem saber se serviu. Sem saber se voltaria. Sem saber se tinha lugar ali.

Este livro é para esse silêncio.

Não para quem busca atalho. Para quem está disposto a entrar no cárcere preparado e a permanecer ali pelo tempo que for necessário.

*

A maioria dos que sentem esse chamado não volta depois da terceira vez. Não por falta de fé. Por falta de método.

Vocação sem método queima.

*

A capelanía prisional evangélica brasileira é uma instituição recente. Antes de 1984, as visitas pastorais aos presídios eram esporádicas, ligadas a datas religiosas, e raramente continuavam

depois da fotografia oficial. A Lei de Execução Penal, promulgada naquele ano, abriu o portão. Antes, o acesso era informal e dependia de favor do diretor da unidade. Depois, virou direito do preso e dever do estado garantir o local apropriado.

Quatro décadas se passaram. A presença evangélica nos presídios brasileiros, hoje, é sistemática. Há capelães credenciados em quase todas as unidades. Há cultos semanais, atendimentos individuais, distribuição de Bíblias, formação de obreiros internos. A pesquisa do Instituto de Estudos da Religião sobre a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conduzida entre dois mil e três e dois mil e cinco, encontrou onze grupos religiosos credenciados naquela unidade, nove deles evangélicos.

Quatro décadas e a tradição, no entanto, ainda está em formação.

A bibliografia em português é rara. Os manuais traduzidos chegam descontextualizados, escritos para o sistema prisional americano dos anos setenta e oitenta. Os cursos sérios são poucos e ficam dentro de seminários denominacionais, separados, sem método compartilhado. A capelania entra como pode. Aprende como dá. E queima como costuma.

*

Em mil novecentos e noventa e cinco, um pastor evangélico atravessou pela primeira vez o portão de um presídio em Brasília.

Tinha dezenove anos. O desejo de entrar num presídio para falar de Jesus veio antes de qualquer credencial. Um amigo de infância cumpria pena na Papuda. Ele foi até a casa da mãe do rapaz, pegou o nome e seguiu. Esqueceu que visita exige cadastro. Entrou mesmo assim. Era o Centro de Internamento e Reeducação, Pátio 2, cerca de oitocentos homens. O primeiro corredor. As primeiras grades. Do outro lado, um rosto que ele conhecia de menino.

Saiu daquele dia sem saber se o que tinha feito ali servia. Não sabia, ainda, que estava no início de trinta anos. Não sabia, ainda, que aquele silêncio era a primeira lição.

E não sabia, mesmo depois de trinta anos, que escreveria este livro.

*

Os números do sistema prisional brasileiro precisam ser ditos em voz alta. O Departamento Penitenciário Nacional, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, publicou em dois mil e vinte e dois o primeiro estudo nacional sistemático sobre reincidência. A amostra foi de novecentos e setenta e nove mil presos, em treze estados, incluindo o Distrito Federal. Entre os achados, um número merece atenção pastoral imediata.

Vinte e nove por cento das pessoas que reincidem no primeiro ano após o egresso voltam ao crime no primeiro mês.

Cinquenta por cento, nos primeiros três meses.

A janela onde a igreja brasileira poderia agir é estreita. Trinta dias. A igreja local que recebe o egresso, ou não recebe. A casa de apoio que existe, ou não existe. O pastor que se manteve em contato, ou não se manteve. O método pastoral que sustenta, ou não sustenta.

E na maioria das vezes, não sustenta.

Não por falta de amor. Por falta de método.

*

Este livro é uma tentativa de codificar o método.

Não é manual prescritivo. Não é teologia de cárcere. Não é autobiografia pastoral. É o que trinta anos de prática real, dentro de unidades prisionais brasileiras, produzem quando viram sistema ensinável.

A premissa é simples. A capelania prisional eficaz nasce do método, não da boa intenção sozinha. E o método existe. Trinta anos de campo produziram um sistema de cinco pilares. Chamado. Humildade. Atenção. Vivência. Estrutura. Esse sistema tem nome dentro do Instituto Começar de Novo, organização sem fins lucrativos sediada em Brasília, com parcerias governamentais ativas com a Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, a Associação dos Voluntários no Atendimento aos Presos, a Defensoria Pública e o Departamento Penitenciário Nacional.

O sistema se chama CHAVE.

*

Sobre como ler. O livro está organizado em cinco partes mais um fecho. Dentro de cada parte, micro-textos numerados. Não é

leitura sequencial obrigatória. Pode ser lido em ordem ou como referência consultiva, quando o capelão estiver diante de uma situação concreta no campo. Os apêndices reúnem referências bibliográficas, glossário, legislação anotada e modelos de documentos práticos para o credenciamento institucional.

Sobre como foi construído. Cada afirmação tem fonte. Cada dado tem origem rastreável. Cada caso histórico foi verificado em mais de uma fonte primária. As cenas do autor são cenas. Não autobiografia condensada. As histórias dos reeducandos são anonimizadas. As estatísticas vêm de fontes oficiais brasileiras.

Este livro não inventa.

O método não é teoria de seminário. É chão. E o chão da prisão, no Brasil, está esperando capelão preparado.

*

Boa leitura.

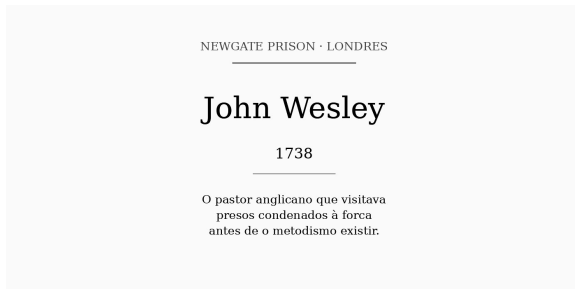
p a r t e

Parte I — A Igreja Que Chega Tarde

A IGREJA QUE CHEGA TARDE

Em casa de ferreiro, espeto de pau. — *Provérbio ibérico, registrado pela primeira vez no século XV*

Em 1738, um pastor anglicano chamado John Wesley aceitou um convite para visitar a Prisão de Newgate, em Londres. Wesley tinha trinta e cinco anos, formação em Oxford, e uma fé que ele mesmo, naquele momento, não considerava completa. Naquele ano, ele atravessava o portão de Newgate pela primeira vez. Não atravessaria pela última.



John Wesley, pastor anglicano, em Newgate Prison (1738). As visitas regulares à prisão são parte da origem prática do metodismo.

Newgate ficava no centro de Londres e mantinha, em condições insalubres, devedores, ladrões, assassinos e pessoas acusadas dos crimes mais variados, juntos. O cheiro era tão característico que ficou conhecido como *gaol fever*, a febre do calabouço. Tifo, basicamente. Os capelães oficiais da prisão, designados pela Igreja Anglicana, raramente apareciam. Quando apareciam, ficavam pouco. Pregavam de longe, da porta da capela. Davam a comunhão a alguns selecionados, voltavam para casa.

Wesley fazia diferente. Entrava nas celas. Sentava ao lado dos condenados. Ouvia mais do que pregava. Acompanhava o caminho até a forca, em Tyburn, conversando o tempo todo com o

homem que ia ser enforcado. Anotava cada conversa no diário que mantinha desde Oxford. Em quinze anos de ministério dentro de Newgate, Wesley registrou centenas dessas conversas. Foi nessas conversas, e não nos sermões de púlpito, que ele formou aquilo que mais tarde viria a ser chamado de metodismo. O nome veio do método. Da disciplina. Da prática regular de visitar, ouvir, acompanhar, voltar.

O movimento metodista nasceu, em parte, dentro de uma prisão.

*

Em 2022, o Departamento Penitenciário Nacional, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, publicou um estudo sobre reincidência criminal no Brasil. Foi a primeira pesquisa nacional do tipo, com amostra de novecentos e setenta e nove mil presos, em treze estados, cobrindo o período de 2008 a 2021. Entre os muitos achados, um número específico merece atenção pastoral.

Vinte e nove por cento das pessoas que reincidem no primeiro ano após o egresso voltam ao crime no primeiro mês.

Cinquenta por cento, nos primeiros três meses.

A janela crítica da reincidência é tão estreita que cabe em poucas semanas. Trinta dias. Sessenta. Noventa. Depois disso, a probabilidade de retorno ao crime começa a se estabilizar.

Há outra forma de ler esse dado. Trinta dias após sair do cárcere é, exatamente, o período em que a igreja local recebe o egresso. Ou não recebe. É o período em que o pastor que ministrou dentro do presídio se mantém em contato. Ou não se mantém. É o período em que a casa de apoio entra em cena. Ou não entra. É o período em que a esposa, os filhos, a mãe, o irmão, recebem o homem de volta sob o teto. Ou recusam, por medo, por raiva, por exaustão acumulada.

Trinta dias é o intervalo onde o método pastoral pode mudar trajetória, ou pode confirmar uma estatística.

E a estatística está confirmada.

*

Pense na sua igreja local. Em qualquer fim de semana do ano. Pense no culto de domingo de manhã. Quantos egressos do sis-

tema prisional brasileiro estão sentados naquele banco? Quantos têm processo em curso? Quantos têm familiares em unidade prisional, hoje, neste exato momento em que você lê?

A questão honesta não é se sua igreja se importa. Quase sempre, se importa. A questão é se sua igreja está preparada.

E preparação, no contexto da janela crítica de trinta dias, não é evangelismo emocional. É método.

Trinta anos no chão da prisão ensinam algumas coisas que o seminário não ensina. Esta parte do livro vai apresentar doze delas. Não como prescrição. Como diagnóstico. O leitor que se reconhece em alguma cena descrita aqui está exatamente onde precisa estar para começar.

O capelão que entra preparado, sai cansado mas inteiro. O capelão que entra despreparado, sai pela última vez antes de completar dois anos.

A escolha está sempre, no primeiro momento, dentro da igreja. Antes de o capelão atravessar o portão.

Esta é a Parte I.

capítulo

1. Você não chegou aqui por acaso

1. VOCÊ NÃO CHEGOU AQUI POR ACASO

Existe um número que vale a pena olhar antes de seguir adiante.

Em algum momento dos últimos cinco anos, alguma coisa colocou esse livro nas suas mãos. Pode ter sido um pastor amigo que estava lendo. Pode ter sido um link no grupo da igreja. Pode ter sido uma busca no Google às duas da manhã depois de uma visita pastoral que não saiu da sua cabeça. Pode ter sido alguém da família, preso, em regime fechado, em regime semiaberto, em liberdade condicional, e você ficou pensando que precisava entender melhor aquilo.

Em qualquer dos casos, há algo em comum.

Você não está aqui por acaso.

Cristãos sentem chamados específicos para serviços específicos. Isso é território cristão fundamental, está em Romanos doze, em Primeira Coríntios doze, em Efésios quatro. Cada parte do corpo tem função. Cada função tem nome. Cada nome carrega responsabilidade. O chamado para o ministério prisional não é exceção a essa regra. É exemplo dela.

Mas há uma coisa que precisa ser dita com clareza logo no primeiro micro-texto deste livro. O chamado, por si só, não basta.

*

Quase todo capelão que abandona o ministério prisional nos primeiros dois anos não abandona por falta de chamado. Abandona por exaustão. Abandona por desorientação. Abandona porque atravessou o portão dezesseis vezes e na décima sétima percebeu que não tinha aprendido o suficiente em nenhuma das anteriores para conseguir, na décima oitava, fazer algo diferente.

O capelão experiente não é o que ama mais. É o que aprendeu a fazer o suficiente o suficiente bem.

Trinta anos de campo confirmam isso. *

Pense na sua última visita a alguém em situação de cárcere. Se ainda não houve, pense na primeira visita pastoral que você tem disponível na memória, mesmo em outro contexto, hospital, casa de repouso, velório. A pergunta é a mesma.

Quando você saiu, sabia se o que tinha feito ali serviu para alguma coisa?

Se a resposta sincera é não, ou é mais ou menos, você está exatamente onde a maioria dos pastores em formação está. Isso não é falha pessoal. É lacuna metodológica. Há quase uma garantia matemática de que ninguém te ensinou como avaliar uma visita pastoral em ambiente de privação de liberdade. Os critérios são diferentes dos critérios da visita pastoral comum. *

em algum lugar antes de virar a página. Não precisa ser aqui. Pode ser num caderno. Pode ser numa anotação no celular. Pode ser numa folha solta dentro deste livro.

A capelania prisional é o ministério onde, com mais frequência, o pastor sai da visita sem saber se serviu.

Essa frase não é desânimo. É diagnóstico.

É o diagnóstico que precede o método. Antes de qualquer pilar do sistema CHAVE, antes de qualquer técnica de entrada na unidade, antes de qualquer protocolo de escuta clínica, antes de qualquer linha sobre como negociar com a diretoria, antes de qualquer linha sobre como conduzir um culto carcerário, existe esse diagnóstico inicial. O capelão que sai sem saber se serviu é o capelão que mais precisa de método.

O capelão que sai certo de que serviu, sem método, geralmente está enganado sobre o que fez.

Essa última frase é dura. A literatura ministerial brasileira raramente diz isso em voz alta. Mas trinta anos no chão da prisão produzem uma certeza honesta sobre certas coisas, e essa é uma delas. *

A boa notícia, e existe boa notícia logo no primeiro micro-texto, é que método é ensinável. Vocação é dom. Mas método é prática repetida com correção. Pode ser transmitido. Pode ser aprendido. Pode ser corrigido. Pode ser melhorado.

Esse livro é a tentativa de transmissão.

O capelão que ainda não atravessou o portão pode aprender o método antes da primeira visita. O capelão experiente que percebeu que algumas coisas não estão funcionando pode revisar o método em algum dos cinco pilares. O líder denominacional que quer formar capelães pode usar o sistema como currículo. O voluntário leigo que sente o chamado mas hesita pode encontrar aqui a régua que permite começar com segurança ministerial.

A frase do micro-texto, repetida agora porque vai voltar várias vezes ao longo do livro, é a mesma do início.

Você não chegou aqui por acaso.

Continue lendo.

capítulo

2. A primeira visita que ninguém esquece

Todo capelão lembra da primeira vez.

Pergunta a qualquer um que passou trinta anos cruzando portões de presídio. Pergunta sobre o décimo culto, o centésimo atendimento, a milésima carta de detento. Vai receber resposta vaga, datas embaralhadas, rostos sobrepostos. Agora pergunta sobre a primeira visita. Olha o que acontece no rosto da pessoa.

O olhar muda. A voz baixa. O corpo lembra antes da boca.

Tem algo no primeiro contato com aquele lugar que o cérebro guarda inteiro. Não como narrativa. Como sensação bruta.

O portão é a primeira coisa. Não é uma porta. É uma estrutura de aço que pesa toneladas e se move devagar, com som de mecanismo industrial. Antes de você passar, existe um protocolo. Documentos na bandeja, mochila no scanner, revista pessoal, carimbo, assinatura, espera. Cada etapa tira um pedaço da sua autonomia. Quando o portão finalmente abre, você já não é mais quem entrou no estacionamento.

Depois vem o som. As pessoas imaginam gritaria. Não é. O som de presídio é grave, contínuo, baixo. Vozes distantes refletidas em concreto, metal batendo em metal, rádios de agente penitenciário em frequência fixa, ventiladores industriais. Tudo isso junto forma um zumbido que não para. Você sai de lá com o ouvido cansado, como quem passou horas perto de um motor.

O cheiro é o terceiro choque. Mistura de desinfetante industrial com suor confinado, comida de refeitório, mofo de parede úmida, cigarro queimado em corredor sem ventilação. Não dá pra descrever em uma palavra. Fica no nariz por dias. Capelão veterano diz que sente o cheiro do presídio quando lava uniforme em casa, semanas depois.

E aí, no meio de tudo isso, vem o silêncio.

Porque o som constante cria, por contraste, momentos em que tudo cala. Você está num corredor, o agente abre uma grade, você entra numa galeria, e por dois segundos não tem zumbido nenhum. Só presença. Trinta, quarenta, oitenta homens olhando pra você do outro lado das celas. Sem dizer nada. Calculando.

É nesse silêncio que o capelão decide se volta semana que vem.

Eu entrei na Papuda com dezenove anos e sem cadastro. Não era pra ter dado certo. Deu. Atravessei o portão de manhã e só saí às três da tarde. Naquele pátio reconheci rostos de infância. Gente do Gama, da Ceilândia, de Planaltina. Era a minha quebrada do outro lado da grade. A despedida doeu de um jeito que eu não esperava. Tive que segurar a lágrima na frente deles. No ônibus de volta, lotado, as famílias carregavam um peso que não cabia na sacola. Algumas mães desabafavam baixinho. Outras voltavam em silêncio total.

O que acontece naquele primeiro dia não é vocação. Vocação a gente já levou pra dentro. O que acontece é calibragem.

Você descobre o tamanho real do que decidiu fazer. Descobre que o seminário não preparou pra isso. Descobre que pregação dominical em púlpito de igreja é uma coisa, e estar parado num corredor de pavilhão é outra completamente diferente. Descobre que vai precisar aprender de novo o que significa falar de Deus quando a plateia tem o pescoço marcado por briga de facção.

A maioria não volta.

isso não é estatística reprovativa. É observação de campo. Pastor entra uma vez, sai com o cheiro grudado, conta a história no almoço de domingo, posta foto fora do portão, e nunca mais aparece. O presídio escolhe quem fica. Escolhe pela memória sensorial. Quem sai de lá lembrando do silêncio e querendo entender

aquele silêncio, volta. Quem sai querendo esquecer, esquece de verdade.

Os que voltam formam um grupo pequeno. Trinta anos depois, ainda conseguem descrever a primeira visita frase por frase. Cheiro, som, portão, silêncio.

E é desse grupo pequeno que sai capelania que dura.



Os primeiros anos no portão da Papuda.

capítulo

3. O silêncio depois do portão

Você sai do presídio e o mundo do lado de fora continua igual. Carros buzinando. Padaria abrindo. Uma criança chorando no colo da mãe. Tudo segue como se nada tivesse acontecido nas últimas três horas.

Mas dentro de você, alguma coisa quebrou.

Não é trauma. Não é medo. É outra coisa. É a sensação de ter cruzado uma fronteira invisível e não saber como contar isso pra quem ficou do outro lado.

Na minha primeira saída, o portão fechou atrás de mim com um som de ferro que levei dias pra tirar do ouvido. Do lado de fora, a rua seguia como se nada tivesse acontecido. Dentro do ônibus, as mesmas famílias que entraram comigo voltavam caladas. Eu olhava pela janela e não conseguia explicar pra mim mesmo o que tinha acabado de viver.

Chama-se isso de silêncio do capelão. Existe um nome técnico em estudos de capelania prisional internacional, *vicarious trauma*, trauma vicário. Mas o nome técnico não explica o que acontece de verdade.

O que acontece é o seguinte. Você passou horas dentro de um espaço onde a dor é a moeda corrente. Onde cada olhar carrega uma história que não pode ser contada em voz alta. Onde Deus aparece de um jeito que nenhum seminário ensinou. E agora você precisa voltar pra uma realidade que opera em outra frequência.

A esposa pergunta como foi. Você diz: foi bom.

O pastor pergunta como foi. Você diz: graças a Deus, foi abençoado.

O irmão da igreja pergunta como foi. Você sorri e muda de assunto.

Não é mentira. É falta de tradução.

Algumas coisas só podem ser ditas em silêncio.

isso não é fraqueza espiritual. John Wesley registrou no diário dele, em 1738, depois das primeiras visitas em Newgate Prison, que voltava pra casa “com o coração estranhamente aquecido e estranhamente pesado”. Wesley tinha vinte horas de oração semanais, era pastor anglicano formado em Oxford, ia ler condenados no caminho até Tyburn pra serem enforcados. E mesmo ele não conseguia traduzir aquilo direito.

Mario Ottoboni, em Itaúna, nos anos setenta, dizia que o primeiro ano da APAC foi marcado por um cansaço que ele nunca tinha sentido em décadas de advocacia. Não era o cansaço do trabalho. Era o cansaço de carregar histórias que ninguém mais queria ouvir.

Chuck Colson, depois de sair da prisão e fundar a Prison Fellowship em 1976, contou numa entrevista que demorou três anos pra conseguir falar sobre o que tinha visto lá dentro sem chorar no meio da frase.

Se Wesley, Ottoboni e Colson sentiram isso, por que com você seria diferente?

O silêncio do capelão tem três camadas.

A primeira é a camada da linguagem. Você viu coisas que não cabem no vocabulário da igreja. O irmão na cela com os pés inchados de tanto tempo sem caminhar. A mãe na fila de visita às quatro da manhã. O cheiro que não sai do nariz por dois dias.

A segunda é a camada da indignação. Você sabe que se contar a verdade nua, alguém vai dizer que tá exagerando, que é coisa do diabo, que precisa orar mais. Aí você prefere calar.

A terceira é a camada do chamado. Você entendeu, ali dentro, que Deus tava num lugar que sua teologia ainda não alcançava. E isso muda você. Mas ninguém ao seu redor sabe que você foi mudado.

Vocação sem método queima.

3. O silêncio depois do portão

A queima começa aqui. Nesse silêncio sem nome. Nesse intervalo entre a visita e a próxima. Nesse domingo de manhã em que você sobe ao púlpito pregando sobre vitória e por dentro tá pensando em alguém que dormiu no chão frio na noite anterior.

Eu cresci sabendo como era do outro lado. Nasci no Gama. Me criei na Ceilândia. Fui menino de rua. A história da maioria daqueles rostos era a minha história também. No domingo seguinte, sentado no banco da igreja, ouvindo a pregação sobre vitória, a frase que não saía da minha cabeça era uma só. Eu poderia estar preso com eles. Não sou melhor que nenhum. E quem está lá dentro precisa de alguém que tenha atravessado o mesmo chão.

Esse livro existe pra dar nome a esse silêncio. E pra te dizer que existe outro caminho que não passa por carregar isso sozinho.



O caminho de volta, depois da visita.

capítulo

4. Por que a igreja local não sustenta

A maioria das igrejas locais ama o ministério carcerário. Ora por ele. Aplauda o capelão quando ele sobe ao púlpito uma vez por ano contar histórias. Coloca na lista de oração da reunião de quarta. Manda uma cesta básica no Natal.

E acha que cumpriu.

O problema não é falta de amor. O problema é que a igreja local não tem método para sustentar capelania.

Uma denominação média no Brasil mantém escola dominical, célula, ministério de louvor, ministério infantil, departamento de mulheres, departamento de homens, departamento de jovens, departamento de casais. Cada um desses tem orçamento próprio, líder treinado, calendário anual, material didático, prestação de contas. Cada um desses ocupa horários protegidos na agenda da igreja.

Capelania prisional ocupa que horário?

Geralmente nenhum. É atividade voluntária, na maioria das vezes individual, encaixada nas brechas de quarta à tarde ou sábado de manhã. O capelão sai sozinho, volta sozinho, processa sozinho.

Isso tem nome técnico. Chama-se estatuta ministerial periférica.

A teologia pastoral dominante no Brasil herda um modelo de cuidado centrado no templo. Você vai à igreja, recebe ministração, sai abençoado. O fluxo é centrípeto, do mundo para dentro do santuário. Capelania é o exato oposto. É fluxo centrífugo, da igreja para o cárcere, do santuário para o pátio.

Sistemas centrípetos não sabem alimentar sistemas centrífugos.

Resultado prático? O capelão prisional fica solitário dentro da própria comunidade. Volta de uma visita pesada, depois de ouvir confissão de homicídio, depois de orar com mãe de detento que pegou trinta anos, e na quarta seguinte assiste o pastor pregar sobre vitória financeira. Não há linguagem comum. Não há espaço de descompressão. Não há mentoria.

Eram jovens. Na maioria, entre dezoito e vinte e sete anos. Eu olhava aqueles meninos e enxergava o lote onde cresci, seis barracos num terreno só, cada família se virando como dava. No mesmo lote morava quem traficava e quem roubava. Só Deus pra explicar por que eu não entrei nessa vida. Aí eu voltava da visita, sentava no culto, e a pregação parecia falar de um planeta onde esses meninos não existiam.

A pesquisa do ISER sobre assistência religiosa na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conduzida entre 2003 e 2005, registrou nove dos onze grupos credenciados como evangélicos, seis deles batistas distintos. Onze grupos. Numa única unidade. Cada um indo no seu dia, com sua própria pauta, sem coordenação entre si.

Isso não é evangelização forte. Isso é fragmentação institucional.

A igreja local, organizada por afinidade denominacional, não consegue construir capelania em escala. Cada congregação manda seu capelão, cada capelão pisa no terreno do outro, cada um ensina a sua doutrina ao mesmo detento na semana seguinte. O preso recebe três conversões em quinze dias. Sai do presídio sem saber em qual igreja entrar.

E quando entra, descobre que nenhuma das três tem estrutura para receber egresso.

Olha o que está acontecendo. A igreja local funciona como organismo, e organismos cuidam dos seus. O egresso não é dos seus. Ele chega cheirando cárcere, com tornoeleira, com filho que não reconhece, com vícios que ninguém quer ouvir descritos. A célula dos casais não acomoda. O ministério de jovens não acomoda. O grupo de discipulado padrão pula direto para versículos sem perguntar onde a pessoa vai dormir essa noite.

A igreja local não sustenta o ministério carcerário porque foi desenhada para outra coisa.

Não é maldade. É arquitetura.

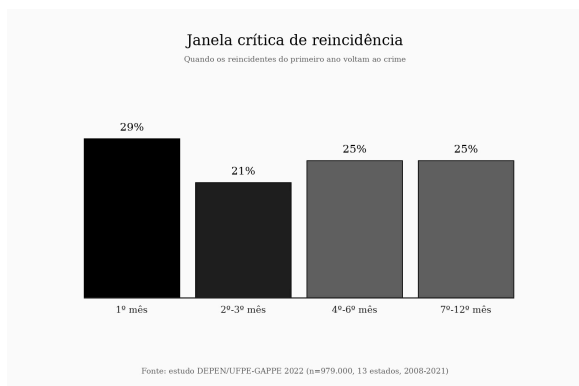
E arquitetura só muda com método. Vocação sem método queima.

O capelão que entende isso para de esperar que a igreja local resolva. Começa a buscar fora. Procura associação, procura instituto, procura formação técnica. Descobre que existe um campo inteiro de prática carcerária com trinta anos de acúmulo, e que esse campo não nasceu dentro de nenhuma denominação específica.

Nasceu nas margens. Como sempre nasce o que precisa nascer.

capítulo

5. A janela de trinta dias



Janela crítica de reincidência. Estudo DEPEN/UFPE-GAPPE 2022, amostra de 979 mil presos em 13 estados (incluindo DF).

Vinte e nove por cento.

Esse é o número que organiza tudo. Vinte e nove por cento dos egressos que voltam a ser presos no primeiro ano caem no primeiro mês. Cinquenta por cento caem nos três primeiros. A pesquisa é do DEPEN em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, ano 2022, amostra de novecentas e setenta e nove mil pessoas em treze estados, incluindo o Distrito Federal. A reincidência geral em um ano é vinte e um por cento. Em cinco anos sobe pra faixa de trinta e três a quarenta e dois por cento. Mas o

que importa, nesse momento, é a curva. Não é uma linha reta. É um penhasco logo na largada.

Quando o sujeito atravessa o portão do presídio, ele não atravessa pra um plano. Ele atravessa pro nada. O Estado encerrou a custódia. A família, quando existe, está sobrecarregada ou desconfiada. O documento, em geral, está vencido. A carteira de trabalho, sumida. O nome, sujo. O bairro, o mesmo. Os contatos, os mesmos. O celular, o mesmo. As ofertas, as mesmas. E o relógio, correndo.

Vocação sem método queima.

O primeiro mês é onde se decide o ano. O terceiro mês é onde se decide o quinquênio. É a janela. E é a janela em que a igreja local, justamente a igreja, costuma estar olhando pra outro lado.

o tamanho do paradoxo. Existe rede. Tem igreja em cada quadra. Tem culto em cada horário. Tem WhatsApp pastoral, tem ministério de visitação, tem missão de prisão. Tem, em muitos lugares, dezenas de grupos credenciados pra entrar no sistema. Um levantamento do ISER no Presídio Feminino do Distrito Federal entre 2003 e 2005 já mostrava que nove dos onze grupos religiosos que atuavam ali eram evangélicos, sendo seis denominações batistas distintas. A presença é massiva. O problema não é presença. O problema é o que acontece quando o portão abre.

Você pode acompanhar um homem por três anos lá dentro. Pode batizar, discipular, ensinar, orar. E perdê-lo em vinte e nove dias do lado de fora. Porque o que ele recebeu lá dentro foi visita. O que ele precisa aqui fora é estrutura. Não é a mesma coisa.

A LEP, Lei 7.210 de 1984, no artigo 24, garante assistência religiosa dentro da unidade. Local apropriado, opt-in, sem coerção. A Lei 9.982 de 2000 garante o acesso. A Resolução 34 de 2024 do CNPCP atualizou o vocabulário pra “assistência socio-espiritual” e vedou proselitismo. Tudo isso descreve o que acontece com o sujeito enquanto ele está custodiado. Nenhuma linha dessa legislação descreve o que acontece com ele no trigésimo dia depois da soltura. Esse capítulo não está escrito em lei. E também não está escrito na agenda da igreja local.

Pergunta direta. Se hoje, três horas da tarde de uma quarta-feira, batesse na porta da sua igreja um homem recém-saído do

sistema, sem documento, sem trabalho, com endereço incerto, com fome real, com um filho pra reencontrar, o que a sua igreja faria nos próximos sete dias por ele? Não nos próximos sete meses. Nos próximos sete dias. E nos próximos vinte e nove.

A maioria das igrejas oraria por ele no culto de domingo. Algumas dariam uma cesta. Outras encaminhariam pra um abrigo. Pouquíssimas teriam um caminho desenhado. E é exatamente nesse vazio que o número de vinte e nove por cento se forma.

Muitos me procuravam ainda dentro, pedindo ajuda pra quando saíssem. Não tinham com quem contar. Uns tinham perdido o vínculo com a família. Outros eram de outro estado. Outros não queriam voltar pra onde moravam pra não cair de novo no crime. Foi aí que entendi uma coisa que demorei pra aceitar. Eu não estava perdendo essas pessoas por falta de oração. Estava perdendo por falta de estrutura pra segurar elas no primeiro mês.

Vinte e nove por cento é estatística. Mas estatística é gente. É o irmão que cantou no coral da unidade, o que decorou versículo, o que foi batizado no tanque improvisado, o que abraçou a família no portão. É ele que cai no trigésimo dia, e a igreja que o recebeu nunca soube. Porque ninguém estava medindo. Porque ninguém tinha protocolo. Porque vocação, sozinha, não segura ninguém em pé num corredor de favela às onze da noite com uma proposta antiga batendo na porta.

A boa notícia é simples. A janela existe. Ela é estreita, mas existe. E ela é, justamente, o lugar onde o método entra.

capítulo

6. Quem cumpre pena além do preso

A sentença sai num papel só. Carimbo, número, artigo, anos. Um nome.

Mas quem cumpre a pena nunca é uma pessoa só.

Quinta-feira, 4h47 da manhã, terminal rodoviário de Brasília. Mulher de blusa lavada três vezes, sacola transparente regulamentar, dentro um pote com farofa de ovo, dois pacotes de bolacha cream cracker, uma cueca nova, sandálias sem fivela de metal. Ônibus para a Papuda parte às 5h10. Ela embarca em silêncio. No banco da frente, outra mulher carrega o mesmo tipo de sacola. Atrás, mais uma. O ônibus inteiro carrega o mesmo cheiro de farofa e o mesmo cansaço. Ninguém conversa. Todas sabem para onde estão indo.

Chegam às 6h30. Fila do lado de fora começa às 7h. A revista íntima vem antes. Tira a roupa, agacha três vezes, levanta os braços. Quem nunca passou por isso acha que é trâmite. Não é. É o preço da visita.

Ela paga toda quinta.

Há quinze anos.

o que ninguém calcula. Quando um homem é condenado a doze anos, a esposa também recebe doze. A mãe recebe doze. O filho que tinha dois anos no dia da sentença vai ter quatorze quando o pai sair. Esse menino cresceu visitando o pai pela

vidraça do parlatório. Aprendeu a colocar a mão pequena contra o vidro grosso, do outro lado a mão grande do pai encostada no mesmo ponto, sem se tocarem nunca. Esse gesto é a infância dele inteira. Não tem foto de aniversário com pai segurando bolo. Tem a vidraça.

A mãe do preso carrega outra coisa. Carrega o olhar do vizinho que sabe. O silêncio na fila do mercado quando ela apresenta o sobrenome. A pergunta da professora na reunião de pais sobre por que o avô não vem mais buscar o neto. Ela aprendeu a responder seco. *Está viajando*. É a frase que ela repete há oito anos.

A pena social não vem com prazo de cumprimento. Não tem progressão de regime. Não conta tempo para indulto. É indeterminada por natureza.

A Lei de Execução Penal, no artigo 24, fala em assistência religiosa ao preso. Fala em local apropriado. Fala em opt-in. Não menciona uma palavra sobre a esposa que está do lado de fora do muro carregando sacola transparente. Não menciona o filho que aprendeu a se comunicar por vidraça. Não menciona a mãe que mente sobre uma viagem que nunca termina.

A lei é cega para esse pedaço.

Se a janela crítica do egresso é o primeiro mês de fora, quem está nesse primeiro mês ao lado dele? A esposa que esperou. O filho que cresceu sem. A mãe que mentiu por anos. Esses três corpos vão receber um homem que entrou na prisão sendo uma pessoa e sai sendo outra. E ninguém preparou esses três corpos para esse encontro. Ninguém perguntou se eles aguentam.

O Instituto Começar de Novo mantém esse trabalho de acolhimento justamente para isso. A Casa do Egresso acolhe a família durante o cumprimento da pena e prepara o terreno para o pós-egresso. Funciona em rede, com a Acreditar e com apoiadores, e envolve a Recomeçar, a Funap e o Conselho da Comunidade. Quem chega sem ter pra onde ir recebe ajuda pra tirar documento, procurar trabalho e atravessar o primeiro mês fora, que é quando a maioria recai. A escuta não começa pela pregação. Começa perguntando como a pessoa vai dormir naquela noite..

Vocação sem método queima.

Quem ignora a família, queima a família junto.



6. Quem cumpre pena além do preso



A Casa do Egresso e o cuidado com as famílias: acolhimento, doações e rede de apoio.

capítulo

7. As três denominações que abriram caminho

Antes de existir capelania evangélica organizada no Brasil, existiu visita.

Visita esporádica. Sem cadastro, sem credencial, sem registro estatístico. Um pastor entrava, falava com quem deixasse falar, saía. Voltava na semana seguinte se a guarda permitisse. Era assim nos anos 1960. Era assim quando ninguém tinha mapa.

Três denominações começaram esse trabalho de raiz. Não foi acordo, não foi plano coordenado. Foi convergência. Batistas, Assembleia de Deus e Presbiterianos pisaram no mesmo terreno em décadas próximas, cada um por motivo próprio, cada um com método próprio.

Quem chega primeiro define o terreno de quem chega depois.

Os Batistas trouxeram a lógica da congregação local. Cada igreja decidia se mandava obreiro, quem mandava, com que frequência. Isso gerou descontinuidade, mas também gerou capilaridade. Onde havia igreja batista próxima de presídio, havia visita. O ISER, em pesquisa nos presídios do Distrito Federal entre 2003 e 2005, registrou seis grupos batistas distintos credenciados na Penitenciária Feminina do DF. Seis. Da mesma denominação, sem coordenação entre si.

Os Presbiterianos chegaram com outra economia interna. Estrutura sinodal, formação teológica longa, número menor de

obreiros disponíveis para campo. A presença foi mais discreta, mais episódica. Quando entrava, entrava com pastor formado em seminário. Quando saía, saía por anos. Não havia substituto na fila.

A Assembleia de Deus operou em terceira lógica. Tradição pentecostal, ênfase na conversão imediata, obreiro leigo autorizado pela liderança local. Isso significava obreiro disponível em quase toda cidade do Brasil. O custo dessa disponibilidade ampla aparecia depois: rotatividade alta, sem registro de continuidade, conversões sem acompanhamento de retaguarda.

Três modelos. Três alcances. Três fragilidades distintas.

A Lei de Execução Penal, sancionada em 11 de julho de 1984, mudou o status do que essas três denominações faziam. O Artigo 24 da Lei 7.210 reconheceu a assistência religiosa como direito do preso, exigiu local apropriado e impôs a regra do opt-in: ninguém pode ser forçado a participar de culto. O que era tolerância informal virou prerrogativa legal. Quem já estava no campo passou a operar com cobertura.

Foi nessa janela, entre 1984 e o fim dos anos 1990, que a capelania evangélica brasileira deixou de ser visita e passou a ser presença sistemática. Não porque alguém escreveu um manual. Porque a lei abriu porta e os que já tinham chave entraram.

o que veio depois.

Anos 1990 e 2000: pentecostais entraram em massa. Igrejas neopentecostais com modelo de envio, ministérios de presídio com nome próprio, eventos de evangelização dentro do pavilhão. O volume cresceu. A coordenação não.

A literatura acadêmica internacional registrou o fenômeno. O *Journal of Latin American Studies*, da Cambridge University Press, em estudos sobre religião e encarceramento no Brasil, descreveu a transição: três denominações pioneiras, expansão pentecostal subsequente, ausência crônica de método compartilhado. Cambridge confirmou o que o campo brasileiro já sabia sem estatística.

E o que o campo sabia era isto: chegamos cedo, abrimos caminho, e nunca paramos para construir estrada.

Cada denominação manteve seu próprio carro. Cada carro com seu próprio combustível, seu próprio motorista, sua própria rota. Quando um motorista cansava, ninguém da denominação vizinha sabia que rota ele estava fazendo. Quando um egresso saía da cadeia, encontrava três placas diferentes na esquina, todas apontando para igrejas que mal sabiam da existência umas das outras.

A vocação estava lá desde 1960. O método, não.

Vocação sem método queima.

capítulo

8. Pastoral Carcerária e capelania evangélica

Em 1986, num Brasil que ainda saía da ditadura militar, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tomou uma decisão. Criou a Pastoral Carcerária. Não era ato isolado. Era o desdobramento natural de um documento publicado três anos antes em Puebla, no México, onde os bispos latino-americanos haviam assumido a “opção preferencial pelos pobres”. A pessoa privada de liberdade entrou nessa categoria.

O movimento católico nasceu coletivo desde o útero. Olhou pra prisão e enxergou um sistema. Tortura, superlotação, abandono jurídico, mortes em rebelião. A pergunta da Pastoral Carcerária não foi “como salvar essa alma”, foi “como denunciar essa estrutura”. Padre Bruno Trombeta, um dos nomes mais conhecidos do movimento, articulou isso durante décadas. Visitas semanais, mas também relatórios pra CIDH, audiências no Conselho Nacional de Justiça, presença em CPIs.

A capelania evangélica fez outro caminho.

Quando os primeiros pastores brasileiros entraram em presídios nas décadas de 1970 e 1980, eles vinham de uma matriz teológica diferente. A salvação era pessoal. O alvo era a alma do interno. O método era pregação, oração, conversão. Cada pavilhão era um campo missionário. Cada preso, um destino eterno em

disputa. O estudo do ISER feito na Penitenciária Feminina do Distrito Federal entre 2003 e 2005 capturou esse retrato com precisão. Dos onze grupos religiosos credenciados, nove eram evangélicos. Seis denominações batistas distintas. Cada uma com seu culto, seu louvor, seu apelo final.

São dois olhares sobre a mesma porta de ferro.

A Pastoral pergunta: o que esse sistema faz com essa pessoa? A capelania pergunta: o que essa pessoa precisa pra ser livre por dentro? Uma vê o corpo coletivo dos encarcerados. A outra vê o nome próprio de cada um. Uma luta por audiência de custódia, banho de sol, fim da revista vexatória. A outra luta por confissão, batismo, leitura de Romanos 10.

Você consegue ver onde isso vira problema?

Vira problema quando cada lado acha que o outro é descartável. O católico que olha pro evangélico e enxerga só alienação espiritual erra. O evangélico que olha pro católico e enxerga só ativismo sem cruz erra também. Os dois movimentos tocam dimensões reais do mesmo abismo. Direitos sem evangelho deixam o homem livre de algemas e escravo de si mesmo. Evangelho sem direitos deixa o homem convertido apodrecendo numa cela de dois metros quadrados.

A Resolução 34 de 2024 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vigente hoje em todo o sistema, traz uma palavra que ainda incomoda muita gente. Assistência “socio-espiritual”. Não é assistência espiritual. Não é assistência social. É as duas coisas costuradas. O Estado brasileiro, depois de quarenta anos observando os dois movimentos, codificou que a porta certa de entrada nas unidades prisionais junta as duas funções. Quem só faz uma das partes fica defasado em relação à própria norma.

Lembro de uma reeducanda que saiu do regime fechado para o domiciliar pra ficar com os filhos. Não podia sair nem pra trabalhar. Morava de aluguel, com um filho especial pra cuidar. A minha igreja evangélica não soube como ajudar aquela mulher. Quem segurou a mão dela foi a Pastoral Carcerária, na pessoa da irmã Margarida. Foi o cuidado católico que impediu aquela mãe de voltar pro tráfico pra pagar o aluguel e sustentar os filhos. Eu

aprendi naquele dia que a fechadura não pergunta a denominação da chave.

A síntese existe. Tem nome técnico nos documentos da Igreja Católica: pastoral integral. Tem nome prático na Convenção das Igrejas Batistas e em alguns concílios das Assembleias de Deus: ministério holístico. Os termos mudam, a coisa é a mesma. Acompanhar a pessoa privada de liberdade na alma e no corpo. Visitar na cela e visitar no fórum. Levar a Bíblia e levar o advogado dativo. Orar pelo enfermo e exigir o tratamento médico.

A divisão entre Pastoral e capelania não é teológica, é histórica. Nasceu de matrizes diferentes em momentos diferentes do Brasil. Mas em 2026, com o sistema prisional do país encarcerando mais de 850 mil pessoas e 29% delas voltando à criminalidade no primeiro mês depois da soltura, qualquer ministério que faça só metade do trabalho está organizando um funeral elegante.

A janela crítica não escolhe denominação.

E a vocação sem método queima dos dois lados.

capítulo

9. Quarenta anos de tradição em formação

A Lei de Execução Penal brasileira é de 1984. Lei 7.210, sancionada em 11 de julho daquele ano. Art. 24 garantiu, pela primeira vez em texto legal, três coisas que pareciam óbvias e não eram: assistência religiosa ao preso, local apropriado para culto, adesão voluntária. Antes disso, capelão entrava por favor. Por conhecimento de diretor. Por benevolência de carcereiro de plantão. Não havia direito. Havia tolerância.

Faz a conta comigo. De 1984 até 2026 são 42 anos.

Quarenta e dois anos é pouco tempo.

o contraste. A Igreja Católica trabalha presídio brasileiro desde o século XIX, com Pastoral Carcerária estruturada nacionalmente desde 1986. Os anglicanos têm John Wesley entrando em Newgate Prison em 1738, quase trezentos anos atrás, segurando a mão de homens condenados à forca em Tyburn, contraindo gaol fever, o tifo carcerário que matava metade dos presos antes do enforcamento. O Exército da Salvação de William Booth chegou ao East End londrino em 1865 e logo cruzou o oceano. A APAC de Mario Ottoboni nasceu em Itaúna, Minas Gerais, em 1972, antes mesmo da LEP existir, propondo método cristão sem polícia armada que hoje opera em mais de sessenta unidades.

Já a capelania evangélica brasileira sistemática, com cadastro, com credencial, com porta aberta por direito e não por simpatia, isso é coisa de pouco mais de quarenta anos.

Você precisa entender o que esse número significa.

Significa que a primeira geração de capelães evangélicos brasileiros ainda está viva. Muitos pregando. Alguns aposentando agora. Outros enterrados sem terem escrito uma linha do que viveram. O conhecimento de campo, o jeito de entrar em pavilhão de seguro, a leitura do silêncio antes do motim, a forma de falar com mãe de homicida no portão da unidade, tudo isso ainda é tradição oral. Passa de boca em boca. Morre com quem morre.

A Resolução CNPCP 34, vigente desde 2024, regulamenta a assistência socio-espiritual no sistema prisional. Veda proselitismo. O Art. 15 §4º dispensa formação teológica formal para o agente religioso. A Lei 9.982 de 2000 garantiu acesso de religiosos a prisões em todo território nacional. No Distrito Federal, a Portaria SEAPE/SEJUS 58 de 2015 organizou o cadastro: vinte representantes por instituição, quatro simultâneos por dia. São camadas regulatórias que foram sendo construídas em cima da LEP, uma sobre a outra, à medida que a presença evangélica deixava de ser exceção e virava regra de presídio brasileiro.

Pesquisa do ISER feita entre 2003 e 2005 no Presídio Feminino do Distrito Federal já mostrava o sinal: nove dos onze grupos religiosos credenciados eram evangélicos, seis deles batistas de denominações distintas. Vinte anos depois, essa proporção não diminuiu. Aumentou.

Quarenta e dois anos. Eu, Fernando, estou em campo há trinta. Faz a conta: vivi 75% dessa história.

Não digo isso por orgulho. Digo porque carrega responsabilidade.

Quem teve o privilégio de atravessar três quartos da história de uma instituição religiosa nascente tem obrigação de parar, sentar, escrever. Consolidar. Não porque o que viveu seja maior do que o que outros viveram. Mas porque a primeira geração não pode atravessar a fronteira deixando os herdeiros lerem só Wesley em inglês do século XVIII. Tem que haver registro brasileiro. Em português. Da realidade do pavilhão daqui.

Este livro é obra de consolidação.

Não é manifesto. Não é autobiografia. É a tentativa de transformar trinta anos de campo em método ensinável antes que o método queime junto com quem o carregou.

capítulo

10. Os números que ninguém olha

A Terra tem oito bilhões de pessoas. Onze milhões e meio estão presas. Uma em cada setecentas. Se você juntasse todo mundo preso no mundo, daria uma nação do tamanho de Cuba atrás de grades.

O Brasil é o terceiro país que mais prende. Só perde para Estados Unidos e China. Em números absolutos, são mais de 830 mil pessoas privadas de liberdade segundo o último levantamento do sistema penitenciário federal. Coloque ao lado: a população de Florianópolis inteira, multiplicada por duas. É isso que cabe dentro dos muros do país.

Cada um desses 830 mil tem uma mãe esperando. Tem um filho que cresce sem ver. Tem uma cela com mais corpos do que metros quadrados deveria permitir.

E em algum momento, eles saem.

Foi exatamente essa pergunta, o que acontece quando saem, que o DEPEN e a UFPE resolveram responder em 2022. O estudo é o mais robusto que o Brasil já produziu sobre reincidência criminal. Amostra de 979 mil pessoas. Treze estados. O Distrito Federal entrou.

Os números doem.

Vinte e um por cento voltam a ser presos em até um ano. Em cinco anos, o intervalo varia entre 33,5% e 42,5%, dependendo

do estado e do crime. Mas há um número dentro do número que quase ninguém comenta: vinte e nove por cento dos que reincidem caem outra vez no primeiro mês depois de sair. Cinquenta por cento caem nos primeiros três meses.

Não é a sentença que decide. É o trintídio depois da porta.

O DF está acima da média nacional em vários recortes do mesmo estudo. Capital federal, sede dos três poderes, indicadores piores que a média do país. Esse dado deveria envergonhar alguém. Não envergonha ninguém. Ninguém olha.

Agora chega a parte que interessa para esse livro.

Em quase mil páginas de relatório técnico, com cruzamentos por idade, escolaridade, cor, tipo penal, tempo de pena, reincidente versus primário, há uma variável que o estudo não cruza. Religião. A relação entre prática religiosa durante o cumprimento da pena e taxa de reincidência depois da saída simplesmente não foi mensurada. Nenhum órgão federal mediu isso. Nenhuma universidade pública publicou número validado. A lacuna existe, é empírica, é documentável.

o que isso significa.

Significa que quando alguém me pergunta, e me perguntam toda semana, qual o percentual de presos que se converteram e não reincidiram, a resposta honesta é: ninguém sabe. Ninguém contou. Ninguém quis contar.

A ausência do número não é a ausência da realidade.

Trinta anos atravessando o pavilhão me ensinaram a confiar no que a estatística ainda não alcança. Argumento por dados quando tem dado. Argumento por caso quando o dado falta. Os dois caminhos são legítimos quando a honestidade é o método.

Conheço os dois lados dessa conta. Acompanhei um homem de alta periculosidade, condenado por tráfico e por morte, que entregou a vida a Deus lá dentro. O processo não foi reto. A esposa o traiu e levou os bens que ele tinha juntado no erro. Na primeira saída temporária eu fui até a casa dele e conduzi um culto com a esposa presente. Ele a perdoou na frente de todos e a deixou ir em paz. A Funap conseguiu uma vaga de trabalho num órgão público. Com o tempo ele casou de novo, hoje é pastor e ocupa um cargo

naquele mesmo órgão. O que segurou esse homem não foi um culto isolado. Foi alguém do lado dele em cada etapa.

Os dois grupos viveram dentro do mesmo presídio. Ouviram o mesmo evangelho. Cantaram os mesmos hinos. A diferença não estava na intensidade da experiência religiosa lá dentro. Estava no que aconteceu nas quatro semanas seguintes à porta.

Vocação sem método queima.

O DEPEN não mede. A universidade não publica. A igreja não pergunta. Mas o egresso continua saindo, todo dia, pela porta da frente, com um saco plástico na mão e trinta dias de combustível humano até voltar para o mesmo lugar.

Alguém precisa olhar esses números. E alguém precisa olhar o que está fora deles.

capítulo

11. O capelão que queima nos primeiros dois anos

O número que ninguém publica é simples. Dos capelães voluntários que entram em uma unidade prisional pela primeira vez, mais da metade não chega ao terceiro ano. Não há estatística oficial brasileira sobre isso. Há o silêncio das listas de credenciamento que encolhem, há o cadastro da SEAPE em Brasília que precisa ser refeito a cada vinte e quatro meses e raramente é, há o coordenador denominacional que liga e ninguém atende.

Quem some não some por falta de chamado.

Some por exaustão.

o padrão. Mês um, o capelão entra eufórico. Acha que vai mudar vidas, acha que Deus o escolheu para aquele pavilhão específico. Mês seis, ele já viu três homens que diziam estar transformados voltarem algemados. Mês doze, ele começa a dormir mal. Não dorme porque escuta, dentro da cabeça, a voz do egresso que pediu ajuda e ele não atendeu o telefone naquela quarta-feira. Mês dezoito, ele está frio com a esposa. Os filhos perguntam por que o pai não ri mais. Mês vinte e quatro, ele para de ir. Diz que foi Deus que tirou. Foi a exaustão.

A literatura clínica tem nome para isso. Burnout, descrito por Christina Maslach desde os anos 1970, com três dimensões: exaustão emocional, despersonalização, redução do senso de rea-

lização pessoal. Fadiga por compaixão, descrita por Charles Figley nos anos 1990, específica de quem cuida de pessoas em trauma. Trauma vicário, descrito por Pearlman e McCann em 1990, a alteração permanente da forma como você vê o mundo depois de absorver, escuta após escuta, o horror que outras pessoas viveram.

Capelão prisional acumula os três. Ele entra em ambiente de sofrimento concentrado. Ouve histórias de abuso na infância, de homicídio em legítima defesa que ninguém acreditou, de mãe que morreu enquanto o filho estava preso. Ouve, ora, sai. Vai para casa, janta, dorme. E acorda às três da manhã com a história do homem do pavilhão B na cabeça.

O primeiro companheiro que vi desistir saiu de casa empolgado. Rodou quarenta e cinco quilômetros até a unidade. Chegando lá, foi avisado que não ia poder fazer a atividade religiosa naquele dia. Outro, em outra unidade, até entrou, mas a atividade durou cinco minutos. Sem explicação, deram a ordem pra encerrar. Esses dois nunca mais voltaram. O que os derrubou não foi o cárcere. Foi a porta fechada na cara sem que ninguém tivesse preparado eles pra isso.

O problema não é espiritual. O problema é que ninguém ensinou esse capelão a fechar a porta. A teologia evangélica brasileira tem páginas sobre intercessão, sobre jejum, sobre guerra espiritual. Tem quase nada sobre higiene emocional do cuidador. O pastor aprende a pregar, não aprende a se proteger de absorver o sofrimento alheio até derreter por dentro.

Vocação sem método queima.

Médico que atende UTI tem supervisão. Psicólogo que atende vítima de violência tem supervisão obrigatória pelo CFP. Bombeiro que retira corpo tem debriefing. Capelão prisional, na maioria das instituições brasileiras, entra sozinho e sai sozinho. Não tem com quem decantar. Não tem ninguém que pergunte, depois daquela visita específica, como ele está dormindo.

A Resolução CNPCP 34/2024 fala em assistência socioespiritual e veda proselitismo. Não fala em cuidado com o assistente espiritual. A LEP de 1984, no Artigo 24, garante o acesso. Não garante a

supervisão. O sistema assume que o capelão é inesgotável porque foi chamado. Não é. Chamado também adoece.

O método CHAVE, no sexto mês, introduz supervisão obrigatória em duplas. Não é luxo. É a diferença entre o capelão que continua no décimo ano e o capelão que pediu desligamento no vigésimo terceiro mês com a desculpa de que Deus o estava redirecionando. Deus raramente redireciona alguém para fora da vocação. A exaustão sim.

Quem entra para ficar precisa aprender, antes de qualquer outra coisa, a sair inteiro da unidade no fim do dia.

capítulo

12. Não falta vocação. Falta método.

Brasil tem vocação ministerial sobrando.

Mais de 700 mil obreiros credenciados em diferentes denominações. Milhares de pastores formados todo ano em seminários espalhados pelo país. Centenas de ministérios prisionais cadastrados nos sistemas penitenciários estaduais. Capelães voluntários entrando em mais de mil unidades prisionais toda semana. Bíblias, cultos, batismos, decisões registradas em planilhas internas que ninguém audita.

Vocação não é o problema do Brasil.

O problema é que ninguém ensinou método.

Olha o que acontece. Um homem é tocado por Deus durante uma cruzada. Sente o chamado. Procura o pastor da igreja local. Recebe uma palavra de oração, um abraço, uma cópia da escala mensal de visitação prisional. No domingo seguinte, está dentro de uma unidade do sistema. Sem saber a diferença entre regime fechado e provisório. Sem entender o que é Vara de Execução Penal. Sem nunca ter lido a Lei 7.210. Sem distinguir um egresso de um liberado condicional. Sem saber o que fazer quando o sujeito que ele evangelizou na quarta sai pelo portão na sexta e some na segunda.

Vocação sem método queima.

A frase incomoda porque ela acusa. Não acusa o vocacionado. Acusa quem deveria ter ensinado.

A igreja brasileira chega tarde no ministério prisional não por falta de gente. Chega tarde por falta de codificação. Por falta de manual. Por falta de gente disposta a sentar, escrever, errar, refazer, testar, documentar, ensinar. Ninguém quer fazer o trabalho lento de transformar carisma em currículo. Carisma é mais glamoroso. Currículo é trabalho de bibliotecário.

Wesley fez isso em Newgate. Booth fez isso em Whitechapel. Colson fez isso depois de Watergate. Ottoboni fez isso em Itaúna. Todos pegaram a vocação que sentiram na pele, traduziram em sistema replicável, e entregaram para a próxima geração de pé na porta da cadeia.

No Brasil, ninguém fez ainda.

Esse livro é a primeira tentativa.

Não é a versão definitiva. Não é o método único. Não é o final da história. É a primeira tentativa pública de codificar, em linguagem ensinável, trinta anos de chão dentro do sistema penitenciário do Distrito Federal e adjacências. É uma carta aberta para todo pastor, líder, voluntário, capelão e seminarista que sente o chamado mas não tem onde encostar. É um convite para a igreja parar de improvisar e começar a estudar.

O sistema CHAVE tem cinco letras. Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura. Doze meses de formação. Seis de teoria, seis de prática orientada. Você vai conhecer cada peça nas próximas partes do livro.

Mas antes do método, a Parte II vai mostrar o paciente.

Vai mostrar o que dá errado quando a vocação entra na cadeia sem método. Vai mostrar o pastor que volta da visita em lágrimas porque escutou uma história que ele não tinha treino para receber. Vai mostrar o egresso que sumiu no primeiro mês. Vai mostrar a igreja que recebeu o ex-detento no domingo e o devolveu pra rua na terça. Vai mostrar o ciclo que ninguém quebrou ainda.

Antes da chave, a fechadura.

Antes da solução, o diagnóstico.

p a r t e

Parte II — Os Que Entraram Sem Método

WATERGATE · MAXWELL PRISON

Chuck Colson

1974

Conselheiro de Nixon condenado por
obstrução de justiça. Da prisão
nasceu a Prison Fellowship (1976).

Chuck Colson e o nascimento da Prison Fellowship a partir do escândalo de Watergate.

Em casa de ferreiro, espeto de pau.

O ditado nasceu na península Ibérica do século XV. Aparece em compilações de provérbios castelhanos e portugueses da época, num tempo em que ferreiros eram figuras centrais da vila. Quem batia o ferro fazia arado, ferradura, faca, foice. Vivia rodeado de metal incandescente. Tinha forja, malho, bigorna, brasa. E mesmo assim, na própria casa, na hora de assar a carne, usava espeto de madeira.

Por quê?

Porque o ferreiro fazia para os outros. Cobrava por encomenda. Atendia a vila inteira. Quando chegava em casa, exausto, o que sobrava era pressa, cansaço, fim de dia. O espeto de pau era o que dava pra fazer no improviso. Funcionava razoavelmente. Queimava na ponta, mas servia.

A casa do ferreiro virou metáfora da contradição vocacional. Você domina a técnica, mas não aplica em você. Tem o método, mas pula a etapa. Sabe o caminho, e mesmo assim escolhe o atalho.

A capelania prisional brasileira tem 30 anos de espeto de pau.

Em 1974, Charles Wendell Colson, conhecido como Chuck Colson, foi indiciado no caso Watergate. Era conselheiro especial do presidente Richard Nixon. Advogado brilhante, formado em Brown University e George Washington Law. Apelidado pela imprensa de *hatchet man*, o homem do machado, pela frieza política. Confessou obstrução de justiça no caso Daniel Ellsberg. Foi con-

denado a 1 a 3 anos. Cumpriu 7 meses na Maxwell Federal Prison, Alabama, entre 1974 e 1975.

Antes de entrar, Colson leu *Mero Cristianismo*, de C. S. Lewis. Um amigo, Tom Phillips, presidente da Raytheon, entregou o livro. Colson converteu-se ao cristianismo evangélico ainda em liberdade, mas a experiência na prisão consolidou o chamado. Lá dentro, viu o que ninguém via. Homens esquecidos pela igreja, pela família, pelo Estado. Saiu em janeiro de 1975.

Em 1976, fundou a Prison Fellowship. Não era uma igreja, era um método. Treinamento de voluntários, programa estruturado pós-soltura, parceria com administrações penitenciárias, currículo replicável. Hoje a Prison Fellowship opera em mais de 120 países. Colson recebeu o Templeton Prize em 1993. Morreu em 2012.

O ponto não é o homem convertido. O ponto é o método construído.

Colson entrou na prisão como político caído. Saiu como engenheiro de sistema. Entendeu que vocação sozinha não basta. Que sentimento não escala. Que sem estrutura, o impulso de servir queima rápido, vira frustração, abandona o campo.

uma cena.

Dois capelães chegam à mesma unidade prisional, mesma semana, mesma cidade. O primeiro entra com Bíblia debaixo do braço e palavra no coração. Reza, prega, abraça. Sai exausto, comovido, certo de que fez a obra. Volta na semana seguinte, e na outra, e na outra. Seis meses depois, está cansado. Um ano depois, parou. Dois anos depois, mudou de ministério. Os homens que ele alcançou voltaram ao crime. Ele nem sabe. Ninguém contou.

O segundo capelão chega com uma planilha. Tem nome, número de matrícula, data prevista de saída, contato de família, perfil de uso de substância, histórico de violência, religião de origem, escolaridade. Tem protocolo de visita, calendário, mentor designado para os 30 dias seguintes ao egresso. Tem rede de igrejas locais cadastradas, vagas de emprego mapeadas, casa de transição com endereço e responsável. Seis meses depois, ainda está lá. Um ano depois, expandiu para outra unidade. Dois anos depois, treina o próximo capelão.

A diferença entre os dois não é fé. É método.

Vocação sem método queima.

Os 30 anos seguintes desse livro vão mostrar onde a fé acertou, onde o improviso falhou, e por que a casa do ferreiro ainda usa espeto de pau quando o assunto é prisão.

Há um detalhe que a imprensa não cobre, a academia raramente pesquisa, e até a igreja prefere não enxergar. O crime, em sua etapa mais decisiva, é invisível.

Não é o assalto à mão armada que decide o futuro do egresso. Não é a audiência de custódia, não é a sentença, não é o dia da soltura. O crime que reabsorve o homem libertado acontece no silêncio do primeiro mês depois do portão. Sem testemunha, sem manchete, sem boletim de ocorrência ainda. É o crime que se gesta no quarto vazio, na geladeira sem comida, no celular sem crédito, no antigo amigo que liga primeiro.

A Parte II deste livro é sobre os que entraram sem método. Sobre os capelães que amaram demais e estruturaram de menos. Sobre as igrejas que prometeram restauração e entregaram retórica. Sobre o sistema que tolerou a presença religiosa sem cobrar resultado.

E sobre o que se aprende quando o espeto de pau queima na própria mão.

capítulo

1. O capelão que pregou antes de ouvir

Existe um instante específico, o primeiro minuto de um capelão novo dentro de um pátio, que decide se ele vai ter trinta anos de ministério prisional ou três meses. Esse instante quase nunca é decidido pelo capelão. É decidido pelos homens sentados na bancada de concreto, e eles decidem em silêncio, sem voto, sem assembleia.

Eles decidem rápido. Em média três minutos.

Antes de você existir como pastor naquele lugar, existiu um sistema de leitura. O cara cumprindo pena lê gente desde a infância. Ele leu o juiz, leu o promotor, leu o agente, leu o advogado, leu o outro preso que dorme ao lado dele. Ler gente é o sistema operacional dele. E quando você atravessa o portão de chapa com a Bíblia debaixo do braço, ele já abriu o seu manual de instruções antes de você falar.

Ele está procurando uma coisa só: você veio ouvir ou você veio falar.

O capelão iniciante quase sempre veio falar. Faz sentido. Ele estudou. Tem versículo decorado, tem teologia sistemática, tem uma palavra ardendo no peito desde o estacionamento. Sobe na bancada do pátio, abre a boca, dispara um sermão de quinze minutos sobre o filho pródigo. Os homens ouvem. Não interrompem.

Alguns concordam com a cabeça. No fim, alguns levantam a mão para receber Jesus.

O capelão sai dali achando que fez história.

Fez. Mas não a história que ele pensa.

A história que ele fez é a seguinte. Ele provou, em quinze minutos, que é mais um. Mais um que entrou para descarregar, não para escutar. Mais um que precisa do pátio para se sentir útil, não que precisa do homem para entender alguma coisa. Da próxima vez que ele atravessar aquele portão, os mesmos homens vão ouvir do mesmo jeito, vão concordar do mesmo jeito, e vão fechar a porta do mesmo jeito. Educadamente. Sem briga.

Cadeia não expulsa pastor. Cadeia desliga o microfone interno.

Na Penitenciária Federal de Brasília, o policial penal anunciou aos presos que a gente estava ali pra prestar assistência religiosa. Os presos olharam na nossa cara e disseram que não queriam e não aceitavam. Foi aí que entrou a experiência de ouvir a Deus. Chamei a companheira de trabalho de lado e pedi que ficasse tranquila. Eles achavam que era o Estado impondo religião. Na visita seguinte eu levei uma cantora e avisei o diretor que não ia ter pregação, só música. Mudou tudo. Agora eram eles que pediam a assistência. Teve preso que disse que esperava seis meses pela nossa visita.

Vocação sem método queima.

Por que isso acontece com gente boa, gente chamada, gente que jejuou três dias antes da visita? Porque vocação é combustível, e combustível sem motor vira fogo descontrolado. O motor, nesse caso, é uma sequência que parece banal e não é. Primeiro você senta. Segundo você cala. Terceiro você pergunta o nome. Quarto você espera. Quinto, talvez no quinto encontro, talvez no décimo, o homem te pergunta alguma coisa. Aí, e só aí, você responde.

A pregação não foi proibida. A pregação foi reordenada.

Tem uma diferença técnica entre evangelizar e atropelar, e essa diferença se chama tempo de escuta. O cara da bancada não está testando sua doutrina. Ele está testando se você consegue ficar quieto perto da dor dele sem fugir para o púlpito. Se você consegue, ele te abre a história. Se ele te abre a história, você descobre

1. O capelão que pregou antes de ouvir

que metade do que ia pregar não tinha nada a ver com o que ele precisava ouvir.

A outra metade, sim. Mas só a outra metade.

Existe um princípio antigo, mais velho que qualquer manual de capelania, e ele atravessa Tiago capítulo um. *Pronto para ouvir, tardio para falar*. Não é poesia pastoral. É protocolo operacional. Quem inverte a ordem, queima o turno. Quem queima o turno, queima a porta. Quem queima a porta, na semana seguinte não entra mais.

O erro número um do iniciante não é teológico. É de sequência. Você veio pregar. Tudo bem. Só não pregue primeiro.



Assistência religiosa nas unidades: a presença antes da pregação.

capítulo

2. O grupo que entrou só no Natal

Existe um tipo de visita que o sistema prisional brasileiro conhece bem. Chega em dezembro. Vem de van fretada, com banner enrolado debaixo do braço e caixas de panetone empilhadas no portão da unidade. O grupo é grande, vinte ou trinta pessoas. Tem violão, tem banner com o nome da igreja, tem fotógrafo. Tem culto de gala.

E tem o ano inteiro sem ninguém.

Eles voltam pra casa achando que fizeram missão.

Cheguei numa ala em janeiro e um reeducando soltou na minha frente: ah pastor, vocês são igual àqueles do panetone? Doe, porque entendi na hora o que ele quis dizer. Tem capelão que aparece no Natal, tira a foto, distribui a cesta e some. O preso já viu esse filme tantas vezes que aprendeu a não criar expectativa. O capelão de verdade entende cedo que o ministério dele vai ser nos bastidores. Se Deus quiser, um dia tem reconhecimento. Mas só se Deus quiser, e nunca antes da hora.

O reeducando que está cumprindo doze anos não tem calendário litúrgico. Ele tem segunda, terça, quarta. Tem o domingo em que ninguém aparece. Tem o aniversário do filho que ele não viu. Tem o velório da mãe ao qual não foi liberado. Pra ele, o tempo é uma linha reta de dias iguais, e a presença de fora chega ou não

chega. Quando chega só uma vez por ano, com câmera e jingle, ele entende exatamente o que aquilo é. Ele já viu político fazer igual em ano de eleição.

A pesquisa do DEPEN com a UFPE em 2022 mediu uma amostra de 979 mil presos, treze estados, Distrito Federal incluído. O dado que importa aqui não é o índice geral de reincidência. É o recorte fino. Vinte e nove por cento dos que recaem, recaem no primeiro mês depois de sair. Cinquenta por cento, nos três primeiros. O grupo do panetone não está lá nesse mês. O grupo do panetone está montando a próxima cantata de Natal.

Tem uma diferença grande entre ministério e evento. Evento tem data marcada, tem roteiro, tem encerramento. Ministério tem terça-feira chuvosa, tem fila pra entrar, tem o mesmo banco duro da capela, tem o mesmo nome lembrado, tem o mesmo café requentado. Evento produz fotografia. Ministério produz vínculo. As duas coisas podem coexistir, e em algumas obras coexistem bem. O problema começa quando uma substitui a outra.

A Lei de Execução Penal, no artigo 24, é cuidadosa com essa palavra. Ela fala em assistência religiosa, não em ação religiosa. Assistência supõe permanência. Supõe um sujeito que precisa e outro que retorna. A Resolução 34 do CNPCP, de 2024, foi além e nomeou: assistência *socioespiritual*. Veda o proselitismo, exige opt-in do reeducando, dispensa formação teológica formal. O texto da norma desenha uma capelania de presença, não de espetáculo.

A capelania de evento entra, distribui, fotografa, sai. Ela cumpre o calendário da igreja que a enviou. A capelania de presença entra na terça, lembra do irmão da cela 14, sabe que a esposa dele teve uma menina em abril, aparece na audiência de progressão, está no portão no dia em que ele sai. Uma alimenta o post. A outra alimenta a pessoa.

A virada veio quando começamos um trabalho de consolidação. Nas saídas temporárias, passamos a receber os que saíam ali na rodoviária, junto com egressos que já tinham saído e viraram exemplo. Nos fins de semana, cultos com esses egressos, pra sustentar quem ainda estava cumprindo pena. Não é mais o pastor do panetone que aparece e some. É um rosto fixo, o mesmo, que

o egresso reconhece no ponto de ônibus meses depois e sabe que pode chamar.

Vocação sem método queima.

O grupo do Natal foi embora ontem. A unidade segue aberta hoje. Quem aparece hoje, é capelão.

capítulo

3. A promessa que não pode entregar

A boca do capelão é o documento mais lido do presídio.

O reeducando passa o dia inteiro lendo gente. É a habilidade que o sistema treina nele. Quem mente, quem cumpre, quem só tá fazendo cena. O agente penitenciário ele lê em três segundos. O juiz, pela carta. O advogado dativo, pelo tempo de demora no retorno. Quando o capelão entra na ala, ele já tá sendo lido antes de abrir a boca. Cada frase que sai vira ficha catalogada. Mentira pequena, o cara registra. Promessa grande, o cara registra com asterisco vermelho.

E aí entra o capelão sem método.

Ele chega com o coração quente, vê a dor, quer ajudar. A esposa do interno chorando no parlatório, criança sem escola, processo parado há oito meses. Ele olha pra aquilo e ouve sair da própria boca uma frase que vai voltar pra assombrar. “Irmão, vou conversar com o juiz.” “Mano, vou arrumar um advogado bom pra você.” “Fica tranquilo, semana que vem eu trago notícia da transferência.” Ele não vai conversar com o juiz. Não tem como. O juiz não recebe pastor que não é arrolado no processo. Ele não vai arrumar advogado bom, porque advogado bom cobra honorário que igreja de capelania não paga. A transferência não depende dele, depende de vara de execução, da SEJUS, de um sistema que ignora oração.

Na semana seguinte ele volta com a Bíblia debaixo do braço e o silêncio nos olhos. O reeducando pergunta. Ele desconversa. Diz que tá orando. Diz que Deus tem o tempo dele. Diz que a fé move montanhas.

E ali, naquele momento, o reeducando fechou o livro.

Não o livro da Bíblia. O livro do capelão. Ele ainda vai sorrir na próxima visita. Vai cantar o louvor. Vai até pedir oração. Mas internamente já catalogou. *Esse aqui é mais um*. Mais um que promete e some. Mais um que confunde compaixão com competência.

o tamanho do estrago. O capelão acha que perdeu credibilidade só com aquele interno. Não perdeu. Perdeu com a ala inteira. Porque o reeducando vai contar. Vai contar no banho de sol, no almoço, na hora da faxina. “O pastor lá, lembra? Falou que ia resolver. Sumiu.” A reputação do ministério inteiro paga o boleto da promessa de um.

E o pior. O capelão segue achando que tá sendo fiel. Continua entrando, pregando, distribuindo folheto. Não percebe que a ala já decidiu coletivamente que ele é decorativo. Vira parte da paisagem, como o ventilador quebrado e o crucifixo na parede da capela.

Vocação sem método queima.

Confiabilidade ministerial não se constrói em promessa grande. Se constrói em verdade pequena sustentada no tempo. “Volto terça.” E volta terça. “Vou ler esse versículo com você semana que vem.” E lê. “Não posso resolver seu processo, mas posso ouvir sua esposa quando ela vier.” E ouve.

O reeducando não precisa que você seja juiz. Ele já tem juiz. Não precisa que você seja advogado. Já tem defensor. O que ele nunca teve, e tá medindo em cada visita sua, é alguém cuja palavra pequena bate com o fato pequeno. Semana após semana. Mês após mês.

A entrega humilde fura o concreto que a promessa heroica não arranha.

Os presos vão te testar. Não é maldade, é defesa. Eles já foram enganados demais. Se você falha com a sua palavra uma vez, caiu no descrédito e não levanta mais ali dentro. Por isso aprendi cedo

3. A promessa que não pode entregar

a não prometer. Eu faço. Depois eu comunico. Um não posso dito na hora certa vale mais que dez vou tentar jogados ao vento.

capítulo

4. O que o reeducando sente em três minutos

Você entra pela primeira vez num pavilhão. Acha que está sendo apresentado. Não está. Está sendo lido.

Há um relógio invisível correndo. Três minutos. Talvez menos. Nesse intervalo, o homem encostado na parede já decidiu três coisas sobre você, e nenhuma delas tem a ver com a sua fé.

Numa rua qualquer de Brasília, ler errado o vizinho custa um constrangimento. Dentro do sistema, ler errado custa caro. Sobreviver na cadeia exige um tipo de inteligência social que poucos professores de seminário já precisaram desenvolver. O reeducando aprendeu, na pele, a separar quem chega para escutar de quem chega para fazer número. Aprendeu antes de saber o seu nome.

Então ele te observa.

A primeira pergunta não é teológica. É operacional. *Esse aí veio escutar ou veio falar?* Se você abre a boca antes de cumprimentar, ele já respondeu. Se você senta na ponta da cadeira, postura de quem tem hora para ir embora, ele já respondeu. Se você olha para o crachá dele em vez de olhar para o rosto, ele já respondeu.

A segunda pergunta é sobre permanência. *Esse aí vai voltar?* Capelão de uma visita só não conta como capelão. Conta como turista. O sistema prisional brasileiro está cheio de gente que aparece uma vez, tira foto mental, posta no grupo da igreja e some.

O reeducando conhece esse cardápio. Ele te examina procurando o sinal contrário. Quer saber se você anotou o dia da próxima quinta-feira, se você sabe o nome do agente da galeria, se você trouxe um caderno gasto, dessas coisas pequenas que dedo-duro não traz.

A terceira pergunta é a mais perigosa. *Esse aí tem aprovação aqui dentro?* Ele observa quem te recebeu no portão. Observa o tom que o agente usou contigo. Observa se você anda pela área olhando para o chão ou de cabeça erguida demais. A presença de Cristo numa unidade prisional passa, na prática diária, por protocolos de respeito mútuo entre capelania e administração penitenciária. A Portaria SEAPE/SEJUS 58/2015, no Distrito Federal, regula isso por escrito. O homem do pavilhão regula isso pela leitura.

A quarta pergunta vem depois, quase como teste final. *Esse aí sabe falar comigo?* Não significa gírias forçadas. Significa o oposto. Significa silêncio quando o silêncio cabe. Significa não corrigir o português dele. Significa não citar versículo como soco. Significa perguntar o nome dele duas vezes, porque você esqueceu, e admitir que esqueceu.

Humildade abre porta que pregação fecha.

o que acontece nesses três minutos. Você não consegue controlar nada deles pela boca. Pela boca, você só consegue piorar. O que decide o jogo é tudo o que vem antes da palavra. Postura. Olho. Tempo. Respiração. A pressa do visitante denuncia o visitante. A calma do enviado denuncia o enviado.

Wesley, em 1738, levou meses andando dentro de Newgate antes de pregar coisa séria ali. Ottoboni, em Itaúna, passou anos só ouvindo antes de propor método. Os dois entenderam a mesma aritmética. O reeducando não compra pregação no atacado. Ele compra presença no varejo, em parcelas semanais, com juros de paciência.

Você tem três minutos. Não use para falar. Use para ser lido com nota boa.

Depois, talvez, a porta abre.

E aí, só aí, o trabalho começa.

capítulo

5. O sermão que fechou a porta

Existe um tipo de pregação que parece fervorosa e é, na verdade, uma chave girando do lado errado da fechadura.

O capelão entra, sobe no improviso de pátio, abre a Bíblia em Romanos, e começa a falar de justiça divina. A voz sobe. O dedo aponta. As palavras vêm em cascata: pecado, condenação, castigo, ira. Ele acha que está pregando a verdade. Está, talvez. Mas a verdade dita no lugar errado, no tom errado, para o ouvido errado, vira faca.

O homem sentado naquela cadeira plástica já foi condenado. Pela vara criminal, pelo bairro, pela própria mãe que parou de visitar. Ele não precisa de um pastor para somar mais uma sentença. Ele precisa de alguém que o veja antes de julgá-lo.

O sermão errado fecha portas que levaram meses para abrir.
o que acontece depois. O reeducando volta para a cela calado. No outro dia, três contam para o agente que “aquele pastor humilha a gente”. O agente passa para o chefe de segurança. O chefe passa para o diretor. O diretor liga para a coordenação de assistência religiosa. E o credenciamento daquela instituição entra em revisão. Não por má-fé. Por gestão de risco.

Em Brasília, a Portaria SEAPE/SEJUS 58/2015 limita vinte representantes cadastrados por instituição, quatro simultâneos por dia. Um capelão que cria atrito reduz a janela inteira do ministé-

rio. Não é ele que paga. Pagam os outros dezenove, e pagam os internos que confiavam que alguém estaria ali na quinta-feira.

Tem outra versão do mesmo erro. O pastor que entra pregando prosperidade. Decreta que Deus vai abrir as portas, restituir os bens, devolver a família. O homem ali dentro escuta, anota mentalmente, sai em seis meses, não recebe nada do que foi prometido, e fecha a porta para qualquer pregador pelo resto da vida. A Resolução CNPCP 34/2024 fala em assistência socio-espiritual e veda expressamente o proselitismo manipulativo. Não é regra burocrática. É proteção de quem está vulnerável demais para discernir promessa de bênção.

E tem o terceiro tipo. O testemunho desconectado. O pregador que conta a própria vida de classe média, divórcio resolvido, dívida quitada, igreja prosperando, e oferece aquilo como modelo. O reeducando ouve uma língua que não é a dele. Ouve um Deus que cuida de gente que tem CEP fixo.

Tem uma ala que ensina isso na marra: a ala das pessoas trans e homossexuais. A lei garante a autodeclaração de sexualidade. O capelão que entra ali pra pregar contra a orientação sexual das pessoas fecha a porta pra ele mesmo e pra quem vier depois. A orientação do Instituto é clara. Não se prega sobre opção sexual. Mostra-se o amor de Deus e a compaixão. A decisão é pessoal, e é de cada um. Quem não entende isso não volta a entrar.

A diferença entre o capelão que abre porta e o que fecha não está no fervor. Está no método. Está em saber que cada palavra dentro do presídio é dita diante de três ouvidos: o do interno, o do agente, e o da instituição. Os três avaliam. Os três decidem se você volta.

Vocação sem método queima.

Queima rápido. Queima junto com o acesso de quem vinha atrás.

capítulo

6. A diretoria que recusou o credenciamento

A regra existe antes do pastor entrar. Quem assina o cadastro assina o limite.

O capelão chegou na unidade com vinte anos de pregação fora dos muros. Tinha currículo de avivamento, gravações em rádio, uma agenda cheia de cultos em ginásio. Achava que o presídio era extensão natural do púlpito. Que a unção dele abria portas. Que a lei era detalhe burocrático para quem não tem chamado.

Levou dois meses para o credenciamento dele ser cassado.

A Lei 9.982 de 2000 garante o direito do religioso de acessar o sistema prisional. Garante e impõe. No Art. 2, a regra é direta: o acesso fica condicionado ao acatamento das normas internas. A LEP, Lei 7.210 de 1984, no Art. 24, sustenta o mesmo princípio. Existe assistência religiosa. Existe local apropriado. Existe opt-in do preso. E existe revista, controle, horário, lista de itens permitidos. Quem entra entra sob essas condições. Quem não acata, sai.

No Distrito Federal a Portaria SEAPE/SEJUS 58 de 2015 detalha. Cadastro institucional, vinte representantes por instituição, no máximo quatro em circulação no mesmo dia. Não é capricho do servidor da portaria. É proteção de todos: do agente, do interno, da família que espera lá fora, do próprio religioso que precisa voltar amanhã.

O capelão tentou passar cartas escondidas no forro da Bíblia. Foi flagrado na revista. Argumentou que era correspondência espiritual, que servidor público não tinha competência para julgar conteúdo de oração. Subiu o tom. Citou perseguição religiosa. Disse que iria à imprensa.

A diretoria foi cirúrgica. Lavrou o ocorrido, comunicou a instituição mantenedora, suspendeu o cadastro individual e abriu apuração sobre o grupo inteiro. Em quarenta e cinco dias, todos os representantes da igreja dele perderam acesso à unidade. Não por crença. Por descumprimento de norma.

Vocação sem método queima.

o que aconteceu na prática. A unidade tinha cinco internos batizados naquele grupo. Cinco homens que iam ao culto, recebiam visita pastoral, participavam de estudo bíblico semanal. Quando o credenciamento caiu, esses cinco ficaram sem assistência da denominação deles. Outras instituições absorveram o que conseguiram. Três aceitaram migrar. Dois desistiram do acompanhamento. Um saiu em alvará seis meses depois sem rede de apoio definida.

O capelão protagonizou. Os internos pagaram.

A Resolução CNPCP 34 de 2024, vigente, é clara no recorte: a assistência se chama socio-espiritual, veda proselitismo agressivo, exige que o religioso opere dentro do marco do sistema. O Art. 15 §4º até dispensa formação teológica formal. Não dispensa disciplina institucional. São coisas diferentes. A primeira reconhece que o chamado não cabe no diploma. A segunda lembra que o chamado tampouco anula o regulamento.

Capelania não é território livre. É território confiado. A diferença é grande.

Quando você assina o cadastro, está assinando um contrato silencioso com três partes: com o Estado, que abriu a porta; com a instituição religiosa, que respondeu pelo seu nome; e com o interno, que não tem mobilidade para escolher outro pastor caso o seu seja barrado. Romper qualquer um desses contratos não é heroísmo. É vandalismo travestido de fé.

Um capelão que ia comigo não queria passar pela revista manual. Não queria tirar a roupa pra ser revistado, porque na portaria

tinha o escâner que agilizava. Eu concordei em ser revistado do jeito que pediram. Ganhei o respeito do policial ali. Ele me disse depois que o outro capelão queria ser maior que o próprio mestre, porque Jesus tirou a roupa na cruz pra salvar um malfeitor. Humildade na portaria abre porta lá dentro.

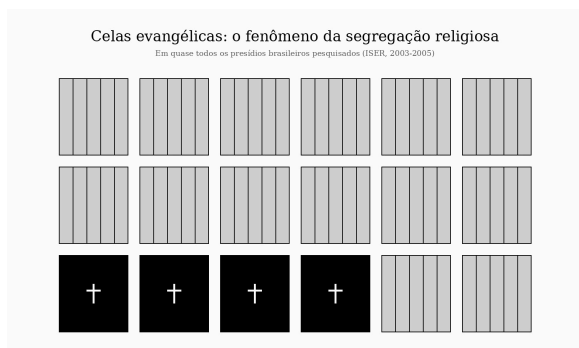
A pergunta que fica é simples. Você está disposto a obedecer regra que considera pequena para sustentar acesso a quem você diz amar? Ou prefere o gesto bonito que custa o lugar?

Vocação sem método queima.

A diretoria que recusou o credenciamento não negou o evangelho. Negou o atalho.

capítulo

7. A cela evangélica como sintoma



O fenômeno das celas evangélicas segregadas. Pesquisa ISER, presídios brasileiros, 2003-2005.

Você entra num presídio brasileiro qualquer. Pavilhão A, B, C. Em algum corredor existe uma cela diferente das outras. O chão está mais limpo. As paredes têm versículos escritos a caneta. Os homens lá dentro falam baixo, se cumprimentam com aperto de mão firme, chamam uns aos outros de irmão. Ninguém precisa explicar nada pra você. Aquela é a cela evangélica.

Não é exceção. É padrão.

A antropóloga Camila Caldeira Nunes Dias passou anos pesquisando esse fenômeno em presídios paulistas. A conclusão dela é desconfortável. Nas instituições penais brasileiras, o isolamento virou condição da identidade religiosa. Pra ser evangélico ali dentro, você precisa morar separado. A fé deixou de ser uma escolha interior e virou um endereço.

no que isso significa.

Significa que a conversão religiosa, que deveria ser experiência espiritual, virou também estratégia de sobrevivência arquitetônica. O convertido troca de cela. Sai do convívio comum, sai da pressão do tráfico interno, sai do código não escrito do crime. Entra num espaço onde o controle social funciona por outras regras. Leitura de Bíblia obrigatória. Culto diário. Linguagem vigiada. Comportamento monitorado pelos próprios irmãos.

Pastoralmente, isso é complexo demais pra resolver com aplauso ou com condenação.

o lado bom. Pra muitos homens, aquela cela é a primeira estrutura ordenada que eles experimentam na vida adulta. Tem horário. Tem regra. Tem fraternidade. Tem alguém que pergunta como foi a noite. Salva vida concreta. Tira gente do uso de droga. Reduz episódio de violência. Cria expectativa de futuro onde antes havia só repetição.

Agora o outro lado. A mesma estrutura que protege pode virar palco. Quando a fé precisa ser performada o tempo todo pra justificar o lugar onde você dorme, ela vira teatro. O sujeito aprende o vocabulário. Memoriza os gestos. Reprodz o testemunho esperado. Fica evangélico de cela, não de coração. E quando sai pelo portão, no primeiro mês de rua, sem cela pra defender a identidade, ele volta a ser quem era. Os 29% que recaem no primeiro mês depois da liberdade, segundo a pesquisa DEPEN/UFPE de 2022, têm muitos deles esse perfil. Conversão funcional, não convicção.

Tem ainda um terceiro problema, mais silencioso. A cela evangélica segregada revela um vácuo. Onde o Estado falhou em oferecer assistência espiritual minimamente organizada, conforme manda a Lei 7.210 de 1984 no Artigo 24, a igreja improvisou geografia. Como não há método público, a fé virou bairro. Como não

há acompanhamento profissional do convertido, ele se agrupa por instinto de sobrevivência. A cela evangélica não é triunfo da evangelização. É sintoma da ausência de tudo o mais.

A cela evangélica é o lugar onde a vocação dos outros foi parar porque ninguém ofereceu método.

A primeira vez que entrei numa cela evangélica segregada, eu queria ver só fé. Vi fé, mas vi outras coisas também. Em alguns casos o efeito era o contrário do anunciado. Tinha preso usando a cela evangélica pra se beneficiar das contribuições. Tinha quem entrava porque devia pra gente de outra cela e ali estava protegido. Tinha quem usava o cargo de pastor da cela pra mandar. Foi ali que entendi a diferença entre fé performada e fé estruturada. Uma se mostra na visita. A outra se sustenta quando ninguém está olhando.

Quem trabalha 30 anos em capelanía prisional aprende a olhar pra essa cela com três lentes ao mesmo tempo. A primeira é a do reconhecimento. Aquilo é grito por ordem, por pertencimento, por sentido. Não dá pra desprezar. A segunda é a do discernimento. Nem todo mundo ali está convertido. Muitos estão sobrevivendo com vocabulário religioso. Confundir as duas coisas faz mal pro convertido real e pro performer também. A terceira lente é a do método. Se o sujeito vai sair em três meses, seis meses, dois anos, o que ele leva consigo? Bíblia debaixo do braço basta? Aperto de mão de irmão basta?

Não basta.

Sem acompanhamento pós-cela, a cela vira ilha. E ilha não atravessa portão. O convertido que viveu doze meses dentro de um microclima evangélico controlado, quando bate na rua sem aquele microclima, descobre que a fé dele não tem músculo pra caminhar sozinha. Ele aprendeu a ser evangélico de cela. Ninguém ensinou a ser evangélico de calçada.

A cela evangélica não é o problema. É o termômetro. Mostra a temperatura exata do quanto a igreja brasileira terceirizou pra dentro do presídio o trabalho que deveria estar fazendo lá fora, antes e depois, com método.

Vocação sem método queima.

capítulo

8. Quem queima sem ser visto

Em 1738, John Wesley anotou no diário que tinha pregado na prisão de Newgate. Em 1739, anotou de novo. Em 1740, 1741, 1742. Trinta anos depois, ainda anotava. Wesley voltava. Outros pararam de voltar antes do segundo inverno, e ninguém perguntou por eles. A história guardou o nome de quem ficou. Os nomes de quem desistiu sumiram do registro como se nunca tivessem existido.

Quantos capelães começaram a visitar Newgate em 1738 ao lado de Wesley? Ninguém sabe. Não há lista, não há ata de saída, não há carta de despedida. O que existe é o silêncio.

Vocação sem método queima.

Trezentos anos depois, o silêncio é o mesmo. No Distrito Federal, a Portaria SEAPE/SEJUS 58/2015 exige cadastro de até vinte representantes por instituição, com até quatro simultâneos por dia. Cadastro de entrada. Não há, em parte alguma do texto, procedimento de saída. O capelão entra com identificação, foto, encaminhamento da liderança. O capelão sai quando para de ir. Ninguém anota. Ninguém liga. O nome continua no sistema como se a pessoa ainda estivesse trabalhando.

o que acontece na prática. O pastor cadastrado visita o pavilhão durante seis meses. Conhece nomes. Reza com famílias. Leva mensagens, recebe pedidos, anota nomes em caderno. No sétimo mês, ele falta uma quarta-feira. Resfriado, dizem. No oitavo, falta duas. No nono, falta três. No décimo, não vai mais. A igreja não

percebe. A direção da unidade não percebe. Os presos percebem, mas presos não têm telefone pra cobrar. O capelão queimou, e queimou sozinho, no escuro, sem ninguém ver.

Aqui está o ponto que dói. A igreja brasileira tem estrutura pra ordenar pastor, tem culto de consagração, tem cartaz, tem foto, tem ata. Não tem estrutura pra cuidar do pastor depois que ele entra na prisão. Não tem supervisão clínica, não tem rodízio obrigatório, não tem retorno semestral pra avaliar exaustão. O pastor é enviado. Depois disso, ele está sozinho com Deus e com o pavilhão.

Os números do estudo DEPEN/UFPE de 2022 mostram que 29% dos egressos recaem no primeiro mês. Cinquenta por cento nos três primeiros. A janela crítica do egresso é curtíssima. A janela crítica do capelão também é. Os primeiros doze meses dentro do pavilhão são o teste. Quem atravessa esse ano com suporte, fica. Quem atravessa sozinho, na maioria das vezes some.

A pergunta não é por que ele parou. A pergunta é por que ninguém viu.

A Resolução CNPCP 34/2024 fala em assistência socioespíritual, fala em respeito ao opt-in, fala em vedação ao proselitismo. Não fala em cuidado pastoral do capelão. A LEP, no artigo 24, garante o local apropriado pro culto. Não garante o local apropriado pra escutar o pastor que está quebrando. O Estado regula a entrada. A entrada está descrita. A queima fica fora do papel.

Vocação sem método queima.

E queima sem ser vista.

capítulo

9. O ministério individual sem casa institucional

Conheço um pastor que entrou no presídio durante quinze anos. Sozinho. Levava Bíblia, levava roupa, levava esperança. Quando teve câncer, parou. Quinze anos de trabalho viraram nada em três meses. Os presos que ele acompanhava perderam o vínculo. As cartas voltaram. Os egressos sumiram. O nome dele continua na memória de algumas famílias. O ministério, não.

Vocação sem método queima.

o que acontece quando um homem sustenta tudo nas próprias costas. Ele é a porta de entrada, o cadastro, o transporte, o aconselhamento, o pós-soltura. Ele é a instituição inteira. Funciona enquanto o corpo aguenta. Funciona enquanto a fé não tropeça. Funciona enquanto a esposa não adoce, o filho não precisa de cirurgia, o carro não para na BR. Aí o sistema desmorona de um lado só, porque sistema de uma pessoa não é sistema, é pulso.

John Wesley não fundou o metodismo visitando Newgate sozinho. Ele criou sociedades, classes, regras escritas, livros de doutrina. Quando morreu em 1791, deixou estrutura. Chuck Colson saiu da prisão em 1975 convertido, mas só virou movimento depois de fundar a Prison Fellowship em 1976 com diretoria, estatuto, captação. Mario Ottoboni começou em 1972 com um grupo de leigos em Itaúna. Hoje a APAC tem 60+ unidades porque

Ottoboni transformou a vocação dele em associação registrada, com método publicado, com replicabilidade.

Vocação individual move uma vida. Casa institucional atravessa gerações.

A diferença não é teológica. É jurídica e administrativa. Sem CNPJ você não tem convênio. Sem convênio você não entra nas unidades como entidade reconhecida, entra como visita pessoal. Sem estatuto você não treina sucessores. Sem conselho fiscal você não recebe doação maior que troco. Sem prestação de contas você não constrói confiança institucional com SEJUS, FUNAP, Defensoria. Você fica dependendo da boa vontade do diretor da vez. Trocou o diretor, acabou o acesso.

A Portaria SEAPE/SEJUS 58/2015 no Distrito Federal pede cadastro institucional. A instituição pode indicar até 20 representantes e colocar 4 em campo no mesmo dia. Isso significa que uma casa institucional sustenta vinte ministérios individuais ao mesmo tempo, com revezamento, com cobertura, com continuidade. Um pastor sozinho cobre um dia. A casa cobre o ano.

Eu atuei sozinho por duas décadas. O que me mostrou o limite disso foi a Casa do Egresso. Eu estava acolhendo seis egressos sem estrutura, pagando aluguel e comida do meu bolso, levando cada um pra regularizar documento e procurar emprego. Fui pedir ajuda na VEP e na Sejus. Disseram que o trabalho era bonito e relevante, mas que sem estrutura institucional não dava pra apoiar. Naquele dia decidi institucionalizar. Li um artigo no CNJ, descobri um projeto com o mesmo nome, e nasceu o Instituto Começar de Novo. Estrutura pra capacitar, organizar e dar suporte, com projetos sociais além da espiritualidade.

O Instituto Começar de Novo nasceu para resolver esse buraco. CNPJ 39.470.308/0001-36, ativo desde 2020, sediado em Brasília. Parcerias formais com SEJUS, FUNAP, AVASP, Defensoria Pública, SENAPEN, SEAPE, Câmara Legislativa. Cada parceria sobrevive a qualquer pessoa, inclusive ao fundador. Esse é o ponto.

Casa institucional não substitui chamado. Casa institucional protege chamado.

Ela protege quando o capelão adoece, porque outro entra. Protege quando o capelão morre, porque o convênio segue. Protege

a família do capelão, porque separa a renda pessoal da operação. Protege o egresso, porque ele não depende de uma pessoa para ter referência, depende de uma porta que continua aberta. Protege o método, porque o que está escrito em estatuto e manual sobrevive ao esquecimento humano.

Você quer fazer capelania prisional pelos próximos trinta anos? Ótimo. Mas faça uma pergunta antes de entrar: o que acontece com esse trabalho no dia em que você não puder mais entrar?

Se a resposta for “acaba”, você ainda não tem ministério. Você tem surto vocacional com data de validade.

Vocação sem método queima.

Casa institucional é onde o método mora.



9. O ministério individual sem casa institucional



Os projetos do Instituto Começar de Novo: reintegração social, eventos e comunidade.

capítulo

10. Seis grupos Batistas no mesmo presídio

Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Período 2003 a 2005. Pesquisadoras do ISER, Instituto de Estudos da Religião, entram no presídio para mapear quem prega ali dentro. Querem nomes, vínculos, credenciais. Querem entender quem chega às detentas em nome de Deus.

O resultado caberia numa linha de planilha. Cabe num soco no estômago.

Onze grupos credenciados. Nove evangélicos, dois católicos. Dentro dos nove evangélicos, seis distintos Batistas. Duas Assembleias de Deus. Uma Universal. Seis. Batistas. Distintos. No mesmo presídio. Pregando para as mesmas mulheres.

o que isso significa na prática.

Seis pastores diferentes, seis igrejas-mãe diferentes, seis nomes de fachada diferentes, todos professando a mesma fé batista, todos credenciados separadamente, todos disputando agenda de visita, sala de reunião, atenção da mesma detenta. A mesma mulher, na mesma cela, podia receber seis convites batistas em uma semana. Cada um chamando ela pra um culto diferente. Cada um achando que o outro estava errado em algum detalhe doutrinário que ninguém ali dentro entendia.

Você é a detenta. Está há três meses presa, longe dos filhos, com fome de sentido. Bate na sua porta o primeiro pastor batista. Você

acolhe. Bate o segundo. Você desconfia. Bate o terceiro. Você fecha a cara. No sexto, você já não confia em nenhum.

A fragmentação não evangeliza. Ela vacina.

Esse é o ponto que machuca admitir. Não é a Universal que sabotou o trabalho batista no cárcere. Não é o católico que atrapalha o evangélico. São os próprios batistas, divididos entre si, gastando energia disputando território que não é deles, num lugar onde a pessoa que sofre não pediu denominação, pediu socorro.

Imagine um hospital. Seis médicos chegam ao mesmo paciente terminal. Todos formados em cardiologia. Cada um quer aplicar um protocolo ligeiramente diferente. Nenhum quer ceder. Nenhum quer coordenar. O paciente morre enquanto eles discutem técnica. Isso é capelania prisional sem método unificado.

A pesquisa do ISER tem mais de vinte anos. A situação que ela descreve mudou? Em alguns presídios sim, em muitos não. O cadastro da Portaria SEAPE/SEJUS 58/2015 aqui no DF criou um filtro, vinte representantes por instituição, quatro simultâneos por dia. Filtrou número. Não filtrou fragmentação.

Porque o problema nunca foi quantos entram. O problema é que entram sem combinar.

Sandel pergunta numa aula em Harvard: justiça é tratar igual quem é igual, ou é coordenar as forças disponíveis em nome de um bem maior? Aplica essa pergunta à capelania. Se seis grupos batistas têm a mesma fé, a mesma confissão, a mesma estrutura teológica de base, qual é a justiça em disputarem agenda em vez de somarem braços? Qual é o bem maior, defender o nome da minha igreja-mãe ou alcançar a mulher que está morrendo de tristeza na cela 12?

Unificação institucional é sinal de maturidade. Não é traição de identidade. Não é dissolução da diferença. É reconhecer que dentro do presídio a denominação importa menos que o método. Que a placa importa menos que a presença. Que a vaidade da minha igreja importa menos que o primeiro mês de quem vai sair.

Vocação sem método queima.

E queima primeiro nas mãos dos próprios irmãos, antes de queimar do lado de fora.

A gente criou a Semana da Reintegração Social pra valorizar quem trabalha de verdade com a volta do preso pra sociedade. Sentaram na mesma mesa a Pastoral Carcerária, a Universal, a Comunidade das Nações, a Igreja Adventista, as Testemunhas de Jeová, professores, advogados e organizações da sociedade civil. Cada um com sua fé, todos servindo o mesmo preso. Quem nunca atravessou o portão acha que isso é impossível. Quem volta sabe que é necessário.

capítulo

11. A bibliografia que não conversa com o Brasil

Vá numa livraria evangélica grande. Procure a seção de “ministério prisional”. Você vai encontrar três tipos de livro.

O primeiro tipo é Chuck Colson traduzido. *Born Again, Life Sentence, Justice That Restores*. Material denso, testemunho potente, fundação teológica sólida. Foi escrito a partir de uma cela federal americana nos anos 1970, depois das janelas de uma fundação em Washington nos anos 1980. Colson estava conversando com o sistema prisional dos Estados Unidos. O sistema dele tinha juízes eleitos, condicional federal, programas residenciais financiados por igrejas com orçamento de seis dígitos. Não é o sistema brasileiro.

O segundo tipo é manual de capelania militar adaptado. Material protestante histórico, traduzido nos anos 1990, focado em hospital e quartel. Aplica a teoria do cuidado pastoral em ambientes de autoridade hierárquica. Nada fala de pavilhão superlotado, nada fala de facção, nada fala da diferença entre uma penitenciária e uma cadeia pública.

O terceiro tipo é literatura católica. Pastoral Carcerária da CNBB tem material consistente, publicado desde os anos 1980, com pesquisa de campo séria sobre o cárcere brasileiro real. O problema não é a qualidade. O problema é a teologia. Um capelão

evangélico que abre o manual da Pastoral Carcerária encontra liturgia eucarística, devoção mariana, retiros de espiritualidade ignaciana. Bom material, lente errada.

Vocação sem método queima.

E quando a vocação procura método nos livros, encontra três espelhos quebrados.

Você pode até pensar que existe material denominacional evangélico no Brasil. Existe. Está fragmentado. Cada convenção tem cartilha própria, raramente passa de quarenta páginas, raramente sai do âmbito da própria denominação. A Convenção Batista Brasileira tem material para batista. A Assembleia de Deus tem material para Assembleia. Igreja Cristã Maranata tem material para Maranata. Um pastor metodista chegando ao sistema prisional de Brasília em 2024 não encontra um livro escrito para ele que cruze fronteiras denominacionais. Encontra panfletos.

A pesquisa do ISER realizada na Penitenciária Feminina do Distrito Federal entre 2003 e 2005 mostrou isso na prática. Dos onze grupos religiosos credenciados naquele momento, nove eram evangélicos. Desses nove, seis eram igrejas batistas distintas, cada uma com seu próprio enviado, sua própria liturgia, seu próprio material. Seis batistas diferentes na mesma unidade prisional. Nenhuma coordenação. Nenhum manual comum.

A consequência prática é simples. O capelão novo aprende fazendo. Erra com gente em sofrimento. Repete erros que outro capelão já tinha errado quinze anos antes em outro estado. A roda é reinventada toda vez que um pastor sente o chamado de entrar numa penitenciária.

Quando comecei, fui atrás de curso de capelania. A maioria dos palestrantes nunca tinha pisado num presídio. Alguns estavam ali só pra ganhar dinheiro. De livro, encontrei pouca coisa em português. Achei um chamado Deus na Prisão, outro sobre como anunciar o evangelho aos presos, e um terceiro sobre o que você precisa saber sobre capelania. Era isso. Não existia um método brasileiro escrito pra realidade do nosso cárcere. Foi essa falta que me fez começar a anotar o que o chão ensinava.

Esse livro não tem pretensão de substituir Colson, nem de competir com a Pastoral Carcerária, nem de ofender as cartilhas

denominacionais que existem. A intenção é outra. É escrever, em português, com vocabulário evangélico transdenominacional, para o cárcere brasileiro real, o manual que não existe.

Trinta anos de campo em Brasília, parcerias com SEJUS e FUNAP, contato direto com a Defensoria, com a AVASP, com a CLDF. Resoluções como a 34 de 2024 do CNPCP mudaram o jogo regulatório. Lei de Execução Penal, Lei 9.982 de 2000, portarias específicas do Distrito Federal. Tem matéria documentada, tem caso vivido, tem método testado.

Falta o livro.

Vocação sem método queima.

A bibliografia precisa conversar com o Brasil. Com o pavilhão. Com o egresso que sai pela porta da unidade segurando um saco plástico. Com o capelão que vai precisar saber, na próxima sexta-feira de manhã, o que fazer quando o portão se abrir.

É essa conversa que começa aqui.

capítulo

12. A turma que aprendeu a pregar e esqueceu de servir

Abre o currículo de qualquer seminário teológico brasileiro de tradição evangélica. Você vai encontrar Homilética I, Homilética II, às vezes Homilética III. Disciplinas de exegese hebraica, grego do Novo Testamento, hermenêutica, teologia sistemática em três ou quatro volumes. Patrística. Reforma. Teologia contemporânea.

Conta as horas. Soma os créditos. O futuro pastor sai de lá tendo pregado, em ambiente controlado, dezenas de sermões. Foi corrigido na voz, no gesto, no ritmo, na divisão do texto bíblico em três pontos com aliteração. Aprendeu a abrir uma perícopes, fechar com aplicação, gerenciar o tempo do púlpito.

Agora abre o mesmo currículo procurando outra coisa. Procura escuta clínica. Procura anamnese pastoral. Procura leitura de contexto institucional, protocolo de visita em ambiente de privação de liberdade, manejo de luto agudo, negociação com agentes públicos, identificação de transtorno mental, fronteira ética entre aconselhamento espiritual e psicoterapia.

Não tem.

Ou tem, espremido, uma matéria optativa de quarenta horas no último semestre, dada por alguém que pegou o livro de aconselhamento pastoral americano dos anos 1970 e está repassando como pode.

o que isso produz. Produz um profissional treinado para falar. Exaustivamente treinado para falar. E não treinado para o que a capelania exige antes de qualquer palavra: ouvir, observar, calar.

John Wesley, quando entrou em Newgate Prison em 1738, não foi pregar primeiro. As cartas dele descrevem horas sentado ao lado de condenados que iam para a forca em Tyburn na manhã seguinte. Conversava. Anotava. Voltava no dia seguinte. O sermão veio depois, e veio adaptado ao que ele tinha escutado. A homilética dele se formou dentro da cela, não no púlpito do Christ Church de Oxford onde ele havia sido formado.

A cadeia não pede pregação. A cadeia pede presença. Pede uma pessoa que aguente o silêncio de um homem que matou a mulher e ainda não sabe que matou, porque ainda está negando. Pede alguém que distinga a culpa real do que é depressão maior com sintomas psicóticos. Pede alguém que entenda que ali, naquele instante, citar Romanos 8 pode ser violência espiritual, e ficar quieto pode ser o evangelho inteiro.

Seminário não ensina isso. Seminário ensina a falar em cima do silêncio.

A Resolução 34 de 2024 do CNPCP, que rege hoje a assistência socio-espiritual no sistema prisional brasileiro, foi explícita no Artigo 15, parágrafo quarto: dispensa formação teológica. O legislador percebeu o que a Igreja ainda não percebeu. Para a capelania não basta diploma de bacharel em teologia. Em muitos casos, o diploma atrapalha. Atrapalha porque o sujeito chega achando que sabe, e o que ele sabe não serve.

Vocação sem método queima.

Foi no presídio de Pedrinhas, no Maranhão, na ala de segurança máxima. O preso mais conhecido daquela ala era Francisco das Chagas, um dos maiores assassinos de crianças da história do país, condenado a mais de quinhentos anos. Como é que você prega que Deus ama uma pessoa dessas? O pastor recém-formado que estava comigo queria abrir na bancada o discurso de seminário. Naquele dia a palavra foi sobre Manassés, um rei perverso que Deus alcançou. Não foi a teologia bonita que falou ali. Foi a história de alguém pior que todos eles sendo perdoado.

A questão não é que homilética seja ruim. Homilética é necessária. O culto na unidade prisional acontece, a Palavra é anunciada, e ela precisa ser anunciada bem. A questão é que homilética sozinha forma pregadores. E capelão não é pregador que ganhou crachá de visita. Capelão é outra coisa.

É outra disciplina, com outras ferramentas, com outro tempo de formação, com outra exigência de campo. E enquanto a Igreja brasileira continuar tratando capelania prisional como extensão natural do bacharelado em teologia, vai continuar mandando pregadores para um lugar que precisa de capelães.

E pregador, no cárcere, queima rápido.



Missões em outras unidades do país.

capítulo

13. O crime invisível da capelania sem método

Tem um crime que ninguém denuncia.

Não está no Código Penal. Não tem inquérito. Não tem manchete. Mas acontece todo domingo de manhã, dentro de centenas de unidades prisionais brasileiras, por gente que ama Jesus de verdade.

O crime é este: entrar sem método.

Em 1738, John Wesley atravessou os portões da Newgate Prison, em Londres. Tifo no ar. Os médicos chamavam de *gaol fever*, febre do cárcere, e morria mais gente da febre do que do enforcamento. Wesley entrou mesmo assim. Ia a pé até Tyburn, acompanhando condenados na carroça da morte, cantando hinos no caminho. Não era exibição. Era método. O metodismo se chama metodismo por isso. Tinha hora, tinha rota, tinha planilha, tinha alguém recebendo o sujeito do outro lado quando a corda não esticava. Quando esticava, o método continuava nas viúvas e nos filhos.

Wesley sabia uma coisa que a gente desaprendeu.

Vocação sem método queima.

Pula 230 anos. São Paulo, 1972. Mario Ottoboni, jornalista, advogado, católico leigo, entra na cadeia pública de Humaitá, em São José dos Campos. Olha aquilo e não desmaia, não chora no Facebook, não posta foto com criança preta no colo. Faz pior.

Vai embora e volta no dia seguinte. E no outro. E funda a APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que hoje opera mais de sessenta unidades sem polícia armada dentro, com reincidência muito abaixo da média nacional. Ottoboni descobriu o que Wesley sabia. A boa intenção, sem engenharia, evapora no primeiro mês.

E aqui chega o ponto incômodo desta segunda parte do livro.

O DEPEN, junto com a UFPE, fechou em 2022 a maior pesquisa de reincidência já feita no Brasil. Amostra de novecentos e setenta e nove mil presos, treze estados, Distrito Federal incluído. Os números são públicos. Vinte e nove por cento dos egressos voltam ao crime no primeiro mês. Cinquenta por cento nos três primeiros. A janela crítica não é a sentença. É a esquina, na segunda-feira de manhã, quando o portão se fecha por trás dele e ninguém está esperando do lado de fora.

agora.

Quem deveria estar nessa esquina, biblicamente falando? A igreja. Quem está? Quase ninguém. E os poucos que estão, em muitos casos, chegaram lá pulando etapas, sem cadastro na SEAPE, sem entender a Resolução 34 do CNPCP, sem saber que o Artigo 24 da LEP existe desde 1984, sem terem sequer conversado com o capelão fixo da unidade.

Resultado.

A igreja entra desperdiçando vocação genuína. O reeducando recebe ministração inconsistente, três pastores diferentes em três domingos, três teologias, três promessas, nenhuma continuidade. O egresso sai e não tem para onde voltar. E o ciclo recomeça, mais um nome na estatística, mais uma família destruída, mais um sermão de domingo dizendo que a culpa é do diabo.

A culpa não é do diabo. A culpa é da ausência de método.

Esse é o crime invisível. Invisível porque ninguém quer dizer em voz alta dentro dos púlpitos. Dizer dói. Dizer expõe trinta anos de retiros emocionais sem nenhum egresso reabilitado para mostrar. Dizer obriga a sentar, planejar, padronizar, treinar, prestar contas. Dizer obriga a parar de chamar improvisado de unção.

A Parte II termina aqui, com o diagnóstico na mesa.

A Parte III começa com a pergunta única que importa.

13. *O crime invisível da capelania sem método*

Existe método? Tem nome? Cabe em cinco letras?
Tem. Cabe. Chama-se CHAVE.

p a r t e

Parte III — O Que 30 Anos Ensinam E O Seminário Não

APAC · ITAÚNA/MG

Mario Ottoboni

1972

Fundou a Associação de Proteção e
Assistência aos Condenados.
Método cristão sem polícia armada.

Mario Ottoboni e a fundação da APAC em Itaúna, Minas Gerais, em 1972.

A experiência é mestra. Velho ditado. Ninguém sabe quem disse primeiro. Aparece em provérbio latino, em Erasmo, em Cervantes, em ditado caipira de fim de tarde. Sobrevive porque é verdade nua.

Você pode ler tudo sobre nadar. Pode decorar a hidrodinâmica, a respiração lateral, a virada olímpica. No primeiro mergulho, engole água. Existe um abismo entre saber e saber. O segundo só vem depois de molhar a roupa.

A experiência é mestra.

Em 1972, um jornalista e advogado católico chamado Mario Ottoboni olhou para a cadeia de São José dos Campos, no interior de São Paulo, e viu o que ninguém queria ver. A reincidência era catastrófica. O sujeito saía pela porta da frente e voltava pela mesma porta em poucos meses. O sistema era uma porta giratória com sangue.

Ottoboni não tinha cargo público. Não tinha mandato eclesiástico para reformar prisões. Tinha duas coisas: olhos abertos e fé. Em vez de escrever um artigo indignado e ir tomar café, ele entrou. Visitou. Conversou. Voltou. Voltou de novo.

E começou a perceber uma coisa simples. O preso que era chamado pelo número virava número. O preso chamado pelo nome virava gente outra vez.

Dessa observação banal, nasceu a APAC. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, fundada em Itaúna, Minas Gerais. Método cristão, sem polícia armada dentro do pátio, sem guarda com fuzil na muralha. Recuperandos, esse o nome que ganharam, eram chamados pelo nome. Cada um. Todos os dias.

Capela no centro do espaço físico. Trabalho obrigatório. Estudo obrigatório. Família dentro, presente, responsabilizada. Disciplina sem barbárie. Cristo sem proselitismo de palanque.

o que aconteceu. Em meio século, o modelo APAC virou referência internacional. Hoje passam de 60 unidades operando em vários estados brasileiros, e delegações vêm de fora do país estudar o sistema. Reincidência cai. Custo por preso cai. Violência interna desaparece.

Ottoboni não tinha um curso de penalogia comparada. Não tinha doutorado em criminologia. Tinha 30 anos olhando preso na cara.

Por que o método dele funciona, e a tese de mestrado escrita por alguém que nunca pisou num pátio não funciona?

Em 1958, um químico húngaro chamado Michael Polanyi publicou um livro chamado *Personal Knowledge*. A tese dele era desconfortável para a academia da época, e continua desconfortável hoje. Polanyi disse que todo conhecimento verdadeiro tem uma dimensão tácita. Existe coisa que sabemos e não consegue colocar em palavras. O ciclista sabe pedalar. Não sabe explicar como mantém o equilíbrio. O médico veterano olha o paciente e sente que algo está errado, antes de qualquer exame. O capelão entra na cela e já sabe se o homem ali na maca está fingindo a conversão ou se quebrou de verdade.

Polanyi cunhou a frase: *we know more than we can tell*. Sabemos mais do que conseguimos contar.

Esse é o tipo de conhecimento que 30 anos de campo produzem. E é exatamente o tipo de conhecimento que o seminário não ensina, porque não pode. Não cabe em ementa.

Esta Parte III é uma tentativa honesta de fazer o impossível. Transformar tácito em explícito. Pegar o que está nos calos da mão, na memória dos rostos, no instinto que avisa antes da consciência, e colocar no papel. Não para substituir a experiência, isso seria mentira. Mas para encurtar o caminho do próximo.

Você vai ler aqui o que 30 anos ensinaram, e o seminário não ensinou.

Na pandemia, a juíza da Vara de Execuções soltou muitos presos. A população de rua aumentou e identificamos que boa

parte era de egressos do sistema. Foi quando criamos a Casa do Egresso e acolhemos seis reeducandos, quatro deles condenados por crimes sexuais ou contra a vida. Homens convertidos. Mesmo assim, um deles voltou ao mesmo delito. Aquilo contrariou tudo que me ensinaram a esperar da conversão. E me ensinou o que o seminário não ensina. Conversão sem rede de profissionais ao redor não sustenta sozinha.

capítulo

1. O que o seminário não ensina

O currículo de um seminário evangélico médio no Brasil dedica cerca de 3.200 horas-aula à formação de um pastor. Hermenêutica bíblica, homilética, teologia sistemática, história da Igreja desde Niceia até a Reforma, grego koiné, hebraico bíblico, aconselhamento pastoral, eclesiologia, missiologia. Quatro anos. Diploma reconhecido. Ordenação no final.

Nenhuma dessas horas ensina a ler um corredor de cela.

O pastor recém-formado entra pela primeira vez num pavilhão. Bloco fechado, calor, cheiro que ele nunca sentiu antes. Vinte e seis homens na galeria, dezoito deles olhando para o chão de propósito. Os outros oito olhando direto nos olhos dele de um jeito que o seminário não nomeou. Tem um silêncio que não é paz. Tem um silêncio que é teste. Tem um silêncio que é aviso. Qual é qual? O grego koiné não responde.

o que o seminário não ensinou.

Não ensinou que o agente prisional na guarita não é fiel de igreja. É funcionário público fardado, sobrecarregado, muitas vezes desconfiado de pastor, porque já viu pastor entrar com celular, com bilhete, com promessa de visita íntima irregular. O agente prisional precisa ser tratado como autoridade legítima, não como

obstáculo à missão. Mas o seminário ensinou homilética, não etiqueta institucional com servidor da segurança pública.

Não ensinou que culto carcerário não é culto de igreja com plateia diferente. Culto de igreja tem 40 minutos de louvor, 35 de pregação, apelo, ministração. Culto carcerário tem 50 minutos no total, contados pelo relógio do agente, e metade desse tempo é negociado com o ritmo do pavilhão. Cântico longo demais irrita quem está no isolamento. Pregação alta demais acorda quem dorme depois do plantão da madrugada. Apelo emocional sem ancoragem prática vira combustível para uma promessa que o egresso não vai conseguir cumprir lá fora.

Não ensinou como negociar com a diretoria de uma unidade. A diretoria não quer saber da sua chamada profética. Ela quer saber: você vai cumprir o cadastro? Vai respeitar o limite de quatro voluntários simultâneos por dia previsto na Portaria SEAPE/SEJUS 58/2015? Vai entender que a Resolução CNPCP 34/2024 veda proselitismo e que o seu cântico do refrão “só Jesus salva” cantado dentro de um pavilhão multi-religioso pode te custar o credenciamento de todo o seu instituto? O seminário ensinou apologética. Não ensinou jurisprudência da execução penal.

Levei comigo um pastor com muita experiência de púlpito. Na primeira vez dele num presídio, em Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, ele quis filmar sem autorização e passou por cima da liderança de quem chefiava a equipe. Experiência de igreja não é experiência de cárcere. A unidade tem regra própria, e quem não lê a regra do espaço antes de agir queima a confiança de todo mundo que entrou junto.

A Lei de Execução Penal, no artigo 24, garante assistência religiosa em local apropriado, com adesão voluntária do interno. A Lei 9.982 de 2000 garante o acesso de religiosos. Nenhuma dessas leis foi disciplina obrigatória no seu currículo. Você foi treinado para o púlpito da igreja-mãe e enviado para um lugar onde o púlpito é uma cadeira de plástico no meio da galeria, se houver cadeira.

Vocação sem método queima.

O problema não é o seminário existir. O problema é o seminário ser tratado como suficiente. Ele forma pastor de comunidade

aberta. A capelania prisional é outro ofício, com outra gramática, outro corpo de conhecimento, outras competências técnicas. Tratar capelania como extensão natural do pastorado é o mesmo erro de mandar um cirurgião geral operar coração porque “afinal, é tudo medicina”.

Você precisa do diploma. E precisa de tudo que o diploma não te deu.



No chão da unidade, aprendendo o que o seminário não ensina.

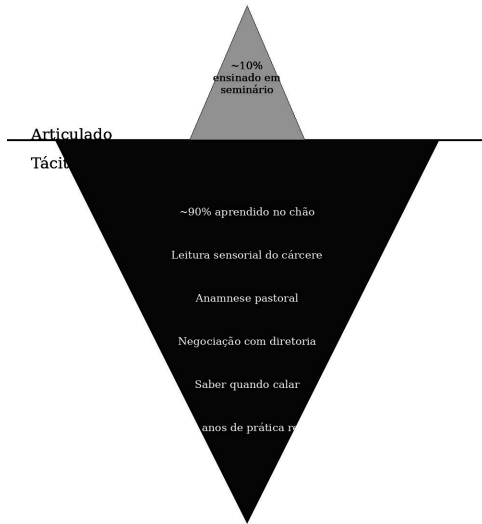
1. O que o seminário não ensina

capítulo

2. Conhecimento tácito do capelão veterano

Conhecimento tácito do capelão veterano

segundo Michael Polanyi (1958)



O iceberg do conhecimento tácito segundo Michael Polanyi. Cerca de noventa por cento do saber do capelão veterano não cabe em currículo de seminário.

Michael Polanyi era químico húngaro. Trabalhou em Berlim nos anos 1920, fugiu do nazismo, virou filósofo em Manchester. Em 1958 publicou *Personal Knowledge*. Em 1966, *The Tacit Dimension*.

Os dois livros giram em torno de uma única frase. Polanyi disse assim: sabemos mais do que conseguimos dizer.

um minuto.

Você reconhece o rosto da sua mãe numa multidão. Reconhece em meio segundo. Mas se eu pedir pra você descrever esse rosto, listar traço por traço, ângulo do queixo, distância entre os olhos, formato exato da testa, você trava. O reconhecimento é instantâneo. A descrição é impossível.

Isso é conhecimento tácito.

Polanyi não inventou o fenômeno. Ele deu nome. Mostrou que toda perícia humana funciona assim: o mestre opera num nível que o discurso não alcança. O médico veterano olha o paciente na porta da sala e já sabe. O mecânico escuta o motor uma vez e já sabe. O detetive entra na cena e vê o que os outros não veem.

Arthur Conan Doyle entendeu isso antes de Polanyi nomear. Sherlock Holmes não tinha poder mágico. Tinha tempo de estrada acumulado. Mil casos atrás do olho treinado. Doyle baseou Holmes num professor real, Joseph Bell, cirurgião em Edimburgo nos anos 1870. Bell olhava o paciente entrar na sala e cravava a profissão, a cidade de origem, a doença. Os alunos achavam mágica. Era leitura.

Capelão veterano sabe coisas que não articula.

Trinta anos no pátio produzem isso. O cara entra na cela pela primeira vez e em cinco minutos já leu o ambiente. Quem vai dar trabalho. Quem está fingindo conversão pra benefício. Quem está realmente partido. Qual líder informal manda ali. Qual silêncio é raiva, qual silêncio é vergonha, qual silêncio é vazio.

Pergunta o veterano como ele sabe. Ele não responde direito. Aponta detalhes soltos. Fala em sensação. Diz “dá pra ver”, “a gente sente”. Não está mentindo. Está descrevendo o limite do que Polanyi mapeou em 1966. O conhecimento operativo é maior que o vocabulário disponível pra descrevê-lo.

E aí mora o problema.

o tamanho disso. O Brasil tem cerca de 850 mil pessoas presas. Cada egresso que sai sem rede técnica de reinserção tem 29% de chance de voltar no primeiro mês, segundo o levantamento DEPEN/UFPE de 2022. A demanda por capelão treinado é mons-

truosa. A oferta de veterano com trinta anos de pátio é escassa. E se cada veterano leva o que sabe pra cova, a próxima geração começa do zero. Outra vez.

Vocação sem método queima.

A função deste livro é exatamente essa. Pegar o que ficou implícito em três décadas de campo e transformar em coisa ensinável. Não num passo-a-passo motivacional. Num sistema que respeita a complexidade do que o veterano realmente faz quando entra no presídio.

Polanyi advertia que conhecimento tácito nunca se torna completamente explícito. Sempre sobra resíduo. O mestre nunca consegue codificar tudo. Mas sobra menos quando o mestre tenta. Sobra mais quando o mestre se cala.

no que está em jogo.

Não é só um livro de memórias. É tentativa de extrair, em palavras simples, o que normalmente fica fechado dentro de um homem só. Cada capelão que morre sem método registrado é uma biblioteca queimada. A Igreja brasileira manda voluntário pro presídio há quarenta anos. Quase nada disso virou currículo.

A gente vai mudar isso aqui. Página por página.

Cinco vértebras vão dar coluna ao corpo de saber que ficou sem nome. Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura. Polanyi diria que mesmo assim sobra resíduo. Concorde. Mas o resíduo de hoje é menor que o silêncio de ontem. E isso já basta pra começar.

capítulo

3. A leitura sensorial do cárcere

Existe uma coisa que nenhum curso ensina. Nenhum manual descreve. Nenhum professor de seminário consegue passar.

A leitura do ambiente.

O capelão experiente entra na galeria e em quinze segundos sabe o que vai acontecer naquele dia. O iniciante caminha pelo mesmo corredor e não vê nada. Mesma luz fluorescente. Mesmo cheiro de cimento úmido. Mesmos homens uniformizados. Para um, é um mapa aberto. Para o outro, é só uma fileira de portas.

A diferença não está nos olhos. Está no corpo treinado.

O cárcere tem cinco mil anos. Os primeiros calabouços assírios, os cárceres romanos do *Tullianum*, as masmorras medievais, os galões de Newgate onde John Wesley entrou em 1738 sob risco de pegar tifo, a *gaol fever* matava mais detentos que a força, tudo isso construiu um ecossistema sensorial específico. Som de metal contra metal. Voz humana abafada por concreto. Ar parado. Quem passa trinta anos dentro desse ambiente desenvolve antenas que civis não têm.

Começa pelo odor.

Cada galeria tem o seu. Suor concentrado, comida quente do almoço, desinfetante de pinho, cigarro queimado no banheiro. O capelão veterano sente uma camada a mais. Quando aparece um cheiro adocicado de queimado no corredor errado, alguma coisa

está sendo improvisada num ponto cego. Quando o desinfetante está forte demais numa hora atípica, alguém limpou alguma coisa que não devia estar ali. O nariz percebe antes da cabeça processar.

Depois vem o ruído.

Portões pesados, grades batendo, rádios crepitando, vozes em volume alto natural. Isso é o normal. O capelão treinado não escuta o barulho. Escuta a ausência. Um silêncio de dez segundos numa galeria de quarenta homens não é descanso. É expectativa. Antes de motim, o som se contrai. Os reeducandos param de gritar de cela em cela. As conversas baixam até virar sussurro. O capelão sente o vácuo acústico antes do agente penitenciário acionar o protocolo.

O silêncio é mais alto que o grito.

A geografia do pátio conta o resto. Quem está sozinho encostado no muro do fundo. Quem ficou em pé quando todo mundo sentou. Quem mudou de grupo essa semana. Mario Ottoboni, fundando a APAC em Itaúna nos anos setenta, escreveu sobre isso. O método dele dispensava polícia armada justamente porque ensinava a ler o pátio. Os recuperandos sentavam em círculos, e a posição de cada um dizia onde estava na recuperação. Quem rejeitava o círculo recebia atenção. Quem ocupava o centro, também.

O código de gestos vem por último, e é o mais difícil.

Uma mão na nuca. Um cuspe no chão antes de falar. O queixo apontando uma cela. Toque rápido no ombro do companheiro ao lado. Cada gesto significa alguma coisa específica naquela galeria, naquele mês, naquela facção dominante. O capelão não aprende isso em sala. Aprende ficando. Voltando. Sendo visto voltando. Quando os reeducandos param de codificar na sua frente, você cruzou uma porta invisível.

Aconteceu uma vez só, na unidade feminina. Eu e a missionária Marta estávamos no pátio fazendo o trabalho. De repente começou uma briga. A sirene tocou. Os policiais penais nos tiraram do pátio rápido e em segundos apareceu gente armada dos dois lados. A missionária demorou a entender o que estava acontecendo. Quem tem campo sente a mudança no ar antes do barulho. Quem não tem, só percebe quando a sirene já tocou.

Distância respeitosa é a chave de tudo isso. O capelão não invade a cela. Não toca sem pedir. Não senta antes de ser convidado. Não pergunta o crime. Esse limite físico abre o canal sensorial. Quando você respeita o espaço, o espaço passa a falar.

Vocação sem método queima.

A leitura sensorial é método. Treina o corpo. Salva vidas.

capítulo

4. As diferenças entre unidades

Existe uma ilusão perigosa entre pastores de gabinete. Eles falam “presídio” como se fosse uma palavra única. Como se Bangu, Pedrinhas, Papuda e PFDF fossem o mesmo lugar. Não são.

Cada unidade prisional é um ecossistema próprio. Tem gramática própria. Tempo próprio. Risco próprio. Dor própria.

Quem entra sem saber ler o lugar sai ferido. Ou pior, fere.

O Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, abriga homens em regime fechado. CDP, CIR, PDF I, PDF II. São quatro unidades dentro de uma só área. Cada uma com população, faixa etária, perfil de delito e nível de tensão diferentes. O CIR concentra provisórios. Gente que ainda nem foi julgada. Ansiedade alta, esperança ainda viva, audiência marcada. Você entra ali com palavra de condenação eterna e quebra um homem que ainda não foi condenado pelo Estado.

A PDF II é regime fechado consolidado. Homens com pena longa, alguns em segunda ou terceira passagem. Aqui o luto já foi processado. A revolta também. O que sobrou é cansaço. Você precisa de outra abordagem. Não é o entusiasmo de culto. É a presença silenciosa de quem aceita ouvir uma vida inteira em vinte minutos.

A Colmeia, popularmente chamada assim, é a Penitenciária Feminina do Distrito Federal. PFDF. Outro planeta. Mulheres presas

no Brasil são 95% mães. Muitas chefes de família antes da prisão. A dor não é a mesma. A culpa não é a mesma. O abandono não é o mesmo. A maioria perde visita conjugal no primeiro ano. Os filhos somem dentro do sistema de acolhimento. O marido casa de novo. A mãe envelhece sem contato.

A Penitenciária Feminina tem outro clima. Na maioria, são mulheres que entraram no crime pelo vínculo afetivo, por um companheiro que também está preso. Muitas com dependência química. Emocionalmente mais sensíveis que os homens da Papuda, e mais abertas à assistência religiosa e social. Eu entrei esperando a mesma dureza do pátio masculino. Encontrei feridas que pediam escuta antes de qualquer palavra.

Você não pode entrar na PFDF com o sermão que funciona na Papuda. Não funciona. As mulheres não querem ouvir sobre força. Querem ouvir sobre perdão. Sobre serem vistas como gente, não como falha materna. Sobre Deus que abraça antes de cobrar.

a diferença de regime. Fechado significa cela 24 horas, banho de sol regulado, visita restrita. Semiaberto permite saída para trabalho externo. O homem dorme na unidade, trabalha na rua. A janela de evangelização é totalmente diferente. No fechado, você é a única novidade do dia. No semiaberto, você compete com o mundo que voltou a existir. Tem que ser mais relevante, não mais alto.

Provisório é categoria à parte. O sujeito ainda não tem sentença. Pode sair amanhã. Pode pegar quinze anos. Vive em estado de suspensão. Esperança e pavor no mesmo corpo. Ali o ministério não pode prometer libertação física. Promete só presença. *Eu volto semana que vem. Independente do que acontecer com você, eu volto.*

Disciplinar é o pior cenário. Cela isolada, regime de castigo, perda de regalias. Quem está ali errou dentro da prisão. Brigou, foi pego com celular, tentou fugir. A leitura ministerial é cirúrgica. Não é hora de reforçar a sensação de fracasso. É hora de reforçar que o erro dentro do erro não anula o chamado.

Máxima e média segurança são outra camada. Máxima concentra alta periculosidade, lideranças de facção, condenações pesadas. A vigilância é maior, o acesso é mais restrito, o tempo

de conversa é cronometrado. Média permite mais fluidez. Mais espaço para escuta, mais margem para retorno.

Tem ainda a diferença entre Papuda DF, sistema federalizado em sua estrutura administrativa, e unidades de outros estados onde o controle de facção é mais intenso. O Distrito Federal historicamente tem menor presença de comando organizado em comparação a São Paulo ou Rio. Isso muda o tipo de risco que o capelão corre. Muda quem você atende. Muda o que você pode dizer publicamente.

Na Penitenciária Federal a linguagem é outra. Presos de altíssima inteligência, cúpula de facção, gente do narcotráfico. Ali você olha sempre nos olhos. Na primeira vez eu esqueci um parafuso pequeno dentro da Bíblia, coisa que jamais pode acontecer naquele lugar. Saí destruído comigo mesmo. Foi quando o Espírito Santo falou comigo numa voz mansa. Quem está abrindo essa porta sou Eu, não é o homem. Continua com os pés no chão. Meses depois, foi exatamente isso que aconteceu.

Cada unidade exige um tradutor diferente. Sem essa leitura prévia, o pastor vira ruído. E ruído em prisão custa caro. Não para o pastor. Para o preso que apostou nele.

Vocação sem método queima.

Você não está pregando “no presídio”. Você está pregando *naquele* presídio. *Naquela* ala. *Naquele* dia. *Para aquela* alma específica. Confundir os contextos é o atalho mais curto para a irrelevância ministerial. Ou para o dano real.

capítulo

5. A anamnese pastoral do reeducando

Médico bom não receita antes de perguntar. Pergunta o que dói, há quanto tempo, se já teve isso antes, se alguém da família teve, o que comeu, o que bebeu, se dorme, se trabalha, se tem filho. A esse interrogatório clínico se dá um nome técnico. Anamnese. Vem do grego, *aná* (de volta) e *mnesis* (memória). Trazer a memória de volta. Reconstruir a história do paciente antes de tocar no corpo dele.

Pastor que entra em cela sem fazer o equivalente disso erra o diagnóstico. Sempre.

Você chega na ala, abre a Bíblia em João 3.16, fala de novo nascimento, ora, distribui folheto, sai. Saiu satisfeito. O homem que recebeu a palavra estava preso por estuprar a sobrinha de doze anos. Você não sabia. Não perguntou. Ministrou genérico. A palavra foi correta, o destinatário foi errado para aquela palavra naquele dia. Outro homem ao lado estava preso por roubo de celular, primeira passagem, mulher grávida em casa, mãe doente, sem advogado. Recebeu o mesmo folheto, a mesma oração, a mesma palavra padrão. Os dois foram tratados como se fossem o mesmo caso. Não são.

Anamnese pastoral é a versão ministerial da anamnese clínica. É o conjunto de perguntas que você faz antes de ministrar. Não é

interrogatório policial. Não é fofoca. É cuidado. É a diferença entre o pastor que conhece a ovelha e o pastor que despeja palavra em multidão.

O que perguntar, então.

Primeiro bloco, identidade básica. Nome completo. Apelido como prefere ser chamado. Idade. Cidade de origem. Onde a família mora hoje. Quem visita. Quem não visita mais. Esse último ponto diz mais que os anteriores juntos.

Segundo bloco, história de fé. Foi batizado quando criança? Em qual tradição? Já frequentou alguma igreja? Quando parou? Por quê? Tem alguma experiência espiritual marcante na vida, boa ou ruim? Ora? Sabe rezar o Pai Nosso? Tem Bíblia? Lê? Essas perguntas mapeiam o chão religioso onde você vai pisar. Sem isso você prega para um vazio que você imaginou, não para a pessoa real.

Terceiro bloco, situação processual. Quanto tempo de pena? Em que regime está? Tem advogado? Defensoria? Quando é a próxima audiência? Sabe quando pode pedir progressão? Tem benefício remido por trabalho ou estudo? Não confunda papel de capelão com papel de defensor. Você não vai resolver o processo. Mas saber onde a pessoa está no calendário do sistema te diz se ela está perto da janela crítica ou ainda longe.

Quarto bloco, vínculos. Quem te espera lá fora. Esposa, mãe, filho, irmão, amigo. Quem cortou contato. Tem onde morar quando sair. Tem documento. Tem profissão antes da prisão. Sabe ler e escrever. Estudou até qual série.

Quinto bloco, e esse é o mais delicado, autoavaliação. O que te trouxe aqui. Como você conta essa história. O que você faria diferente. O que você teme quando pensar em sair. Repare na ordem. Não é o que você fez. É como você conta o que você fez. A narrativa que a pessoa tem de si mesma é o material com que o Espírito vai trabalhar.

O que evitar.

Não pergunte detalhes do crime que a pessoa não ofereceu. Não pressione. Não confronte versão. Não compare com outro preso. Não prometa nada que dependa de terceiros (advogado, juiz, família, igreja lá fora). Não anote em caderno aberto na frente dela.

Não use o que ouviu para fofoca de plantão. Não devolva juízo moral antes de ter ouvido tudo.

Anamnese leva tempo. Não cabe num único encontro. Você vai construindo ao longo de visitas. Cada conversa adiciona uma camada. O que parecia ser um homem violento revela um pai que apanhou do pai. O que parecia ser uma mulher fria revela uma mãe que perdeu três filhos para o tráfico. O diagnóstico muda.

Vocação sem método queima.

Sem anamnese, sua ministração é tiro no escuro. Pode acertar. Geralmente erra. E quando erra dentro de prisão, o custo não é só o tempo perdido. É a confiança que aquele preso não vai mais oferecer ao próximo pastor que entrar ali.

Uma vez me deixaram levar um reeducando convertido, músico, pra me acompanhar num culto. Nos direcionaram pro bloco do seguro, onde ficam os presos por crime sexual. A palavra daquele dia seria sobre Tamar, a mulher ferida por gente de dentro de casa. Eu não sabia que o interno que me acompanhava tinha tirado a vida de quem tentou abusar da filha dele. E não sabia que aquele bloco era do seguro. A palavra certa caiu no lugar certo. Sem ler o quadro antes, eu teria pregado a mensagem errada pra cada um dos dois.

capítulo

6. O que muda em cinco anos no mesmo lugar

Cinco anos é o tempo que uma pena média de roubo cumpre do começo ao fim no semiaberto, considerando progressão e remição. Cinco anos também é o tempo que separa o capelão novato do capelão que começa a entender o que está vendo.

A diferença entre uma coisa e outra é o mesmo homem voltando ao mesmo portão.

No primeiro ano, você aprende os procedimentos. Cadastro, revista, horário, sala. No segundo, você aprende os rostos. Reconhece quem está na ala C há tempo, quem chegou semana passada, quem nunca aparece no culto. No terceiro, você aprende as trajetórias. Vê o reeducando que entrou aos vinte e três progredir para o semiaberto aos vinte e seis. Vê a mãe dele envelhecer no banco da visita. Vê o irmão mais novo, que vinha de mochila escolar, chegar de algemas três anos depois.

No quarto ano, alguma coisa mais funda começa a aparecer.

Você nota que o homem que parecia transformado no segundo ano voltou no quarto. Não por recaída espiritual. Por falta de carteira assinada, briga com a cunhada, despejo. Você nota que o sujeito que parecia perdido no primeiro ano, que não ia ao culto, que olhava pro chão, esse sumiu do sistema. Saiu, casou, virou

padeiro em Ceilândia. Manda foto de bolo de aniversário do filho pelo WhatsApp.

A continuidade ensina o que o evento esconde.

Capelão que vai uma vez por mês durante um ano, e some, leva pra casa uma versão congelada do reeducando. Aquele instantâneo. O homem chorando no banco da capela, o homem rindo na visita, o homem agradecendo a Bíblia. A foto bonita. O que ele não leva pra casa é a sequência. O que veio depois. Se a oração rezada no domingo virou jeito de tratar a esposa no sábado. Se a Bíblia recebida em maio ainda está aberta em outubro. Se o homem que prometeu mudar mudou.

Cinco capelães diferentes que se revezam ao longo de cinco anos veem cinco instantâneos. Um capelão que fica cinco anos vê o filme.

Ninguém muda do dia pra noite. Existe processo, recaída, pendência da vida passada. Acompanhei um reeducando que vou chamar de Zé. Trinta e um anos da vida dele passados preso. A família já não acreditava mais. Na primeira vez a gente acolheu, ajudou, ele conseguiu uma esposa. Aí achou que não precisava mais ser acompanhado. Recaiu. Perdeu a esposa. Voltou pro presídio. Na segunda vez ajudamos de novo, mas agora com acompanhamento de perto o tempo todo. A primeira impressão dizia que ele estava pronto no ano um. O ano três mostrou que prontidão sem acompanhamento é miragem.

Tem outra camada, que só a continuidade entrega: o conhecimento da família. Você vê a esposa nos primeiros meses, ainda esperançosa, levando marmita. Você vê ela um ano depois, mais magra, com a criança maior no colo. Você vê ela três anos depois, sem aliança, com outro homem na porta da unidade. Esse arco não cabe em visita pastoral isolada. Esse arco só aparece pra quem está lá quando a curva acontece.

A janela crítica do primeiro mês pós-egresso, que este livro persegue desde a primeira página, só foi descoberta porque alguém ficou tempo suficiente pra ver o padrão se repetir. Não foi estatística de gabinete. Foi capelão notando que o mesmo homem voltava, e que ele voltava sempre nas mesmas semanas.

Quem rotaciona não consegue ver padrão. Padrão exige base temporal.

Vocação sem método queima.

E método, no campo prisional, leva ano nenhum pra ser ensinado, e cinco pra ser aprendido.

capítulo

7. A teologia que precisa ser reescrita no chão

A teologia tem cheiro de papel. No cárcere, ela ganha cheiro de suor, mofo e desinfetante. E o que se aprendeu no seminário começa a fazer outro sentido. Ou deixa de fazer.

Pecado. A palavra é abstrata nos manuais. No pavilhão, ela tem rosto. O rapaz de vinte e três anos que matou o vizinho num churrasco bêbado. A mulher que escondeu droga pro marido e pegou oito anos. O adolescente que entrou na facção porque o pai sumiu e a mãe trabalhava em dois empregos. Pecado não é categoria. É biografia. E quando você senta na frente do biógrafo, descobre que a doutrina precisa de pernas pra andar até onde ele chegou.

Pecado deixa de ser ideia quando tem nome próprio.

Perdão é o segundo a ser reescrito. No livro, perdão é decisão. No corredor, perdão tem custo. Custo financeiro literal. A vítima quer ressarcimento, e o egresso não tem como pagar. A família espera reparação, e o filho saiu da cadeia sem documento. Perdão pressupõe restauração, e restauração pressupõe meios. Quando Zaqueu desce da árvore (Lucas 19), ele devolve quatro vezes o que tomou. Conversão tem nota fiscal. Você ensina isso no seminário, mas só entende no dia em que acompanha um homem tentando indenizar a vítima com salário de auxiliar de pedreiro.

Conversão. Aqui o vocabulário religioso desmorona com mais barulho. Conversão não é evento de dois minutos no altar improvisado entre as celas. É processo de doze meses no mínimo, com recaída, com vergonha, com voltar atrás. Chuck Colson entendeu isso depois do Watergate, e por isso fundou a Prison Fellowship em 1976. Conversão sem acompanhamento é fogo de palha. A pessoa abraça a fé, sai do sistema, e no primeiro mês está de volta. Os dados do DEPEN/UFPE de 2022 mostram: vinte e nove por cento reincidem no primeiro mês. Metade nos três primeiros. Conversão sem método queima junto com a vocação.

Santificação. Esta palavra precisa ser quase desmontada. A santificação dos manuais é progressiva, linear, ascendente. A santificação do egresso é em zigue-zague. Avança três passos, recua dois, volta a avançar. Santifica-se na fila do RG. Santifica-se seguindo o impulso de bater na ex-mulher. Santifica-se aceitando o emprego abaixo da expectativa. *A santidade no cárcere tem horário comercial.*

Comunhão dos santos. Categoria bonita no Credo. Brutal no presídio. Quem é o santo? O irmão que falsificou cheque e agora canta no louvor? A irmã que matou o filho num momento de surto e hoje conduz célula? O ex-trafficante batizado três meses atrás? A comunhão dos santos no sistema prisional é a confissão prática de que graça não escolhe currículo. E essa confissão dói. Porque obriga a igreja de fora a sentar do lado do que ela passou trinta anos chamando de marginal.

Eclesiologia. Aqui o ajuste é estrutural. A igreja que se forma dentro do presídio não cabe no organograma da igreja de fora. É liderança fluida, ministério bivocacional por força, sacramento na garganta do guarda que libera ou não a entrada do pão. John Wesley descobriu isso em Newgate em 1738, visitando os presos até a força de Tyburn. Mario Ottoboni descobriu em Itaúna em 1972, quando montou a primeira APAC sem polícia armada. A eclesiologia do cárcere é confessional na prática antes de ser confessional no papel.

A teologia que você aprendeu não está errada. Está incompleta. Ela foi escrita em escritórios com café e biblioteca. Precisa ser reescrita no chão de cimento, com a luz fraca da cela, com o baru-

lho do portão batendo a cada quarenta minutos. Não é heresia. É contextualização pastoral séria. É o que os reformadores fizeram quando traduziram a Bíblia pro vernáculo, o que os pais da igreja fizeram quando confrontaram o gnosticismo com a encarnação.

A teologia precisa ser reescrita no chão porque foi no chão que ela aconteceu pela primeira vez. Um carpinteiro entre dois condenados. Três horas de agonia pública. A primeira igreja nasceu do lado de uma execução. *A gente esqueceu disso.*

Vocação sem método queima. E método sem teologia revisada pelo cárcere não chega nem na metade do primeiro mês.

capítulo

8. O burnout que ninguém menciona em conferência

Ninguém sobe ao palco de conferência cristã pra dizer que está quebrado por dentro.

O ministro de testemunho conta a história do interno que se converteu. Conta do mutirão que distribuiu mil Bíblias. Conta da unidade que abriu portas depois de cinco anos de oração. O auditório aplaude. As câmeras gravam. O culto termina, e o pastor desce do palco, entra no carro, e dirige duas horas em silêncio. Nenhuma palavra. Nenhuma música. Só o motor.

Em casa, a esposa pergunta como foi. Ele responde “foi bom”. Vai pro quarto. Fecha a porta. E fica olhando o teto até o sono chegar.

Isso tem nome na literatura científica. Não é falta de unção. É *burnout*.

A Organização Mundial da Saúde classificou a síndrome de *burnout* na CID-11, em vigor desde janeiro de 2022, como fenômeno ocupacional. Três dimensões. Exaustão emocional, despersonalização, redução da realização profissional. O cuidador de pessoas em sofrimento profundo é o grupo de maior risco. Psicólogo, enfermeiro de UTI, assistente social, paramédico. E capelão prisional.

Existe ainda um nome mais específico. Fadiga por compaixão. Foi descrita em 1992 por Charles Figley, professor da Universidade

Estadual da Flórida e depois da Tulane, num campo que ele mesmo batizou de *traumatologia*. A fadiga por compaixão é o custo emocional acumulado de testemunhar a dor do outro repetidamente, sem espaço de processamento. O cuidador absorve o trauma alheio. Aos poucos, internaliza.

Existe também o trauma vicário, conceito introduzido por Lisa McCann e Laurie Anne Pearlman em 1990. A pessoa que escuta histórias de violência extrema começa a sofrer alterações cognitivas. Mudança na visão de mundo, perda de confiança nas pessoas, hipervigilância, pesadelos. Ela não foi vítima do crime, mas a mente passou a operar como se fosse.

O capelão entra numa unidade prisional toda semana. Ouve histórias de abuso sexual na infância. Confissão de homicídio. Briga entre facções. Mãe que morreu enquanto o filho cumpria pena. Filho recém-nascido que o pai nunca vai pegar no colo. Ele escuta tudo isso, ora, abraça quando dá, e vai embora. Sai do portão. Volta pra casa. Janta com a família. E na semana seguinte, repete.

Quantos anos uma pessoa aguenta isso sem técnica de proteção?

A literatura responde com clareza. Sem supervisão, sem rede de pares, sem espaço terapêutico próprio, o cuidador queima. Os sintomas chegam sutis. Ceticismo crescente. Frases tipo “esse aqui não vai mudar mesmo”. Perda de empatia, que é o sintoma mais cruel, porque o capelão entrou no ministério justamente porque tinha empatia em excesso. Despersonalização, que é tratar o interno como número de matrícula. Exaustão emocional, que é chegar em casa e não ter mais nada pra dar pra esposa, pros filhos, pra própria oração.

E ninguém fala isso em conferência.

a estatística do ministério tem três marcadores que se repetem em pesquisas pastorais americanas e brasileiras. Taxa elevada de divórcio. Filhos de pastor que abandonam a fé. E saída do ministério antes dos sessenta anos. O capelão prisional acumula tudo isso com a carga adicional do contato direto com o trauma.

A frase-mãe deste livro volta aqui com outro peso. *Vocação sem método queima.*

Queima a unção, claro. Mas antes disso, queima a saúde mental do servo. Queima o casamento. Queima os filhos. Queima a fé do próprio pastor, que começa a duvidar se Deus existe quando ele mesmo escuta a sétima história de criança abusada no mês.

O método CHAVE, na vértebra Estrutura, tem um capítulo inteiro sobre autocuidado do capelão. Supervisão regular. Pares pra debriefing. Limite claro de número de visitas semanais. Espaço terapêutico fora do ministério. Sabbath real, não sabbath de teoria.

Em dois mil e dezoito eu trabalhava de vigilante na escala doze por trinta e seis. Na folga, ia pro presídio. O trabalho cresceu e me sobrecarregou tanto que num plantão o cansaço me apagou. O fiscal passou no posto e não me viu. Tive que tomar uma decisão extrema, como dizia minha avó: ou assobia, ou chupa cana. Larguei tudo pra me dedicar só ao ministério. Atenção, leitor. Não faça isso. Administre o seu tempo. Faça só o que cabe dentro dos seus limites. Capelão queimado não sustenta ninguém.

Não tem heroísmo em adoecer servindo. Tem irresponsabilidade pastoral.

A próxima geração de capelães precisa ouvir isso antes de entrar. Não depois de já estar quebrada.

capítulo

9. A diferença entre vocação e disponibilidade

Tem uma confusão antiga no meio cristão brasileiro. Ela queima ministérios há décadas.

Disponibilidade é tempo livre na agenda.

Vocação é chamado interno reconhecido por comunidade.

São coisas diferentes. Parecem a mesma porque ambas começam com “estou aqui”. A primeira diz “estou aqui porque sobrou tempo”. A segunda diz “estou aqui porque preciso estar”. A distância entre essas duas frases é a distância entre um ministério que dura trinta anos e um que dura oito meses.

o que acontece na prática. Um pastor recebe convite para capelania prisional. Ele checa a agenda. Quarta de manhã está livre. Aceita. Vai uma vez, duas, três. No quarto mês a igreja cresce, surge um conselho de jovens, um aconselhamento conjugal pesa, um culto extra entra na semana. A quarta de manhã some. O pastor some junto. O preso que começou a confiar nele descobre, pela quinta vez, que pastor de fora é igual visita de domingo. Aparece e desaparece.

Isso não é falha de caráter. É falha de critério.

Quem entra na prisão por disponibilidade sai por disponibilidade. Quando a agenda lota, e ela sempre lota, o que entrou por sobra de tempo é o primeiro a sair.

Vocação opera diferente. Vocação não pergunta se tem espaço na agenda. Vocação reorganiza a agenda. O chamado vem primeiro, o calendário se ajusta depois. E mais: vocação não é autoatribuída. Você não acorda achando que tem vocação para capelania prisional. Você descobre isso ao longo de meses, em cima de muito incômodo, e a comunidade ao seu redor confirma. Pastor sênior confirma. Esposa confirma. Conselho da igreja confirma. Os próprios egressos, com o tempo, confirmam.

Sem essas três confirmações, é entusiasmo.

Entusiasmo é primo de disponibilidade. Dura enquanto a emoção da primeira visita não esfria. Esfria sempre.

Vocação sem método queima.

Mas disponibilidade sem vocação queima primeiro, e queima mais rápido.

Por isso o Sistema CHAVE começa pela letra C. Chamado. É o critério primeiro, antes de Humildade, antes de Atenção, antes de Vivência, antes de Estrutura. Quem não passa pelo C não chega no H. Quem força a entrada por disponibilidade vai bater em algum dos quatro pilares seguintes, geralmente no terceiro mês, e abandonar.

Mario Ottoboni fundou a APAC em Itaúna em 1972. Cinquenta e quatro anos depois, o método está em mais de sessenta unidades. Ele não fundou aquilo porque sobrou quarta de manhã. Chuck Colson saiu de Watergate em 1975 e começou a Prison Fellowship em 1976. Um ano depois da prisão. Não foi disponibilidade que o levou de volta lá dentro.

Foi vocação confirmada por dor própria e por comunidade.

A pergunta que separa os dois grupos é simples. Se sua agenda lotar amanhã, capelania é a primeira coisa que sai ou a última?

Quem responde “primeira” não deveria começar. Quem responde “última” pode seguir para o segundo critério.

capítulo

10. Aprender a sair do presídio

Você entrou. Andou pelos corredores. Sentou no chão da galeria, talvez. Orou com homens que, em outro contexto, você atravessaria a rua pra evitar. Ouviu coisas que ninguém devia ouvir num dia só. E agora o portão se abre na direção contrária. Você sai.

Aqui começa a parte que ninguém ensina.

A maioria dos manuais de capelania descreve como entrar. Quase nenhum descreve como sair. E é justamente na saída que o capelão se machuca. Não no soco que não levou, no facão que não viu. Se machuca no semáforo da volta, no jantar com a família, no sono que não vem, na resposta seca que dá ao filho de oito anos perguntando como foi o dia.

Sair do presídio é tão importante quanto entrar.

existe uma sabedoria antiga dos bombeiros, dos médicos de UTI, dos socorristas de tragédia. Eles chamam isso de descompressão. Você não sai do incêndio direto pro chuveiro de casa. Você senta no posto, toma água, conversa com o colega, espera o corpo entender que acabou. Capelão de prisão precisa aprender o mesmo. O corpo entra num estado de vigília que não desliga sozinho. Pulso alto, mandíbula travada, escuta hipersensível. Isso tem nome técnico, mas o nome importa menos que o reconhecimento. Você não está bem só porque saiu vivo.

Quem sai da galeria e vai direto pro WhatsApp da igreja cantando vitória, leva a galeria pra dentro do culto. Quem sai e liga pra esposa chorando, transfere o peso pra ela. Quem sai e bebe

um café sozinho no carro fingindo que está tudo certo, marina o trauma no silêncio. Nenhuma dessas saídas é boa. Todas são comuns.

O método CHAVE prevê três rituais de transição. Eles parecem simples. São simples. E são inegociáveis.

Primeiro: dez minutos no estacionamento, dentro do carro, antes de dar partida. Janela fechada. Você respira. Reza em voz alta, sozinho, devolvendo a Deus os nomes, os rostos, as histórias. Não pede nada. Só devolve. O que entrou no corpo, sai pela voz.

Segundo: telefonema com um par, alguém que também faz capelania, antes de chegar em casa. Cinco minutos. Não é desabafo terapêutico, não é relatório administrativo. É uma frase, no máximo duas, sobre o que pesou mais. O par escuta e responde com outra frase. Isso é tudo. A função é selar a porta entre o presídio e a sala da sua casa.

Terceiro: banho. Físico, com sabão, água quente se possível. Antes de cumprimentar qualquer pessoa da família. Parece superstição. Não é. É liturgia do corpo. Há trinta anos a Capelania da PPDF orienta isso aos novatos, e há trinta anos os novatos descobrem, por experiência própria, que pular esse banho custa caro.

O que você não decompresa, decompresa você.

Higiene espiritual não é frescura de seminário. É a diferença entre o capelão que dura vinte anos no campo e o capelão que dura dois e some. A diferença entre o casamento que sobrevive ao ministério e o casamento que se transforma em mais uma vítima da grade. Você não foi chamado pra ser herói solitário queimando em silêncio. Você foi chamado pra durar.

Sair do presídio é uma habilidade. Como entrar. Como ouvir. Como rezar com homem algemado. E, como toda habilidade, se aprende. Se treina. Se erra. Se ajusta.

Vocação sem método queima.

E queima primeiro, quase sempre, na hora da saída.

capítulo

11. O que a esposa do capelão precisa entender

Ela não casou com capelão.

Ela casou com pastor. Com homem de Deus, talvez. Com pregador de igreja, professor de seminário, líder de células, confe-rencista de retiros. Tudo isso ela aceitou no altar, de olhos abertos, sabendo o que vinha.

Capelão prisional ela não escolheu.

Quando ele chega em casa e diz que vai começar a entrar em presídio, que tem chamado pra cuidar de homem condenado, que vai dedicar manhãs ou tardes ou noites pra dentro de muro, a esposa ouve. Concorde, porque é assim que se faz. Sorri, porque é o que ela aprendeu a oferecer. Mas algo nela não assinou aquele contrato.

E ninguém pergunta a ela. Esse é o problema.

A pesquisa do ISER nos presídios do DF, entre 2003 e 2005, mapeou capelães e ministérios credenciados. Contou homens. Listou denominações. Não contou esposas. Não existe estatística sobre quantos casamentos pastorais entraram em colapso porque o marido virou capelão sem combinar direito com a mulher. Esse número não está em lugar nenhum. Mas todo veterano de capelania prisional conhece pelo menos três casos.

A carga emocional do capelão é invisível e contagiosa. Ele entra na unidade às oito da manhã, ouve história de homem que matou

o pai, sai meio-dia, almoça em casa, e leva aquilo pra mesa sem perceber. A esposa serve o prato. Ele come calado. Ela pergunta como foi. Ele diz que foi normal. Mentira. Não foi normal. Mas ele não tem palavra pra explicar e ela não tem treinamento pra perguntar de outro jeito.

o que acontece nesse silêncio.

Ela começa a achar que ele está distante porque alguma coisa nela falhou. Ele começa a achar que ela não entende a missão. Os dois sofrem sozinhos no mesmo quarto. E o ministério, que era pra ser fruto do casamento, vira concorrente do casamento.

Existe maneira diferente.

Antes de aceitar a vocação de capelão, sente com ela. Não num corredor de igreja, depois do culto, com criança puxando a barra da calça. Sente em casa, sem pressa, e conta. Explica que prisão tem cheiro próprio. Explica que vai ouvir coisa que não pode repetir. Explica que tem dia que vai chegar quebrado e vai precisar de silêncio, não de conversa. Pergunta se ela topa. Espera resposta de verdade, não a resposta automática da esposa boa de pastor.

Durante o ministério, conversa toda semana. Domingo à noite, segunda de manhã, sexta na padaria. Escolham um momento fixo. Ela pergunta como foi a semana dentro do muro. Você responde sem detalhe pesado, mas com verdade. Ela conta como foi a semana dela carregando a casa enquanto você estava lá. Você escuta sem interromper.

Depois, anos depois, lembra que ela esteve do outro lado o tempo todo. Sem uniforme, sem reconhecimento, sem nome em relatório de SEJUS. A capelania que dura trinta anos é capelania feita a dois, mesmo quando só um entra no portão.

A contraparte invisível precisa ser honrada visivelmente. Em casa, em público, no púlpito, na dedicatória do livro, no aniversário de casamento, no jantar de quinta. Sem ela ouvindo o seu silêncio depois das visitas, o seu chamado teria queimado no segundo ano.

Vocação sem método queima.

Casamento sem conversa também.

Minha esposa soube do meu chamado desde que a gente casou. Muitas vezes ela sentiu o peso desse chamado na pele. Minha filha

11. *O que a esposa do capelão precisa entender*

me acompanhou em muitos trabalhos. Meu genro, quando ainda namorava ela, teve que ir como músico numa unidade de internação. Hoje, por ironia, é policial militar. Tem gente que brinca: seu genro prende e você tenta converter. No começo a família não entende muito. Com o tempo, ela vira referência de serviço social. O chamado, quando é de verdade, não é só do capelão. É da casa inteira.



A família que caminha junto no chamado.

capítulo

12. Trinta anos depois, ainda há o que aprender

Trinta anos é tempo de sobra para um homem perder a curiosidade. A maioria perde. O sujeito entra no ofício jovem, faz dez anos, aprende a parte que aguenta repetir, e os vinte anos seguintes vira o repetidor profissional de si mesmo. Vira monumento da própria juventude. Para de olhar o que está na frente porque já sabe o que vai encontrar.

Capelania prisional não permite esse luxo.

Cada vez que o portão da unidade se fecha atrás de você, alguma coisa do lado de dentro está diferente da semana passada. Mudou a direção da casa. Mudou o pavilhão. Mudou a facção que domina o corredor. Mudou o agente que assina o livro de entrada. Mudou o rosto que senta na sua frente no encontro pastoral, e o rosto novo traz uma história que não cabe em nenhum modelo que você guardou na cabeça.

Trinta anos depois, ainda há o que aprender.

Lembra do que a pesquisa DEPEN/UFPE de 2022 mediu nas 13 unidades federativas, entre elas o DF. Reincidência de 21% no primeiro ano. 29% dos que recaem, recaem no primeiro mês. Esses números mudam de relatório em relatório. A janela crítica não. A janela é teimosa, ela continua sendo o mês depois do portão abrir. Mas o mês de 2024 não é o mês de 1994. O egresso de hoje sai

com tornozela, com aplicativo de monitoramento, com vídeo no celular do parente, com PIX caindo dois minutos depois da promessa do antigo chefe. A janela é a mesma, o conteúdo dentro dela é outro.

Por isso CHAVE não é fórmula fechada.

Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura. Cinco palavras que cabem na palma da mão. Se elas fossem uma receita, o livro acabava no capítulo quatro e eu vendia DVD. Não são. São cinco pontos de gravidade que organizam o trabalho, e cada capelão, cada equipe, cada unidade aplica a gravidade do jeito que a geografia do dia exige. APAC em Itaúna, desde 1972, não opera igual à APAC de Bragança Paulista. Funciona porque o esqueleto é o mesmo e a pele se adapta. Wesley em Newgate, em 1738, com tifo no ar, não fez exatamente o que Chuck Colson fez em 1976 nos Estados Unidos depois do Watergate. Cada um pegou a estrutura do seu tempo e dobrou o método sem quebrar o eixo.

Eu também dobro. Dobrei na semana passada. Vou dobrar amanhã.

O que era protocolo até pouco tempo já não vale hoje. Antigamente a gente tinha acesso ao pátio e conversava com os internos. Hoje não dá pra conversar individualmente, só de forma coletiva. O trabalho teve que mudar. Em vez de só evangelismo, estudo bíblico e cuidado socioespiritual. E não só com o interno. Com a família, com os filhos dos presos, e com os próprios policiais e servidores. O campo muda a regra sem avisar. Quem não ajusta no campo, para no portão.

O que vem agora, na próxima parte do livro, não é o adeus do veterano. É o começo do trabalho que você, leitor, vai precisar fazer com as próprias mãos. Trinta anos meus não substituem o primeiro ano seu. A capelania que serve não é a que herdei pronta. É a que cada geração desmonta, examina peça por peça, e remonta para a unidade que está aberta hoje, com o egresso que sai amanhã de manhã, às seis e quinze, sozinho no portão.

Vocação sem método queima.

A próxima página é sua.

p a r t e

Parte IV — CHAVE: O Método Que Destrava

EAST END · LONDRES

William Booth

1865

Pregava aos miseráveis das ruas
de Londres. Fundou o Exército
da Salvação com Catherine Booth.

William Booth no East End de Londres em 1865. O Exército da Salvação como modelo histórico de cuidado integral aos miseráveis urbanos.

Cada chave tem sua fechadura.

O ditado é velho. Tão velho que a gente esquece do que ele está falando. Chave existe pra abrir. Fechadura existe pra ser aberta. Se a chave não encaixa, não é defeito da fechadura. É erro de fabricação da chave.

A maioria dos ministérios prisionais brasileiros está tentando abrir uma porta de cofre com chave de armário. Vocações tem. Amor tem. Bíblia debaixo do braço, tem. Mas o desenho da chave não corresponde ao desenho da fechadura. Aí a gente força. Quebra. Culpa a porta. E na semana seguinte está tentando entrar de novo, no mesmo presídio, com a mesma chave torta.

Vocações sem método queima.

Olha pra Londres de 1865. East End. O bairro mais miserável da Inglaterra vitoriana. Cortiços empilhados, esgoto a céu aberto, crianças trabalhando dezesseis horas por dia em fábricas de fósforo que apodreciam a mandíbula. Bêbados caídos nas portas dos pubs. Prostitutas de doze anos. Cólera. Tifo. Fome. A Igreja Anglicana oficial não entrava ali. Os pastores respeitáveis pregavam para os bancos forrados de veludo do West End. O East End era um país estrangeiro dentro da própria cidade.

E aí chega William Booth.

Pregador metodista, trinta e seis anos, magro, barbado, voz que cortava o vento. Tinha sido expulso da Conferência Metodista por insistir em ir aos lugares onde ninguém queria ir. Foi pra rua. Literalmente. Pregava em esquinas, em becos, em portas de cabaré. Mas Booth percebeu uma coisa que mudaria tudo. Pregar

não bastava. Você converte um homem com fome, no dia seguinte ele está roubando de novo, porque continua com fome. Você salva uma mulher das ruas, ela volta porque não tem casa, não tem trabalho, não tem ninguém.

Booth tinha vocação. Booth também tinha método.

E tinha Catherine.

Catherine Booth, a esposa, cofundadora, voz teológica, escritora, pregadora num tempo em que mulher não pregava. Foi Catherine quem ajudou a articular o que ficaria conhecido como o método integral: alma e corpo na mesma equação, não um depois do outro. Em 1865 eles fundaram a Christian Mission. Em 1878, o nome mudou. Christian Mission virou The Salvation Army. Exército da Salvação. Uniforme. Patente. Bandeira. Banda de música tocando na rua pra parar a multidão antes do sermão.

Estrutura.

Booth desenhou abrigos pra sem-teto, cozinhas comunitárias, casas pra ex-presidiárias, agências de emprego, oficinas de carpintaria, lares pra alcoólatras, missões pra prostitutas. Cada uma com regras, treinamento, supervisão, contabilidade. Tudo documentado. Tudo replicável. Quando Booth morreu em 1912, o Exército da Salvação já operava em 58 países.

Hoje, 130 países. Cerca de 1,7 milhão de membros. Salvation Army International continua de pé.

Por quê?

Porque Booth não deixou só herdeiros espirituais. Deixou um sistema ensinável. Um cara em Manila pode abrir uma unidade do Exército da Salvação seguindo o mesmo manual que um cara em Bogotá ou em Nairóbi. A chave foi padronizada. A fechadura mudou de cor, de idioma, de cultura. Mas o desenho da chave continua o mesmo.

Agora vira a câmera pra você.

Você tem vocação. Senão não estaria lendo um livro chamado *CHAVE*. Você foi numa cadeia uma vez, duas, dez, cem. Pregou. Cantou. Distribuiu Bíblia. Saiu de lá com aquela sensação estranha de ter feito alguma coisa e ao mesmo tempo não ter feito nada. O cara que abraçou você na sexta-feira, na quarta seguinte estava sendo transferido pra outra ala porque bateu num agente.

A mulher que chorou no culto, três meses depois do alvará apareceu de novo no boletim de ocorrência.

Você não fez nada errado. Sua chave só não foi desenhada pra essa fechadura.

E se você tivesse método ensinável?

Não vocação a mais. Não fé a mais. Não unção a mais. Você já tem isso, senão não estaria aqui. Estou falando de outra coisa. Estou falando de Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura. Cinco peças que, encaixadas, viram uma chave que abre. Uma chave que você pode replicar. Uma chave que cabe na mão de quem vier depois de você.

É disso que a Parte IV deste livro vai tratar.

A partir daqui, a fechadura começa a ceder.

capítulo

Pilar C — Chamado

Em 1738, um pastor anglicano de 35 anos atravessou os portões de Newgate Prison, em Londres. O nome dele era John Wesley. Newgate cheirava a fezes, urina, vômito e morte. A doença que circulava ali tinha nome próprio: *gaol fever*, febre do cárcere, o tifo dos presídios. Carcereiros morriam. Juízes morriam. Pastores morriam. Wesley entrou mesmo assim. Voltou. Voltou de novo. Acompanhou condenados até Tyburn, o cadafalso público onde a forca esperava. Cantou hinos no carro que levava os homens para a execução. Dessa rotina nasceu o metodismo.

Wesley não foi para Newgate porque tinha um cronograma. Foi porque algo dentro dele não deixou de ir.

: chamado não é entusiasmo. Entusiasmo morre na primeira semana de tifo.

Mateus 25:36 não é uma frase decorativa. “*Estive preso, e fostes ver-me.*” O verbo está no passado consumado, como se Jesus já tivesse escolhido o lado da cela. Ali não tem retórica, tem convocação específica. Não é “alimentar os famintos em geral”, é “*estive preso*”. Pessoa por pessoa. Cela por cela. Visita por visita. O texto identifica Cristo com o detento, e identifica o discípulo com quem entra na prisão para ver. Quem nunca foi, nunca viu. Quem nunca viu, não sabe o que está fazendo.

Esse pilar do método CHAVE começa por aí. Antes de qualquer técnica, antes de qualquer credencial, antes de qualquer estru-

tura, vem a pergunta: você foi chamado para isso, ou está aqui porque parece bonito de fora?

Tem três testes. Eles não foram inventados em sala de aula. Foram destilados de trinta anos de campo, de gente que entrou e ficou, e de gente que entrou e fugiu na terceira semana.

TESTE 1: ORAÇÃO SUSTENTADA POR MESES SEM DESISTIR

O primeiro teste é o mais lento. Não é uma oração de domingo à noite, no calor do culto, com a banda tocando. É a oração de terça-feira de manhã, cansada, sem ninguém olhando, repetida durante meses. Seis meses, oito meses, um ano. Se a oração morre no terceiro mês, o chamado não estava ali. Estava o impulso, e impulso não atravessa portão de presídio durante uma década.

Wesley orava antes de ir a Newgate. Orava no caminho. Orava depois. Não foi um surto missionário, foi uma rotina sustentada que mais tarde virou diário, virou hinário, virou movimento. A oração sustentada tem uma função clara: filtra. Ela separa quem quer servir de quem quer aparecer.

. O que sobra de você quando ninguém aplaude?

TESTE 2: CONFIRMAÇÃO COMUNITÁRIA

O segundo teste é externo. Chamado verdadeiro não fica trancado dentro da cabeça do candidato. Ele aparece para quem está em volta. Pastor percebe. Esposa percebe. Líder de célula percebe. Irmão mais velho percebe. Quando três, quatro, cinco pessoas maduras dizem, sem combinar, “*eu vejo isso em você*”, alguma coisa está acontecendo que não é autoengano.

Aqui mora um perigo grande. Chamado autodeclarado, sem confirmação de comunidade, costuma ser ferida procurando palco. Tem gente que entra na capelania para resolver culpa antiga, para preencher vazio, para ter um lugar onde se sentir importante. A prisão pune isso rápido. Detentos leem motivação

em segundos. Eles convivem com manipulador profissional vinte e quatro horas por dia. Eles sabem.

Mario Ottoboni, em 1972, não começou a APAC em Itaúna sozinho. Ele tinha um grupo, a Pastoral Penitenciária, uma rede de leigos, um bispo que apoiou, advogados que entraram juntos. A confirmação comunitária estava lá antes do método ter nome. Sem aquela rede, o experimento sem polícia armada não teria durado seis meses. Hoje são mais de sessenta unidades.

Chamado individual sem comunidade que confirma é, na maioria das vezes, projeção pessoal disfarçada de missão.

TESTE 3: PAZ INTERNA APÓS A PRIMEIRA VISITA REAL

O terceiro teste só acontece depois do candidato pisar lá dentro. Não vale visita guiada, não vale culto evangélico organizado, não vale evento de Natal. É a primeira visita normal, num pavilhão normal, com cheiro, com calor, com olhar pesado, com silêncio estranho. Quando o portão fecha atrás de você e o som metálico ecoa, alguma coisa acontece no corpo. Algumas pessoas saem dali com pânico. Outras saem com indiferença. Algumas, poucas, saem com uma paz esquisita.

Não é a paz de quem gostou. É a paz de quem reconheceu o lugar.

Chuck Colson sentiu isso ao contrário. Ele entrou como prisioneiro em 1974, condenado por obstrução de justiça no caso Watergate. Saiu em 1976 e fundou a Prison Fellowship. A paz dele depois da primeira visita já como ex-detento, voltando do lado livre do portão, não foi alívio por ter saído. Foi reconhecimento de que ali era o lugar. Esse reconhecimento é o terceiro teste.

Quem volta da primeira visita com agitação, com excitação, com vontade de contar pra todo mundo no culto de quarta, geralmente não volta uma segunda vez. Quem volta calado, pensativo, quase incomodado, costuma virar capelão.

Tem um padrão que se repete. Os que se intitulam pregadores muitas vezes não continuam. Um deles começou a falar e, ainda

na introdução, o policial avisou que o tempo tinha acabado. Eu disse pra ele: aqui você vai direto na aplicação do texto, já entra com a palavra na mente, porque cada unidade tem o seu tempo. Ele não voltou. Quem fica, quase sempre, são as irmãs, com aquele sentimento de mãe, que não desistem do trabalho e não deixam o líder na mão. O barulho entra empolgado e some. O silêncio fica.

POR QUE OS TRÊS TESTES EXISTEM

Sem chamado, qualquer obstáculo derruba. E obstáculo em capelania prisional sobra. Tem portaria que muda regra sem aviso. Tem agente penitenciário que implica. Tem detento que finge conversão pra conseguir benefício e some no mês seguinte. Tem familiar que te liga às onze da noite porque o filho apanhou. Tem domingo perdido. Tem casamento sob tensão. Tem aniversário de filho que você não foi.

Quem está ali por entusiasmo recua na primeira frustração. Quem está por culpa, abandona quando a culpa some. Quem está por status, vai embora quando o status não vem. Sobra quem foi chamado. Esses ficam.

Vocação sem método queima.

Mas método sem vocação nunca chega a acender.

capítulo

Pilar H — Humildade

Em 1738, John Wesley escreveu no diário uma frase que poucos historiadores citam. Ele tinha trinta e cinco anos, era pastor anglicano formado em Oxford, conhecia grego, latim, hebraico. Tinha pregado para tribos indígenas na Geórgia. Tinha autoridade eclesiástica. E depois de visitar Newgate Prison pela primeira vez, escreveu que tinha entrado na cela “pensando que sabia”. Saiu pensando que precisava aprender.

Newgate naquela época era um buraco. Tifo nas paredes, o que os ingleses chamavam de *gaol fever*. Presos amontoados sem separação de idade ou crime. Wesley entrou de batina limpa, Bíblia debaixo do braço, plano de sermão na cabeça. Sentou no chão. Olhou em volta. Não pregou.

Esse silêncio é o segundo pilar.

Você passou seis meses estudando teologia carcerária, decorou versículos sobre liberdade, ensaiou testemunho. Chega no parlatório. O reeducando senta na sua frente. Quarenta e dois anos, tatuagem no pescoço, olhar que já viu coisa que você não viu. E o que você faz?

Se você for como noventa por cento dos iniciantes, você abre a boca.

Esse é o erro um.

A humildade ministerial não é o que pregam por aí. Não é falar baixinho. Não é vestir roupa simples. Não é dizer “irmão, sou pecador igual você” com voz mansa. Isso é performance. Humildade

ministerial é uma decisão técnica: você entra reconhecendo que o outro sabe algo que você nunca vai saber. Sabe como é dormir num pavilhão com setenta homens. Sabe o cheiro do café requeimado às quatro da manhã. Sabe o som específico que a chave faz quando o agente abre a porta sem avisar. Você não sabe nada disso. Ele sabe tudo isso.

Quem entra para ensinar sai expulso. Quem entra para aprender sai com chave.

A pesquisa do DEPEN com a UFPE em 2022 mediu uma amostra de novecentas e setenta e nove mil pessoas em treze estados. Brasília estava entre eles. O dado que ninguém quer ouvir: vinte e nove por cento recaem no primeiro mês após o egresso. Metade nos três primeiros. Não é falta de evangelização. É falta de presença. Quem volta volta sozinho. Volta com vergonha. Volta sem ninguém que escute sem julgar.

E o pastor que chegou pregando na cela é o último que ele vai procurar lá fora.

Mario Ottoboni entendeu isso em 1972, em Itaúna, Minas Gerais. Advogado, católico, leigo. Fundou a APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. O método ficou famoso por uma característica que escandaliza até hoje: nenhum policial armado dentro da unidade. Os recuperandos administram parte da rotina. A disciplina vem de dentro. Mas o detalhe que poucos notam é outro. Ottoboni proibia voluntário novato de pregar nos primeiros noventa dias. Você entrava, sentava, ouvia. Três meses. Só depois falava. Hoje são mais de sessenta unidades APAC funcionando, com taxa de reincidência que envergonha o sistema convencional.

Ottoboni descobriu a mesma coisa que Wesley em Newgate. A boca fechada do voluntário é mais evangelística que mil sermões.

A Resolução 34 de 2024 do CNPCP, que está vigente, formaliza o que o campo já sabia. O artigo trata da assistência “socio-espiritual” e veda explicitamente o proselitismo dentro das unidades. Tem gente que leu isso e ficou indignado. Disse que era perseguição religiosa. Não é. É proteção do reeducando contra um modelo de visita que não funciona. Pregar sem vínculo, sem escuta, sem

método, num ambiente onde a pessoa não pode sair da cadeira, é coerção. A norma só nomeou o que a experiência já tinha provado. o que isso significa na prática.

Você chega na unidade. Cadastro feito conforme a Portaria 58 de 2015 da SEAPE no DF. Vinte representantes por instituição, máximo quatro simultâneos por dia, tudo conforme a regra. Você entra. Cumprimenta o agente pelo nome. Cumprimenta o reeducando pelo nome. Senta. E pergunta uma coisa só: como você está hoje.

Pronto. Esse é o primeiro encontro inteiro.

Não tem versículo. Não tem oração imposta. Não tem panfleto. Tem você, calado, ouvindo um homem que talvez não tenha sido ouvido por dezesseis anos.

Quem nunca fez isso acha que é pouco. Quem faz há trinta anos sabe que é tudo.

Humildade aqui não é fraqueza. É a postura técnica do aprendiz que reconhece a expertise do outro sobre a própria vida. O reeducando é especialista no inferno dele. Você é visitante. Visitante bom é visitante que escuta.

E aqui aparece de novo a frase que organiza esse livro inteiro.

Vocação sem método queima.

Porque vocação sem humildade vira sermão na cela. Sermão na cela vira porta fechada. Porta fechada vira reincidência. E a estatística do DEPEN não mente: vinte e nove por cento recaem no primeiro mês.

Quem entra como salvador sai sem ninguém pra salvar.

Quem entra como aprendiz sai com chave.

capítulo

Pilar A — Atenção

Toda profissão de cuidado descobriu, mais cedo ou mais tarde, que escutar precede curar.

O médico hipocrático grego, no século V antes de Cristo, registrava sintomas durante horas antes de tocar o paciente. Anamnese, palavra grega, significa literalmente “trazer de volta à memória”. O médico não chegava com diagnóstico pronto. Chegava com perguntas. Quando você começou a sentir? O que muda quando come? O que melhora quando dorme? A medicina moderna herdou esse protocolo. Nenhum residente de hospital universitário no Brasil hoje recebe alta competência clínica sem dominar anamnese. É a primeira coisa que se aprende. É a última coisa que se abandona.

A capelania prisional desaprendeu isso.

Em algum momento da história recente do cristianismo brasileiro, especialmente após a explosão pentecostal dos anos 1980, o capelão passou a entrar na cela com a palavra já formada na boca. Microfone na mão, em alguns presídios. Coro de irmãos atrás. Mensagem montada antes de cruzar a porta. O preso virou plateia de uma pregação que não foi escrita para ele, foi escrita para o capelão se sentir útil. É outra coisa. Tem nome. Chama-se proselitismo, e a Resolução 34 de 2024 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária veda expressamente.

Você entra numa cela de quatro metros quadrados. Quatro homens dividem o espaço. Um deles está há nove meses esperando

audiência. Outro acabou de receber visita da mãe que disse que não volta mais. O terceiro tem hepatite e nenhum medicamento. O quarto chegou ontem. Você abre a Bíblia em Salmos 23. Você lê. Você ora. Você sai.

O que você ouviu?

Nada.

A escuta é o instrumento mais subestimado e mais poderoso do capelão.

Carl Rogers, psicólogo americano, fundador da terapia centrada na pessoa, escreveu em 1957 que três condições produzem mudança humana. Aceitação incondicional, congruência, e empatia compreensiva. Nenhuma delas envolve falar. As três envolvem ouvir até a outra pessoa se sentir, pela primeira vez em muito tempo, ouvida de verdade. Rogers era cristão de formação, filho de pais protestantes evangélicos rigorosos, e desenvolveu sua terapia em parte como reação ao paternalismo religioso que recebeu na juventude. a ironia. A psicologia clínica do século XX nasceu, em parte, porque a Igreja parou de escutar.

Anamnese pastoral no cárcere começa antes da palavra. Começa nos sentidos.

Você entra numa unidade prisional. O que você cheira? Suor concentrado, urina velha, sabão industrial barato, cigarro. O cheiro do cárcere muda conforme o dia da semana e a hora do banho coletivo. Capelão treinado nota. O que você ouve? Não as conversas, ainda. Os barulhos de fundo. Portões batendo, rádios de agentes, água escorrendo de algum cano que ninguém conserta, alguém gritando longe. O que você vê nas paredes? Marcas de cabeça raspada, datas riscadas, nomes de mulheres, versículos. O versículo mais comum no sistema prisional brasileiro é o Salmo 91. Procure. Está lá. Em quase toda cela.

Quando o capelão senta na frente do preso, a anamnese já começou. E a primeira pergunta nunca é sobre Jesus.

A primeira pergunta é: como você dormiu essa noite?

Parece banal. Não é. Sono no cárcere é um dos primeiros sintomas de tudo. Insônia indica ansiedade aguda. Sono excessivo indica depressão profunda. Pesadelos recorrentes indicam trauma não processado. Um capelão que pergunta sobre sono ouve, em

trinta segundos, mais sobre o estado real daquele homem do que dez minutos de pregação revelariam.

Depois vem outra. Você comeu hoje? Quando você falou com alguém da sua família pela última vez? Tem alguma dor que ninguém viu? O que você sente quando pensa na rua?

Cada pergunta abre porta. Cada porta revela cômodo. Cada cômodo guarda história.

Nesses anos eu encontrei muitos presos inocentes que não conseguiram provar. Tive a oportunidade de ouvir presas no episódio do oito de janeiro. Um dia, no PFDF, eu e a irmã Eliane chegamos ao Bloco 3. Quando comecei o culto, reconheci uma missionária que cuidava de uma creche com a mãe dela. Nunca tinha roubado uma agulha. Se eu tivesse aberto a boca pra pregar arrependimento antes de ouvir, teria humilhado uma inocente. A gente saiu daquele presídio mais edificado do que entrou.

Uma hora ouvindo vale mais que dez minutos pregando. Essa equação não é minha. É consenso técnico em qualquer formação séria de aconselhamento pastoral, de seminário católico jesuíta a centro de formação batista internacional. O problema é que a capelania prisional brasileira raramente passa por essa formação. A Resolução 34, no Artigo 15 parágrafo 4º, dispensa exigência de formação teológica formal para o representante religioso. A intenção foi inclusiva. O efeito colateral foi previsível. Entrou muita gente boa de coração e despreparada de método.

CHAVE não dispensa o coração. CHAVE adiciona o método.

Vocação sem método queima.

Atenção, terceiro vértebra do sistema, é treinável. Não é dom místico. É protocolo. Capelão eficaz pergunta mais do que afirma. Anota mais do que prega. Volta na semana seguinte e lembra o nome da mãe que o preso citou na visita anterior. Lembrar é continuação de escutar. Esquecer comunica, em silêncio, que aquela história não importava.

O Pastor Uziel Batista, um dos meus mentores, foi visitar um presídio e conversou com um preso que dizia ter tirado a vida de muita gente. O homem achava que Deus nunca poderia perdô-lo, que não merecia. O pastor não rebateu com doutrina. Fez uma pergunta. Você já ouviu falar de um homem na Bíblia chamado

Davi, que matou tanta gente que cantavam que ele tinha matado milhares, e mesmo assim Deus o escolheu pra ser rei? Foi a pergunta, não o sermão, que abriu aquele homem pra Jesus.

Quem pretende cuidar de gente quebrada precisa, primeiro, aprender a perceber por onde a rachadura entrou. A pregação vem depois. Ou não vem. Às vezes a pregação mais poderosa do capelão é o silêncio sustentado por uma hora ao lado de um homem que nunca foi ouvido em paz desde a infância.

Você consegue ficar uma hora calado dentro de uma cela?

Se a resposta sincera é não, você ainda não está pronto para o terceiro pilar.

capítulo

Pilar V — Vivência

A neurociência cognitiva mediu uma coisa que toda avó já sabia. O cérebro não confia em quem aparece uma vez. Confia em quem volta.

Robert Zajonc, psicólogo polonês radicado em Stanford, publicou em 1968 um estudo simples. Mostrou imagens repetidas a voluntários. Quanto mais exposições à mesma imagem, maior o agrado relatado, mesmo sem qualquer estímulo positivo associado. Chamou de *mere exposure effect*. Efeito da simples exposição. A repetição, por si só, gera familiaridade. A familiaridade, por si só, gera vínculo. Sem promessa, sem favor, sem retórica. Só presença. o que isso significa dentro de um pavilhão.

O cara que entra na cela uma única vez, ainda que pregue o melhor sermão da história, é um evento. Evento passa. O cara que volta toda terça, na mesma hora, com a mesma cara, dizendo basicamente a mesma coisa, vira referência. Vira chão. E ninguém se converte em cima de palco. Ninguém se converte em cima de evento. Conversão acontece em cima de chão.

Visita pontual constrói evento. Presença regular constrói relacionamento.

no caso clássico. John Wesley voltou a Newgate Prison em Londres tantas vezes entre 1738 e os anos seguintes que os carcereiros já o conheciam pelo passo. Quando o tifo da prisão, *gaol fever*, dizimava os detentos, ele continuou entrando. Quando a comitiva oficial saía da cela e voltava pra casa cheirar lavanda, ele ficava.

Acompanhou condenados a pé até o cadafalso de Tyburn, três quilômetros, andando ao lado. Não era espetáculo. Era rotina. A rotina virou método. O método virou metodismo. Repare: o nome do movimento veio do método, não do mensageiro.

Mario Ottoboni, em 1972, fez a mesma escolha em Itaúna, Minas Gerais. Os voluntários da APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, não eram convidados especiais. Eram presença diária. Mesma face, mesmo tom, mesma palavra. Hoje são mais de sessenta unidades no Brasil rodando sob esse princípio: presença sustentada substitui polícia armada. Não porque a fé seja mágica. Porque o vínculo, repetido por anos, reescreve o que o detento espera de outro ser humano. E o que ele espera passa a moldar como ele responde.

Chuck Colson, depois da Watergate, fundou a Prison Fellowship em 1976 e não saiu mais. Voltou às prisões durante trinta e cinco anos, até morrer em 2012. Não foi a conversão dele dentro da cela que virou método. Foi o fato de ele ter voltado, todo ano, durante três décadas e meia, à cela de outros homens.

no número que importa. Trinta anos. Esse é o tempo de campo do Pr. Fernando Costa em Brasília. Não é currículo. É vértebra.

Quando o DEPEN, em parceria com a UFPE em 2022, analisou 979 mil presos em treze estados, incluindo o Distrito Federal, encontrou um padrão que destrói qualquer ilusão de pregação relâmpago. Vinte e nove por cento dos que reincidem voltam no primeiro mês. Metade volta nos três primeiros. Quem só apareceu na semana de batismo já tinha sumido na semana da recaída. Quem voltava toda quarta, com o mesmo café, continuava ali quando o telefone tocava às quatro da manhã com a notícia ruim.

A Resolução 34 do CNPCP, vigente desde 2024, fala de assistência *socioespiritual* exatamente porque entendeu isto: a espiritualidade no cárcere não se sustenta como ato isolado. Sustenta-se como vínculo social espiritualizado. Sem regularidade, vira proselitismo. Com regularidade, vira tecido.

Eu chamo ele de Caio. Saiu da prisão com um bilhete no bolso, com o meu nome e o meu telefone. Não tinha pra onde ir. A mãe tinha dito, oito anos antes, que ele escolheu as amizades no lugar da família, e que não era pra procurá-la. Fui buscar o Caio

quase meia-noite, no Núcleo Rural Boa Esperança, onde a gente mantinha uma casa de acolhimento. Era um jovem revoltado. Deus foi moldando. Conseguiu emprego, morou de favor na casa de uma pastora, casou, montou uma marcenaria. Hoje é obreiro da igreja. A recaída do primeiro mês foi atravessada porque tinha alguém chamando ele pelo nome quando o resto do mundo já tinha esquecido.

Repare uma coisa sutil sobre o cérebro humano em ambiente de privação. Quando tudo muda à volta, quando o uniforme muda, a comida muda, o juiz muda, o advogado muda, o agente penitenciário muda de plantão, o pavilhão muda de regime, qualquer rosto que *não* mude ganha peso desproporcional. Vira ancoragem. Vira o ponto cardeal do mapa interno. E o que se diz com aquele rosto, repetido durante meses, fica registrado num lugar do córtex que sermão de domingo nunca alcança.

Mesma face. Mesmo tom. Palavra recorrente.

É por isso que o sistema CHAVE recusa a figura do palestrante. O palestrante visita, encanta, sai. O capelão volta. Volta quando ninguém está olhando. Volta quando a história é chata, repetitiva, sem fotografia bonita. Volta no terceiro mês, no oitavo mês, no segundo ano. Volta depois do alvará, quando o egresso já está fora e ninguém mais quer atender o telefone dele. Volta quando o egresso recai, é preso de novo, e a estatística diz que era pra desistir. Volta de novo.

A vivência não se ensina em sala. Se ensina por imitação prolongada. O capelão sênior leva o capelão júnior junto, durante meses, fazendo o mesmo trajeto, abrindo a mesma porta, cumprimentando o mesmo agente pelo mesmo nome. O júnior aprende o ritmo. O ritmo é o método. Não há atalho.

Trinta anos no Distrito Federal, dentro do CDP, da PFDF, dos blocos da Papuda, em parceria com SEJUS, FUNAP, AVASP, Defensoria, SENAPEN, SEAPE, CLDF, é o que dá ao Instituto Começar de Novo a única credencial que importa neste pilar: o agente penitenciário sabe o nome do capelão, e o capelão sabe o nome do agente.

Vocação sem método queima.

Método sem vivência adoece. Adoece porque vira protocolo, vira planilha, vira teoria de gabinete. A vivência é o oxigênio que mantém o método respirando ao longo da década. E só a década ensina o que o semestre esconde.

capítulo

Pilar E — Estrutura



Pr. Fernando Costa em audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A capelania prisional como interlocutora de políticas públicas.



Instituto Começar de Novo. Pessoa jurídica como casa institucional do ministério carcerário.

Em 1738, John Wesley voltou para casa depois de uma visita à Newgate Prison, em Londres. Tinha pregado para condenados que iriam, na manhã seguinte, balançar na forca de Tyburn. Escreveu no diário, com a letra apertada de quem ainda treme. Lavou o rosto. Comeu pouco. No dia seguinte, voltou à mesma prisão. Não foi sozinho. Tinha um grupo. Tinha uma sociedade metodista nascente. Tinha gente esperando ele do outro lado, perguntando como foi, o que sentiu, quem precisa de oração. Wesley não morreu de gaol fever, o tifo que matava capelães naquela época, por uma mistura de sorte e estrutura. A sorte ninguém controla. A estrutura, sim.

Você acha que vocação basta. Não basta.

Capelão sem casa institucional vira mártir solitário. Vai até o limite, atravessa o limite, e ninguém vê. A família não entende por que ele chega quebrado às onze da noite. A igreja local não sabe direito o que ele faz na cadeia. O sistema penitenciário trata ele como visita autorizada, número de cadastro, item da Portaria SE-

APE/SEJUS 58/2015. Vinte representantes por instituição, quatro por dia. Ele é um número. Quando ele cai, outro número entra. A vocação dele era real. O que faltou foi estrutura.

Estrutura, no sistema CHAVE, é a quinta letra porque sem ela as quatro primeiras desabam. Chamado vira culpa. Humildade vira humilhação. Atenção vira hipervigilância. Vivência vira trauma vicário. A casa é o que segura tudo.

A casa começa com pessoa jurídica. O Instituto Começar de Novo, CNPJ 39.470.308/0001-36, ativo desde 2020, com sede em Brasília, existe não como vaidade institucional. Existe porque pessoa física não assina convênio com SEJUS, FUNAP, AVASP, Defensoria, SENAPEN, SEAPE ou Câmara Legislativa. Pessoa física não capta recurso. Pessoa física não responde processo. Pessoa física não protege o capelão quando uma denúncia chega. CNPJ protege. Estatuto protege. Conselho fiscal protege. Ata de assembleia protege. Não é burocracia, é colete.

O Instituto saiu do papel no dia em que a porta do favor se fechou. Eu estava acolhendo seis egressos sem estrutura, pagando aluguel e comida, levando cada um pra regularizar documento e procurar trabalho. Procurei a VEP e a Sejus pra manter a casa. Ouvi que o trabalho era bonito e de relevância, mas que sem estrutura não dava pra apoiar. Naquele dia decidi institucionalizar. A primeira reunião do conselho não foi sobre visão grandiosa. Foi sobre como pagar o aluguel do mês seguinte sem deixar ninguém na rua.

o que ninguém te conta nos púlpitos. O capelão veterano, dez anos de campo, é o que tem maior risco de adoecer. Não o iniciante. O veterano. Porque o iniciante ainda chora. O veterano parou de chorar e isso parece força. Não é. É anestesia. Quando a anestesia falha, ela falha de uma vez. Depressão tardia, transtorno de estresse pós-traumático, somatizações que o médico não acerta. A pesquisa DEPEN/UFPE de 2022 mediu a reincidência do egresso. Ninguém mediu a do capelão. Mas o campo mede, em silêncio, todo ano.

Saúde mental do capelão não é luxo terapêutico. É parte da estrutura.

Por isso o ICN sustenta, dentro da formação de doze meses, supervisão peer-to-peer mensal. Capelão sentado com capelão. Caso difícil compartilhado, sem ata, sem julgamento. Quando o sigilo da assistência religiosa amarra (Resolução CNPCP 34/2024 é clara: veda proselitismo, mas protege o conteúdo da escuta), o capelão precisa de um par que entenda o silêncio dele sem precisar dos detalhes. Formação continuada também não é simpósio anual. É leitura conjunta, estudo de caso anonimizado, atualização da LEP, da Lei 9.982/2000, das portarias de cada unidade da federação. Quem para de estudar começa a errar e nem percebe.

A vocação chama. A estrutura sustenta. Sem a segunda, a primeira queima.

E aqui vem o ponto que ninguém quer ouvir. A fragmentação denominacional é o maior inimigo da capelania prisional brasileira. O estudo do ISER nas penitenciárias do DF entre 2003 e 2005 mostrou nove em onze grupos credenciados como evangélicos, seis deles batistas distintos. Seis. No mesmo presídio. Cada um com sua agenda, sua doutrina secundária, sua disputa de horário. O preso virou território de missão. O sistema virou refém de orgulhos.

Wesley fundou o metodismo no chão da prisão, não numa convenção. Chuck Colson saiu de Watergate em 1974, converteu-se ainda preso, e em 1976 lançou a Prison Fellowship com uma frase que doía nos próprios pares: o preso não pertence à minha denominação, pertence a Cristo. Mario Ottoboni, em Itaúna, Minas Gerais, em 1972, fundou a APAC. Hoje são mais de sessenta unidades. Sem polícia armada. Sem bandeira denominacional. Método cristão, casa única, mesma porta de entrada, mesma porta de saída.

Estrutura, no nível mais alto, é unificação. Não fusão doutrinária, ninguém precisa abrir mão de credo. Unificação operacional. Um cadastro. Um protocolo. Uma agenda. Uma supervisão. Uma formação reconhecida que o Art. 15 §4º da Resolução 34/2024 já dispensa de teologia formal, mas que o campo exige em rigor metodológico.

O ICN propõe ser modelo, não monopólio. Pessoa jurídica como abrigo. Parceria governamental como ponte. Saúde mental do

capelão como prioridade. Supervisão peer-to-peer como rotina. Formação continuada como disciplina. Unificação operacional como horizonte. Casa, não tenda.

O Capelão Daniel, evangelista, ensinava os presos havia anos. Quando trocaram o coordenador da unidade, o que entrou era de outro estado e gostava de mandar pela titularidade. O Daniel quase parou. Pra ele não largar o trabalho, a gente o cadastrou na unidade de internação provisória de menores e o deixou responsável por uma equipe. Anos depois foi esse mesmo Daniel que nos puxou pra ir de carro de Brasília até a Bolívia, evangelizando caminhoneiros no caminho, até o presídio de Palmasola. A estrutura não salvou só o trabalho dele. Devolveu o homem ao campo.

A gente já enterrou capelões cedo demais. Não vão na bala do crime organizado. Vão no infarto silencioso, no divórcio que ninguém viu chegar, no afastamento que a igreja chama de pecado e era exaustão. Vocações sem método queima.

E a chave gira, agora, em estrutura.



A Casa do Egresso: acolhimento de reeducandos em recomeço.

capítulo

Aplicação 1. Cadastramento na SEJUS/SEAPE

Vocação sem método queima.

Você decidiu. Quer entrar. Tem chamado, tem humildade, treinou atenção, vai aprender a vivência. Falta a estrutura. E estrutura, no sistema prisional brasileiro, começa num formulário.

Em 1738, John Wesley entrou em Newgate sem cadastro. Bastou ser clérigo da Igreja Anglicana e bater na porta. O carcereiro abria, o tifo entrava junto, e ninguém fiscalizava o que era pregado lá dentro. Dois séculos e meio depois, a porta continua existindo. Mas a fechadura mudou. Hoje, antes de tocar a campainha, você passa por uma triagem de papel. E é essa triagem que separa o capelão do invasor bem-intencionado.

A Lei 7.210 de 1984, conhecida como Lei de Execução Penal, garante no Art. 24 a assistência religiosa ao preso, exige local apropriado para o culto e protege o opt-in: ninguém é obrigado a participar. A Lei 9.982 de 2000 reforça o acesso de religiosos às unidades. A Resolução CNPCP 34 de 2024, vigente em todo território nacional, atualiza a moldura: chama de assistência socio-espiritual, veda proselitismo agressivo, e no Art. 15 §4º faz uma afirmação que muda tudo. Dispensa formação teológica.

Leia de novo. Dispensa formação teológica.

O Estado brasileiro não pede seu diploma. Pede seu método.

No Distrito Federal, a tradução operacional dessa moldura é a Portaria SEAPE/SEJUS 58 de 2015. Ela existe há mais de uma década, foi escrita antes da resolução nacional, e por isso virou modelo replicável para outras unidades federativas que ainda improvisam. O fluxo dela tem dois andares.

Primeiro andar: cadastro institucional. A entidade religiosa, igreja local, denominação, ministério ou ONG confessional, se apresenta como pessoa jurídica. Envia estatuto registrado, ata da diretoria atual, CNPJ ativo, comprovante de endereço, e indica até 20 representantes nominais. Vinte é o teto. Não é meta. Igrejas pequenas começam com 3 ou 4. O Instituto Começar de Novo opera dentro desse limite desde 2020, sob o CNPJ 39.470.308/0001-36, e foi assim que destravou parcerias com SEJUS, FUNAP, AVASP, Defensoria, SENAPEN, SEAPE e a Câmara Legislativa.

Segundo andar: credenciamento individual. Cada um dos 20 representantes envia documento pessoal com foto, comprovante de residência, antecedentes criminais, carta de apresentação da entidade, foto 3x4 recente, e termo de compromisso assinado. Não precisa de credencial de seminário. Não precisa de carta de bispo. Não precisa de ordenação formal. Precisa de antecedente limpo e de uma entidade que responda institucionalmente por você. *A garantia que o Estado pede é jurídica, não eclesiástica.*

Aprovado o credenciamento, vale a segunda regra de ouro da Portaria 58: até quatro representantes da mesma instituição podem entrar simultaneamente, no mesmo dia, na mesma unidade. Quatro. Não cinco. Quem chega de quinto fica no portão. Essa cota não é burocracia, é cálculo de fluxo. Quatro capelães conseguem cobrir três alas, fazer escuta individual, conduzir um culto, e ainda registrar tudo no fim do expediente sem comprometer a segurança da unidade.

o que acabou de acontecer no papel. A entidade existe juridicamente, os representantes estão identificados, o limite diário está fixado, o registro de cada visita gera dado. É auditável. É replicável. É escalável. O que William Booth fez no East End londrino em 1865 sem nenhum formulário, e o que Mario Ottoboni começou em Itaúna em 1972 colocando 60 unidades APAC em pé décadas

depois, hoje pode começar no seu computador, com um PDF anexado ao protocolo eletrônico da SEJUS.

Na primeira vez que levei o cadastro do Instituto ao protocolo da Sejus, sumiram com a documentação. O pedido foi indeferido porque constava que eu tinha visitado como amigo de um interno, mesmo eu já não visitando mais assim. Tive que recorrer ao Ministério Público. Gastei com autenticação, com xerox, com gasolina. Carregar aquela pasta fina contra uma fila grossa de processos é o primeiro teste do chamado. Quem desiste no protocolo nunca chega ao pátio.

Não confunda. O cadastro não te transforma em capelão. Ele te autoriza a aprender. A formação acontece dentro, no chão da galeria, sob mentoria de quem já tem horas de campo. O documento é a chave. A porta destranca outra coisa.

A gente costuma achar que vocação se prova com fogo. Prova-se com fôlego. E fôlego, no sistema prisional brasileiro, hoje, em 2026, começa com cadastro institucional, credenciamento individual, limite de quatro por dia, e a humildade de aceitar que o Estado pede o que o Estado tem direito de pedir.

Vocação sem método queima.

O método começa aqui.

capítulo

Aplicação 2. Como falar com a diretoria

A porta da unidade prisional não abre para todo mundo. E quando abre, abre devagar.

Você precisa entender uma coisa antes de qualquer outra. O capelão não entra na unidade porque é capelão. Entra porque a direção autorizou. E a direção autoriza porque construiu confiança ao longo do tempo. Anos, não semanas.

A Lei 9.982 de 2000, no Artigo 2º, garante o acesso de religiosos a estabelecimentos prisionais. Garante. Não obriga a unidade a abrir todas as portas a qualquer hora para qualquer pessoa. O direito existe dentro do regramento institucional. Quem regula é o sistema. No Distrito Federal, a SESIPE coordena. O GEPOL faz a segurança. A direção da unidade decide o dia a dia.

Vocação sem método queima.

Você chega num órgão público de segurança levando o quê. Currículo de seminário. Histórico de ministério. Carta de recomendação da igreja. Pra direção da unidade, isso pesa pouco. O que pesa é outra coisa.

Pesa você não dar trabalho.

Pesa você seguir o protocolo.

Pesa você não publicar foto do preso no Instagram da igreja.

Pesa você não dramatizar a história do reeducando no culto de domingo.

Pesa você devolver o crachá no horário combinado. como a coisa funciona. A Portaria SEAPE SEJUS 58 de 2015 estabelece que cada instituição religiosa cadastra até 20 representantes. Desses 20, no máximo 4 entram simultaneamente por dia. Isso significa que a unidade controla quem entra, quando, quantos. O capelão não opera em livre acesso. Nunca operou. E quando age como se operasse, fecha a porta pra todo mundo que vem depois dele.

A linguagem institucional respeitosa começa antes da primeira reunião.

Quando você marca uma audiência com o diretor da unidade, você não está pedindo um favor pessoal. Está apresentando uma proposta de serviço dentro de um marco legal que já existe. A LEP, Lei 7.210 de 1984, no Artigo 24, prevê assistência religiosa em local apropriado. A Resolução CNPCP 34 de 2024 chama isso de assistência socioespíritual e veda proselitismo. Você cita o marco. Não decora. Cita.

E aí vem a parte difícil. A confidencialidade.

Depois do oito de janeiro e da prisão de figuras conhecidas, o sistema prisional ganhou holofote. Muita gente quis entrar no presídio, a maioria sem ideia do que acontece lá dentro, querendo mostrar número de conversão e de batismo. Quando uma família me pede pra divulgar a conversão de um reeducando, eu explico que não dá. Exposição quebra a confiança da direção da unidade e expõe quem está lá dentro. O evangelho não trabalha pra aparecer. A Palavra de Deus molda vida no escondido.

A história do reeducando não te pertence. Não pertence à igreja. Não pertence ao culto de domingo. Pertence a ele. E à instituição que custodia. Quando você publica foto, vídeo, depoimento, nome, traço identificável, você está rompendo um pacto silencioso que sustenta o trabalho inteiro.

no detalhe. A direção da unidade lê o seu Instagram. Lê o boletim da igreja. Pergunta pros agentes o que estão falando lá fora sobre o que acontece lá dentro. Você acha que ninguém vê. Veem.

Capelão que dramatiza perde acesso. Capelão que publica foto perde acesso. Capelão que transforma o sofrimento alheio em conteúdo motivacional perde acesso. E quando perde, leva junto

a equipe inteira que entrou no cadastro pela mesma instituição. Vinte pessoas perdem o crachá por causa de uma postagem.

Construir confiança institucional é trabalho de anos. Você aparece no horário. Cumpre o que combina. Pede licença quando precisa entrar em ala diferente. Reporta o que viu dentro do protocolo correto. Não disputa autoridade com o GEPOL. Não opina sobre conduta de agente. Não promete ao reeducando o que não pode cumprir.

Você se torna previsível.

Numa instituição de segurança pública, ser previsível é elogio. É a base de tudo o que vem depois.

Vocação sem método queima.

A porta da unidade prisional não abre para todo mundo. Mas para quem entendeu o jogo, para quem respeitou o regramento, para quem cuidou do nome da unidade tanto quanto cuidou do nome da própria igreja, a porta vai abrindo um centímetro por ano. E no décimo ano, ela já está aberta.

capítulo

Aplicação 3. Estrutura de um culto carcerário eficaz

Você chega no pavilhão com a Bíblia debaixo do braço. Tem quarenta minutos. Talvez trinta. O agente penitenciário decide. Trinta homens sentados no chão de cimento, ou em bancos de concreto, ou em pé encostados na parede. Alguns vieram porque acreditam. Outros vieram porque está calor na cela. Outros vieram porque o vizinho de cela veio. Um deles dorme. Dois conversam. Quatro olham pra você esperando algo que não sabem nomear.

Esquece tudo que você aprendeu sobre conduzir culto na igreja.

Culto carcerário não é culto de igreja em miniatura. É outra coisa.

O primeiro erro do pastor iniciante é replicar a liturgia do templo. Três músicas de abertura, oração pastoral, leitura responsiva, ofertório, pregação de quarenta minutos, apelo, bênção apostólica. Você não tem tempo. Você não tem instrumento. Você não tem ofertório (e nem deveria querer ter). Você não tem púlpito. Você tem cimento, calor, e homens que talvez nunca pisaram numa igreja antes.

O que sobra quando você tira tudo isso?

Sobra a Palavra. Sobra a oração. Sobra o canto. Sobra o olho no olho.

Comece pelo tempo. Se te deram trinta minutos, planeje vinte e cinco. Os cinco últimos pertencem ao imprevisto, ao homem que vai te puxar pelo braço na saída, à conversa rápida com aquele que não levantou a mão mas está chorando no canto. Pregação longa em prisão é pregação para si mesmo. Doze a quinze minutos. Um texto. Uma ideia. Uma aplicação. Acabou.

A linguagem é o segundo filtro. Esquece *justificação pela graça mediante a fé*. Esquece *escatologia e soteriologia*. Esquece até *salvação* se o homem na sua frente nunca ouviu a palavra fora de pixação de muro. Fale como se estivesse explicando pro seu cunhado que nunca foi à igreja. Use Lucas 15. Use o ladrão na cruz. Use a mulher do poço. Use histórias com gente, lugar, conflito, desfecho. Jesus pregou pra pescador, lavrador, prostituta e cobrador de imposto. Pregou em parábola. Pregou em frase curta. Pregou andando.

Participação maior que palestra. Esse é o terceiro princípio.

Pergunte. Pause. Espere a resposta. Deixe o homem completar o versículo. Chame pelo nome quando souber o nome. Peça pra alguém ler em voz alta (e tenha paciência se o homem tropeçar nas sílabas, metade do pavilhão tropeça). Quem participa, lembra. Quem só escuta, esquece antes do almoço.

Música a capela. Aceite isso de uma vez. Você não vai entrar com violão na maioria dos pavilhões. Cante o que eles conhecem. Hinos antigos da Harpa Cristã, corinhos simples, salmos cantados. Voz humana basta. E quando trinta homens cantam *Nada além do sangue de Jesus* num corredor de cimento, a acústica faz o resto. Você vai sair com a garganta arranhada e os olhos molhados. Não é emoção barata. É o que acontece quando o canto coletivo encontra o silêncio institucional.

Oração individual sempre que o tempo permitir.

Não a oração no microfone. A oração com a mão no ombro daquele homem específico, ouvindo o nome da mãe dele, da filha que ele não vê há três anos, do processo que tá parado no fórum de Brazlândia. Anote mentalmente. Volte na semana seguinte e pergunte pelo nome certo. *Como tá a Mariana?* O homem te olha como quem foi visto pela primeira vez em dois anos.

Vocação sem método queima.

O método aqui é específico. Tempo curto. Texto único. Linguagem chã. Participação ativa. Canto a capela. Oração no nome. Saída sem promessa que você não pode cumprir.

Nunca deu pra seguir cronograma de igreja no presídio. Tem dia que é só música. Tem dia que é só oração. Tem dia que é libertação. No presídio de Pedrinhas, no Maranhão, eu estava com o Pastor Filipe. Quando peguei o microfone e comecei a falar, um preso se manifestou de um jeito violento. O policial teve que abrir a cela e nos colocar pra dentro, porque o homem batia na grade. Ficamos presos com os presos. E Deus libertou aquele homem, que chorando entregou a vida a Jesus. Entendi que naquele dia Deus quis mostrar ao policial que existe uma força que arma nenhuma alcança.

Última coisa. O apelo. Não force decisão pública num ambiente onde levantar a mão pode te custar caro na cela. Faça o convite, ofereça a conversa privada na saída, deixe o Espírito agir no tempo dele. Quem precisar, te procura. Quem te procurar, anote o nome.

E volte semana que vem.

Porque culto carcerário eficaz não é o de hoje. É o de daqui a seis meses, quando aquele mesmo homem te reconhece do outro lado da grade e pergunta se você lembra do nome da filha dele.

Você lembra.

É por isso que funciona.

capítulo

Aplicação 4. Atendimento individual em local apropriado

A Lei 7.210, de 1984, no Artigo 24, parágrafo primeiro, diz uma coisa que parece técnica e é decisiva. Estabelece que a assistência religiosa será prestada em local apropriado. Quatro palavras. Local apropriado. Você lê depressa e não entende o peso. Eu te ajudo a entender.

Local apropriado não é favor. Não é concessão da diretoria num dia bom. Não é o pátio com sol forte e cinquenta homens em volta ouvindo. É um espaço minimamente reservado onde a pessoa pode chorar sem virar espetáculo. Onde a voz pode baixar. Onde a confissão de uma vergonha de vinte anos atrás não vira fofoca de corredor às quinze horas.

A lei pensou no culto coletivo. A prática estendeu para o atendimento individual. E foi a prática que acertou.

Um homem que matou. Outro que abusou. Uma mulher que abandonou três filhos pra usar crack. Você acha que essas histórias saem na frente de testemunha? Saem na frente de quem zomba? Não saem. Ficam presas no peito até apodrecer. O atendimento individual em local apropriado é o que destrava.

Como solicitar. Por escrito, sempre. Ofício da instituição cadastrada para a direção da unidade, especificando o objetivo (atendimento religioso individual), a frequência pretendida (semanal, quinzenal), o capelão responsável, e o pedido de sala compatível. No Distrito Federal, a Portaria SEAPE 58 de 2015 já regula o cadastro e o limite de quatro capelães simultâneos por dia. Use o instrumento que existe. Não invente caminho paralelo.

Registro. Toda visita anotada. Data, hora de entrada, hora de saída, nome do atendido, assinatura do capelão. Duas cópias. Uma fica com a unidade, outra com a instituição. Isso protege a unidade prisional, protege o detento, e protege você. Capelania séria deixa rastro de papel.

A sala que a lei pediu existe porque a alma humana não sara em público.

Agora o ponto mais delicado deste capítulo. Confidencialidade pastoral.

O que se diz ali dentro não sai dali. Ponto. Essa é a regra que sustenta tudo. Sem ela, ninguém abre. Sem abertura, não tem trabalho pastoral, tem teatro. O capelão escuta como sacerdote escuta no confessional, como médico escuta no consultório, como advogado escuta no escritório. A diferença é que o capelão não tem proteção legal explícita como esses três. Por isso a regra precisa ser de ferro por dentro, autoimposta, inegociável.

Existe uma exceção. Uma só. Risco iminente à vida, próprio ou de terceiro. Plano de fuga com refém, intenção de suicídio com data, ameaça concreta a outro detento ou a agente. Aí o silêncio vira cumplicidade, e cumplicidade não é função pastoral. A condução é informar primeiro o atendido de que aquilo precisa ser comunicado, e comunicar pela linha técnica da unidade, não pelo corredor.

Limites. O capelão não é psicólogo. Não diagnostica depressão, não medica, não prescreve. Quando o homem chora todo dia há três semanas, encaminha pra equipe de saúde mental da unidade, com pedido formal. O capelão não é advogado. Não opina sobre recurso, sobre progressão, sobre remição. Quando a dúvida é jurídica, encaminha pra Defensoria Pública ou pro advogado constituído. O capelão não é assistente social. Não negocia visita

íntima, não resolve transferência, não consegue medicamento de fora. Quando a demanda é dessa ordem, encaminha pra equipe técnica.

O que o capelão faz, e ninguém mais faz, é escutar a alma diante de Deus. É segurar a mão na hora do desespero espiritual. É dizer que o passado pode ser entregue. É ler um salmo na cela onde o sujeito está há quatro dias sem dormir. Esse é o ofício. Não é pouco. É exatamente o suficiente.

Quem confunde os papéis vira estorvo. Quem respeita o seu, vira coluna.

Quando a unidade concede uma sala reservada, a fala do interno muda. No pátio ele se protege. Com a porta fechada, ele abre. Muitas vezes foi numa sala de aula, no curso de teologia, ou fazendo exame de vista como conselheiro de direitos humanos, que os presos abriram o coração. Mostraram a fraqueza. Falaram do medo e do sofrimento que no pátio nunca diriam. O lugar certo também prega.

Vocação sem método queima.

A sala existe por isso. Pra que a vocação tenha onde pousar sem incendiar o que toca.

capítulo

Aplicação 5. Material permitido e proibido

Você chegou com a Bíblia debaixo do braço. O agente penitenciário pediu pra abrir a mochila. Tirou um caderno, uma caneta esferográfica, três livros devocionais. Passou tudo na esteira. O caderno espiral ficou retido. A caneta também. Você entrou no pátio com a Bíblia e dois livros. Saiu uma hora depois entendendo que método sem protocolo trava na portaria.

A LEP, Lei 7.210 de 1984, no artigo 24 caput, garante ao preso o direito de receber visita de representante religioso e de possuir livros de instrução. A palavra é instrução. Bíblia entra. Devocional entra. Manual de catequese entra. Comentário bíblico entra. Material didático de estudo entra. Tudo o que serve pra instruir o sujeito na fé que ele escolheu professar.

O que não entra é o que vira problema de segurança.

Metal não entra. Espiral de caderno é metal. Grampo de pasta é metal. Clipe é metal. Eletrônico não entra. Pendrive, fone, celular, gravador, nada. Material conversível em arma cortante não entra. CD, DVD, capa dura grossa, lombada rígida, nada que possa ser lascado e afiado. Tinta líquida não entra. Caneta com carga removível não entra. Lápis grafite curto com ponta exposta, depende da unidade. Borracha grande, depende. Cordão de crachá, não entra.

A regra é simples na cabeça do agente: tudo que pode virar arma, fica na portaria.

Por isso o capelão chega com caderno brochura sem espiral. Caneta esferográfica de corpo único, lacrada. Bíblia capa flexível. Devocional de bolso. Folha avulsa em quantidade contada, registrada na entrada e conferida na saída. Você leva o que dá pra inventariar. O que sobra na sua mão na saída, sobra também no relatório.

Procedimento de entrega de material ao preso passa pela direção da unidade. Não passa de mão em mão. Você chega com um lote de Bíblias doadas, entrega na recepção, a direção registra, a direção distribui. Você sugere o destinatário, a direção decide. Tem unidade que pede ofício prévio. Tem unidade que aceita registro no livro de protocolo no dia. Cada casa tem seu ritmo. O capelão que ignora o ritmo da casa, perde acesso à casa.

Em Brasília, a Portaria SEAPE/SEJUS 58 de 2015 organiza esse fluxo. Instituição cadastrada, vinte representantes inscritos por instituição, quatro entrando simultaneamente por dia. Cadastro com documento, foto, declaração da instituição religiosa. Material doado passa pelo mesmo crivo do material pessoal: instrução sim, conversível em problema, não.

o ponto que muita gente erra.

A Resolução CNPCP 34 de 2024, que está vigente, define assistência socio-espiritual e veda proselitismo. O artigo é direto. Você entra pra atender quem pede atendimento da sua tradição. Não entra pra converter o muçulmano, o católico, o terreiro, o ateu. Não entra pra distribuir literatura da sua igreja em galeria que não pediu. O material que você leva é pra quem já se identificou como pertencente à fé que você representa, ou pra quem solicitou contato com ela.

Folheto de igreja específica, em cela de quem não pediu, é proselitismo. Bíblia na cela de quem pediu Bíblia, é direito garantido pelo artigo 24 da LEP.

A diferença entre as duas situações é a porta de entrada. Quem pediu, recebe. Quem não pediu, não é abordado. A Resolução 34 protege o preso da invasão e protege o capelão de virar problema

disciplinar pra direção da unidade. Os dois lados ganham quando o limite está claro.

Vocação sem método queima.

O método aqui é a portaria. Aprende a portaria, aprende o resto.

capítulo

Aplicação 6. A cela evangélica como pastoral

A cela evangélica é uma instituição informal nascida dentro do sistema prisional brasileiro. Não foi desenhada pela LEP. Não consta em manual da SEJUS. Não tem portaria que a regule. Ela apareceu sozinha, como apareceu o capim entre as pedras do pátio.

Você precisa entender de onde ela vem antes de decidir o que fazer com ela.

Em pavilhões dominados por facções, o egresso recém-convertido vive em estado de risco permanente. A facção exige lealdade contínua: presença em reunião, uso do salve, participação no que mandam. A conversão religiosa, sob a lei interna do crime, é tolerada apenas se for funcional. Se virar pretexto pra sair do esquema, vira deserção. E deserção, no idioma da facção, se paga com sangue.

A cela evangélica nasce daí. É um arranjo prático. O preso que se converteu busca proteção entre os que também se converteram. O diretor da unidade, na maioria das vezes, percebe que aquele agrupamento reduz violência interna e libera a cela como espaço evangélico de fato. Vira costume. Vira folclore. Vira política interna não escrita.

Onde a doutrina silencia, a sobrevivência fala.

o que isso significa pra você que entra pra fazer capelania.

Você vai chegar numa unidade e encontrar uma cela cheia, bíblia exposta na grade, bilhete escrito “cela do Senhor” colado na porta. Os presos lá dentro vão te receber com hino, oração em pé, abraço fraterno. Vai parecer um culto. Vai ser difícil não se emocionar. : nem tudo ali é o que parece. E nem tudo é fingimento.

Existe conversão real dentro daquela cela. Existe homem que entrou pra se proteger e foi alcançado de verdade pelo evangelho. Existe homem que entrou pra performar e está performando ainda. Existe homem que oscila entre os dois estados a cada semana. Você não tem como saber, à primeira vista, quem é quem. Nem precisa saber.

O seu trabalho não é selecionar verdadeiros. É pastorear todos.

Aqui entra a parte que poucos discutem: a cela evangélica pode virar bolha. Pode virar clube fechado onde os “salvos” não falam mais com os “perdidos” do pavilhão ao lado. Pode virar instrumento de status interno, onde estar na cela do Senhor virou cargo, e quem está fora virou inferior. Quando isso acontece, o evangelho que era refúgio virou muro.

Cristo entrou em casa de publicano. Comeu com pecador. Cruzou linha social pra alcançar quem ninguém alcançava. Se a sua capelania só alcança a cela evangélica, você não tá fazendo capelania prisional. Você tá fazendo culto interno pra convertido.

A Resolução CNPCP 34/2024 é clara em dois pontos que conversam diretamente com isso. Primeiro: a assistência religiosa é direito do reeducando, opt-in, individual. Segundo: o agente religioso fica proibido de proselitismo. Traduzindo: você não pode condicionar atendimento à filiação evangélica do preso. Não pode privilegiar a cela do Senhor e ignorar o resto do pavilhão. Não pode usar a cela evangélica como vitrine pra mostrar resultado de ministério.

O que você faz, então, na prática.

Você visita a cela evangélica como visita qualquer outra cela. Sem distinção de tom, sem favor especial, sem privilégio de tempo. Você ora com quem pede oração, lê texto com quem pede leitura, escuta quem precisa ser escutado. E você sai dali e vai pro pavilhão geral. Vai pra cela onde tem facção. Vai pra cela onde tem ateu declarado. Vai pra cela onde tem muçulmano. O ministério

é pra todos reeducandos. Sem exceção, sem filtro, sem critério teológico de quem merece ser visitado.

Quando perceber que a cela evangélica está se fechando em si mesma, você intervém com calma. Propõe atividade conjunta com outras celas. Convida líder informal da cela do Senhor a participar de roda de leitura no pátio com presos não convertidos. Quebra o muro sem destruir o refúgio.

Vocação sem método queima.

A cela evangélica é teste de método. Romantizar ela é preguiça pastoral. Condenar ela é arrogância de quem nunca dormiu numa unidade. Pastorear ela com discernimento é capelania de verdade.

capítulo

Aplicação 7. A janela crítica de 30 dias na prática

A maioria dos pastores recebe o egresso no domingo, abraça, ora, entrega uma Bíblia nova e acha que cumpriu. Segunda-feira, o homem volta pra rua. Terça, alguém antigo aparece. Quarta, ele desaparece. Quinta, o pastor pergunta na célula: “alguém viu o irmão?” Ninguém viu.

Esse ciclo se repete em milhares de igrejas brasileiras toda semana.

A pesquisa DEPEN/UFPE de 2022, com amostra de 979 mil presos em 13 estados, incluindo o Distrito Federal, mediu o que ninguém queria medir. Vinte e um por cento reincidem em um ano. Entre 33,5 e 42,5 por cento em cinco anos. Mas o número que destrói qualquer ilusão é outro: 29 por cento recaem no primeiro mês. Metade nos três primeiros.

Trinta dias.

A janela crítica não é a sentença. É o que vem depois.

Vocação sem método queima.

O egresso sai do portão com o que ele tem. Roupa do dia em que foi preso, às vezes três anos atrás. Documento vencido. Família que já se reorganizou sem ele. Endereço que talvez nem exista mais. Currículo com buraco. Vizinhança que sabe. Patrão que não contrata. E uma fome literal, porque o auxílio-reclusão acabou no dia da liberdade.

Você acha que ele vai chegar na sua igreja no domingo? Talvez chegue. No primeiro. No segundo, depende de janta na quarta. No terceiro, depende de trabalho na quinta. No quarto, sumiu.

Por isso a aplicação prática precisa começar antes do portão abrir.

A operação tem duas pontas. Capelão dentro do muro. Pastor local fora. As duas pontas conversam pelo menos 90 dias antes da soltura. Isso não é luxo metodológico. É o mínimo. O capelão sabe a data prevista, o histórico do irmão, o nome da esposa, o endereço onde ele vai dormir na primeira noite. O pastor local sabe quem está chegando, prepara a casa, alinha duas ou três famílias da igreja pra revezar visita na primeira semana.

Quem não tem essa ponte, improvisa. Improviso na janela de 30 dias custa vidas.

A acolhida estruturada tem cinco peças que cabem em qualquer igreja, não importa o tamanho.

Primeira: documentação. Alguém da igreja, de preferência um diácono com paciência de fila de cartório, leva o egresso pra tirar RG novo, CPF, carteira de trabalho digital, título de eleitor. Isso pode levar duas semanas. Sem documento, nada acontece.

Segunda: endereço seguro. Casa de transição quando a igreja consegue manter uma. Quando não consegue, casa de família madura, com regras claras, escritas, lidas em voz alta no primeiro dia. Sem regra escrita, vira favor mal pago.

Terça peça: alimentação garantida nos primeiros 30 dias. Cesta básica não é caridade nesse momento. É infraestrutura.

Quarta: trabalho real, ainda que pequeno. Pintar muro da igreja, ajudar no estoque do mercado do irmão, descarregar caminhão na padaria do diácono. Pagamento semanal, em dinheiro vivo, na mão. A primeira semana de pagamento honesto reescreve a identidade dele de um jeito que nenhum sermão alcança.

Quinta: rede de apoio fraterno. Três homens da igreja, no mínimo, que ligam ou aparecem todo dia nos primeiros 30 dias. Não para evangelizar. Para tomar café. Para perguntar se comeu. Para levar pro culto. Para ver com os próprios olhos.

Aqui entra o ponto que machuca o orgulho pastoral. Você não resolve sozinho.

A capelania madura encaminha. Assistente social do CRAS. Defensoria Pública para regularizar pendências jurídicas residuais. SINE para vaga formal quando o egresso já tem documento. CAPS quando o caso tem componente de saúde mental, e quase todo caso tem. Atenção Básica do SUS para checar tuberculose, HIV, hepatite, coisas que o sistema prisional brasileiro não trata direito.

O pastor que tenta ser advogado, psicólogo, médico, assistente social e padrinho ao mesmo tempo, queima em três meses. E queima o irmão junto.

o desenho mínimo de uma semana funcional na janela.

Segunda: visita do diácono, café, conversa de quinze minutos, pergunta concreta sobre comida e sono. Terça: ida ao cartório ou ao CRAS, alguém da igreja acompanha. Quarta: trabalho prático na obra do templo ou no comércio parceiro, quatro horas, pagamento no fim do dia. Quinta: culto de oração, presença sem holofote, ninguém sobe ao púlpito para “dar testemunho do irmão que saiu”. Sexta: almoço na casa de uma família madura. Sábado: trabalho ou descanso, escolha dele. Domingo: culto, lugar marcado, alguém senta junto.

Repete trinta vezes.

No dia 31, a estatística vira a favor.

A Res. CNPCP 34/2024 chama isso de assistência socio-espiritual. A LEP, no Art. 24, já previa local apropriado e opt-in desde 1984. A lei está pronta há quarenta anos. O método é que falta.

Vocação sem método queima.

Trinta dias. Cinco peças. Duas pontas. Uma rede.

Quem não tem isso, tem boa intenção. E boa intenção, na janela crítica, é exatamente o que produz reincidência de 29 por cento no primeiro mês.

capítulo

Aplicação 8. A família do reeducando

Quando o homem entra, a família entra junto. Ninguém te conta isso na hora da prisão. O carcereiro fecha a porta, anota o nome dele no livro, e some. Mas a esposa fica do lado de fora com três filhos e uma conta de luz vencendo. A mãe, com sessenta e oito anos, descobre que vai criar netos. O pai, se ainda existe, vira motorista de visita aos domingos. A prisão prende um. O cárcere captura sete.

o que ninguém calcula. Para cada reeducando dentro da cela, existe uma média de quatro a seis pessoas do lado de fora carregando a sentença sem terem cometido crime nenhum. Mulheres que viram chefes de família da noite para o dia. Crianças que aprendem a soletrar o nome do presídio antes do nome da rua de casa. Pais idosos que vendem o pouco que têm para pagar advogado. A pesquisa do DEPEN/UFPE de 2022 mediu reincidência, mediu reentrada, mediu fluxo. Não mediu a esposa que perdeu o emprego porque faltou três segundas seguidas para entrar na fila da revista íntima. Esse número não existe na planilha. Existe na cozinha dela.

A cadeia que pega o corpo do homem pega o pão da casa dele.

Se o ministério carcerário só olha para o lado de dentro do muro, ele faz metade do trabalho e chama isso de ministério

inteiro. Volta o egresso, encontra a esposa exausta, os filhos estranhos, a mãe ressentida. Vocação sem método queima. E queima exatamente aqui, no ponto cego que ninguém pastoreou durante doze, vinte e quatro, sessenta meses.

O ICN não inventou isso, aprendeu apanhando. A Casa do Egresso nasceu da observação simples: mulheres chegavam para a visita carregando documento, marmita, criança, e nenhuma pessoa as recebia como gente. Eram número de matrícula da unidade do marido. A parceria com a FUNAP, com a AVASP, com a Secretaria da Mulher do DF, montou um espaço onde a esposa do reeducando entra como ela, não como anexo de processo. Atendimento psicológico. Encaminhamento de Bolsa Família. Curso profissionalizante. Grupo de oração que não exige conversão, exige presença. Funciona porque trata a mulher como sujeito, não como rota logística da fé do marido.

A Cidade das Crianças é o segundo movimento, e é o mais difícil de explicar para quem só conhece o discurso evangelístico clássico. Filhos de reeducandos têm probabilidade significativamente maior de entrar no sistema, isso está em literatura criminológica clássica desde os anos 1990, e o senso comum dos diretores de unidade confirma todo dia. . Se a igreja só evangeliza o pai preso e ignora o filho de oito anos que está aprendendo a chamar de tio o traficante do quarteirão, a igreja está alimentando o próximo preso enquanto reza pelo atual. Quebrar ciclo geracional não é slogan. É infraestrutura. Reforço escolar. Atividade de contra-turno. Alimentação. Adulto presente que se chama pelo nome.

Aqui o sistema CHAVE encontra o que talvez seja sua aplicação mais radical. Atenção, no método, não termina na porta da cela. Atenção continua até a casa que espera o egresso voltar. Vivência inclui sentar na sala da esposa, ouvir o filho perguntar quando o pai volta, segurar a mão da mãe que envelheceu doze anos em dois. Estrutura significa ter para onde encaminhar essa família antes que ela colapse.

numa coisa. O reeducando que retorna para um lar acompanhado tem chance estatística diferente do reeducando que retorna para um lar que sobreviveu sozinho. Os 29% que recaem no primeiro mês, os 50% nos três primeiros, não recaem só por

falta de emprego, recaem por chegarem num lugar onde já não cabem mais. Família pastoreada durante a ausência é família que abre espaço no retorno.

Vocação sem método queima.

Ministério carcerário sustentável não escolhe entre o homem e a casa dele. Pastoreia os dois, na mesma agenda, com a mesma seriedade. Casa do Egresso e Cidade das Crianças não são programas anexos. São o ministério inteiro, finalmente visto por inteiro.

capítulo

O Sistema CHAVE em uma página



O Sistema CHAVE em uma página. Cinco pilares e doze meses de formação.

Vocação sem método queima.

Você leu três partes deste livro até aqui. Histórias de 30 anos de capelania. Um pastor inglês na Newgate de 1738. Um conselheiro de Nixon convertido em cela federal. Um advogado de Itaúna que tirou as armas da prisão em 1972. Estatísticas do DEPEN sobre os primeiros 30 dias depois do portão. Resoluções, leis, portarias. Tudo isso converge para uma página.

Esta página.

Se você fechar o livro agora e levar só o que está aqui, leva o método inteiro.

CHAVE é uma palavra que abre. É também um acrônimo que organiza cinco competências não-negociáveis para quem entra em presídio como agente espiritual. Sem qualquer uma delas, a estrutura desaba. Com as cinco, a vocação vira ofício sustentável.

C de Chamado. Não é sentimento. É vocação testada por três filtros: comunidade que confirma, campo que prova, tempo que valida. Quem entra em presídio por euforia espiritual sai em seis meses. Quem entra depois de passar nos três testes fica trinta anos.

H de Humildade. Você entra aprendiz. Não importa quantos cursos fez, quantos livros publicou, quantos púlpitos ocupou. Dentro do sistema prisional, sua credencial teológica vale zero nos primeiros meses. Quem manda é o protocolo da unidade, o diretor, o agente penitenciário, e principalmente o silêncio do preso que ainda não decidiu se confia em você.

A de Atenção. Escuta antes de pregação. : o capelão experiente fala menos que ouve. Resolução 34 do CNPCP é clara, veda proselitismo. Mas o motivo prático é mais profundo: ninguém ouve quem não escuta primeiro. Você passa os primeiros encontros calado, observando, aprendendo o vocabulário do lugar, entendendo de onde vem o homem à sua frente. Só depois fala. E quando fala, fala curto.

V de Vivência. Presença sustentada. Não adianta visita única. Não adianta culto de domingo seguido de sumiço. O método exige rotina semanal por anos, dentro e fora do muro. O egresso lembra do rosto que apareceu três vezes na cela e continuou aparecendo no primeiro mês depois da saída, quando 29% recaem e ninguém está olhando.

E de Estrutura. Casa institucional e saúde mental. Você não faz isso sozinho. Precisa de instituição que assina o credenciamento, oferece supervisão, paga (mesmo que pouco) e oferece terapia. Capelão sem estrutura vira herói cansado. Herói cansado abandona o campo em três anos.

O método dura doze meses. Seis de formação técnica: legislação penitenciária, psicologia do encarceramento, redução de danos, escuta ativa, protocolos de segurança. Seis de mentoria prática: você entra acompanhado por um capelão sênior, faz visitas supervisionadas, recebe devolutiva semanal, escreve relatório de cada encontro.

No fim, sai capelão formado. Não improvisador. Não voluntário ansioso. Profissional vocacionado com método.

A janela crítica não é a sentença. Não é o julgamento. Não é nem o cumprimento da pena. A janela crítica é o primeiro mês depois do portão. É aí que se ganha ou se perde. E é aí que o capelão formado pelo CHAVE faz diferença mensurável.

Vocação sem método queima.

Você terminou esta página. Agora pode voltar ao começo do livro com outros olhos, ou fechar e ligar para a instituição mais próxima da sua cidade. Os dois caminhos servem. O que não serve é continuar achando que basta sentir o chamado.

Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura.

Cinco letras. Doze meses. Trinta anos de evidência.

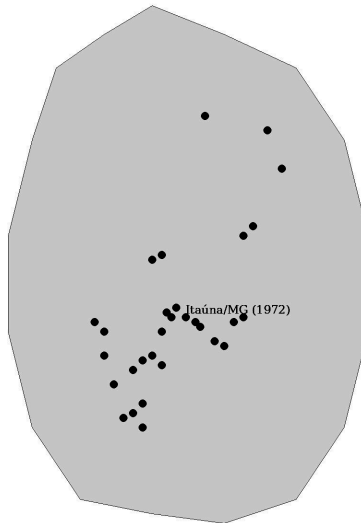
Uma chave.

p a r t e

Parte V — Volta, Mas Com Método

Método APAC pelo Brasil

60+ unidades em operação · método cristão sem polícia armada



Fonte: FBAC - Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados

O método APAC se multiplicando pelo Brasil. Mais de sessenta unidades em operação a partir do projeto original de Itaúna.

Existe um ditado antigo entre treinadores de luta. Quem volta com método derrota quem nunca parou.

A frase soa estranha à primeira vista. A intuição diz o contrário. A intuição diz que vantagem é continuidade. Que parar é perder terreno. Que pausa é fraqueza.

Mas o ditado é mais velho que a intuição. E ele aponta uma verdade incômoda. O sujeito que treina sem método treina o erro. Repete o mesmo movimento torto mil vezes. Acumula vícios. Endurece padrões que vão custar caro depois.

Já o que para, respira, estuda, corrige e volta com sistema, esse retoma do ponto certo. Não do ponto onde parou. Do ponto onde deveria estar.

Capelania prisional no Brasil hoje funciona em modo continuidade. Pastor visita. Pastor prega. Pastor sai. Outro pastor entra. Outro prega. Outro sai. Trinta anos disso. Quarenta anos disso. A roda gira. O resultado não muda.

A reincidência continua nos mesmos 21% no primeiro ano. Os mesmos 29% recaindo já no primeiro mês depois do portão. O mesmo cinquenta por cento queimando antes de fechar o trimestre.

Continuidade sem método é o vício do movimento. É treinar errado mil vezes e chamar isso de experiência.

A pergunta da Parte V é diferente. A pergunta é: dá pra voltar?

Dá pra parar, respirar, estudar o que outros já provaram, corrigir o que está torto e voltar para a cela, para o pátio, para a porta do presídio, agora com sistema?

A resposta existe. E ela tem nome, endereço e CNPJ.

Itaúna, Minas Gerais. 1972.

Um advogado católico chamado Mario Ottoboni olha para a cadeia da cidade e enxerga o que outros não enxergavam. Não enxerga um problema de segurança. Enxerga um problema de método. Funda a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. APAC.

A proposta é simples a ponto de parecer ingênua. Cadeia sem polícia armada por dentro. Recuperando ajudando recuperando. Espiritualidade cristã como espinha dorsal, sem confissão obrigatória. Trabalho. Estudo. Família presente. Voluntários treinados.

Funcionou.

E funcionou tanto que se multiplicou.

Hoje, mais de cinco décadas depois daquela primeira cadeia em Itaúna, existem mais de sessenta unidades APAC operando pelo Brasil. Sustentadas por uma estrutura chamada FBAC, Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. Treinamento padronizado. Auditoria. Replicação documentada. Métricas audíveis.

Não é fé de um homem. É fé com sistema. Vocação com método.

E aí está o ponto que essa parte do livro quer cravar na sua consciência.

Método se multiplica. Carisma morre com o portador.

Quando Ottoboni sai de cena, a APAC continua. Quando Wesley morre, o metodismo segue. Quando Colson parte, a Prison Fellowship opera em mais de cem países. Quando Booth se vai, o Exército da Salvação atravessa três séculos.

O que se multiplica é sempre o método. Nunca o carisma do fundador.

Vocação sem método queima.

Você está lendo este livro provavelmente a poucas semanas da próxima visita. Talvez sete dias. Talvez trinta. Talvez já amanhã.

A questão não é se você vai voltar. Você vai. A questão é como.

Volta com o que sempre fez? Volta com a mesma sequência de versículos, o mesmo apelo no fim, o mesmo abraço na saída?

Ou volta diferente?

Volta com chamado conferido. Humildade afinada. Atenção treinada. Vivência registrada. Estrutura combinada com quem cuida do egresso depois.

CHAVE não é um nome bonito. É uma sequência de cinco verificações que cabem dentro de uma visita de quarenta minutos. Cabem no seu próximo sábado. Cabem na próxima quarta-feira que você atravessa o portão.

A Parte V abre essa volta. Página por página, ela coloca o método na sua mão.

Você para de treinar errado.

E começa do ponto onde deveria estar.

capítulo

1. A frase memorizada antes do portão

Vim ouvir, não vim pregar.

Você vai repetir essa frase por dentro durante a primeira meia hora dentro do presídio. Cinco palavras. Memorize antes de cruzar o portão. Depois que cruzar, você já está atrasado.

Capelão experiente entra com dois inventários. O inventário externo: documento, crachá, Bíblia sem capa dura, sapato fechado, camisa de manga, nada de cor restrita. Esse inventário a portaria confere. Tem o outro inventário. O inventário interno. Esse ninguém confere por você. É a frase que você leva na boca por dentro. É a calibração silenciosa.

A neurociência tem nome para isso. Chama autoinstrução. Soldado faz antes de combate. Cirurgião faz antes de incisão. Atleta olímpico faz antes do salto. Frase curta, primeira pessoa, presente do indicativo, função única: tirar você do piloto automático e plantar você no momento exato em que você precisa estar inteiro. Não é mística. É engenharia da atenção.

Vim ouvir, não vim pregar.

o que essa frase faz. Ela desliga o capelão padrão. Aquele capelão que entra recitando versículo de cabeça, que abre a Bíblia antes de saber o nome do homem na sua frente, que confunde presença com performance. A frase desliga isso. Acende outro modo. O modo escuta.

Por que ouvir primeiro? Porque o homem na cela já ouviu muito pregador. Já ouviu juiz, promotor, advogado, agente, psicólogo, assistente social, mãe chorando no telefone, mulher dizendo que vai esperar e depois sumindo. Ele ouviu. O que ele não teve foi alguém ouvindo ele. Sem cronômetro. Sem cara de pressa. Sem o próximo sermão engatilhado atrás dos dentes.

Quando você entra dizendo por dentro *vim ouvir, não vim pregar*, o seu corpo muda. O ombro desce. O queixo desce. A respiração desce. Você para de procurar oportunidade de falar e começa a procurar oportunidade de entender. O homem na sua frente percebe. Eles percebem antes da gente perceber neles. Trinta anos de campo provam isso.

Pequenas frases ancoram grandes decisões. Quem trabalha com gente em crise sabe. Médico de UTI tem frase. Bombeiro tem frase. Negociador de refém tem frase. A frase não é decoração. A frase é o leme. Sem leme você vai onde a corrente te leva, e dentro do presídio a corrente leva todo capelão novato para o mesmo lugar: o sermão precoce, a oração apressada, a saída cumprindo tarefa em vez de cumprindo missão.

Você não vai converter ninguém na primeira visita. Pare de tentar. Você vai estabelecer presença. Presença é o que faltou na vida desse homem antes da prisão e durante a prisão. Presença começa em silêncio. Silêncio começa em frase.

Vim ouvir, não vim pregar.

Repete agora, antes de virar a página.

capítulo

2. As cinco coisas que vão acontecer

Ninguém te conta isso na aula de teologia. Ninguém te conta isso no curso de capacitação de voluntários. Você entra na prisão pela primeira vez esperando uma coisa, e cinco outras acontecem.

Vou te listar agora. Não pra te assustar. Pra te preparar.

A primeira é o silêncio absoluto na cela.

Você vai entrar pensando em falar. Levou versículo decorado, levou palavra ensaiada no carro. Vai abrir a boca e seis homens vão te olhar em silêncio. Não hostil. Apenas silêncio. Eles esperam. Esperam você dizer alguma coisa que valha o ar daquele lugar.

O instinto do voluntário despreparado é encher o silêncio com ruído religioso. Não faz isso. Senta. Cumprimenta pelo nome. Pergunta como foi a semana. Espera.

O silêncio na cela não é vazio. É filtro. Quem aguenta o silêncio, fica.

A segunda é a conversa profunda no corredor.

Você foi ali pra ministrar na cela coletiva. Tinha um esquema, tinha um tema. Quando termina, no caminho de volta pro portão, um reeducando para você. Diz três frases. Você percebe que aquelas três frases são o motivo real da sua visita.

A conversa que importa raramente acontece no horário programado. Acontece no corredor, na fila do almoço, no minuto antes

de sair. Aprende a desacelerar nesses momentos. O Espírito não respeita cronograma.

A terceira é a recusa de oração por reeducando.

Você se aproxima, oferece oração. Ele diz não. Pode dizer com educação, pode dizer com raiva. Você vai sentir um vazio estranho no peito. Vai pensar: falhei.

Não falhou. A recusa de oração é resposta de gente honesta. Ele não quer encenar fé que não tem. Respeita. Diz: tudo bem. Pergunta o nome dele. Pede licença pra voltar na próxima semana só pra conversar. Sem oração. Sem Bíblia aberta.

Nove em cada dez recusas viram pedido de oração três meses depois. Mas só se você tiver respeitado o primeiro não.

A quarta é o encontro com agente prisional cristão.

Você imaginou os agentes como antagonistas. Vai descobrir que muitos são irmãos. Vão te puxar no corredor, vão pedir oração pra esposa, vão chorar contando do filho. O sistema prisional tem mais cristão do que você imagina, dos dois lados da grade.

Trata o agente com a mesma dignidade que trata o reeducando. Ele também precisa. Ele também está preso, de outro jeito.

A quinta é a paz inesperada em ambiente hostil.

Vai chegar um momento, talvez no terceiro mês, talvez no sexto, em que você está dentro do pavilhão, cercado de barulho, cheiro forte, calor, e sente uma paz que não combina com o lugar. Uma paz que você não fabricou.

A paz não está no ambiente. Está na presença.

Quando isso acontecer, não tenta entender. Recebe. É o sinal de que você está no lugar certo, fazendo a coisa certa, do jeito certo.

Cinco coisas. Silêncio, corredor, recusa, agente, paz.

Anota num caderno. Lê de novo antes de cada visita nos primeiros seis meses. Depois você não precisa mais. Vai virar instinto.

O voluntário que entra esperando o esperado, sai frustrado. O voluntário que entra esperando ser surpreendido, fica.

Você vai ficar.

capítulo

3. As cinco coisas que NÃO vão acontecer

Você vai entrar pela primeira vez carregando um filme na cabeça. Esse filme tem cinco cenas. Nenhuma delas vai acontecer. Saber disso agora poupa você do pior tipo de decepção: a que faz desistir no segundo mês.

Primeira cena que você espera. O clima profundamente repressivo. Você imagina silêncio pesado, olhares hostis, tensão no ar. Não é assim. Na maior parte das alas, a rotina é tediosa. Pessoas conversando sobre futebol, sobre comida, sobre processo. Ruído de televisão. Cheiro de almoço. Funcionários cumprindo escala. A violência existe, claro. Mas ela não está exposta o tempo todo. O que você vai encontrar com mais frequência é o tédio. E o tédio confunde. Você esperava drama, encontra cotidiano. Esperava prender o fôlego, descobre que precisa puxar assunto.

Segunda cena. Muitas conversões emocionadas. Você imagina, talvez por causa de relatos antigos, fileiras de homens chorando, mãos erguidas, decisões públicas. Esquece. No primeiro mês, ninguém te conhece. Ninguém vai chorar com você. Alguns vão te ouvir por educação. Outros vão te ignorar. Um ou dois vão fazer pergunta de teste, pra ver se você desmonta. *A conversão emocionada não é o fruto. É a fantasia.* O fruto, quando vem, vem depois

de meses de presença repetida. E muitas vezes vem fora dali, fora do seu olhar, sem você saber que veio.

Terceira cena. Reconhecimento imediato do papel pastoral. Você imagina que vão te tratar como autoridade espiritual. Vão te chamar de pastor com reverência. Vão pedir oração logo na primeira conversa. Não. No começo, você é mais um visitante. O agente penitenciário vai checar seu crachá com a mesma frieza com que checa o crachá do dentista. O reeducando vai te olhar de cima a baixo tentando entender se você é polícia disfarçada, ONG, evangélico de plantão, ou alguém pra usar depois. Confiança não vem com título. Vem com repetição.

Quarta cena. Reeducandos pedindo Bíblia. Você imagina que vão estender a mão pedindo a Palavra. Alguns pedem, sim. Mas o que pedem com mais frequência, no primeiro contato, é outra coisa. Pedem cigarro. Pedem ajuda com advogado. Pedem que você ligue pra família. Pedem sabonete. Esses pedidos não são desvio do trabalho pastoral. *São o trabalho pastoral começando.* João Wesley entrou em Newgate em 1738 carregando água, comida e remédio antes de carregar sermão. Mario Ottoboni começou em Itaúna em 1972 levando ofício humano antes de levar discurso. A Bíblia chega depois. Primeiro chega o sabonete.

Quinta cena. A sensação clara de que serviu. Você vai sair da primeira visita querendo um sinal. Algo que diga: valeu a pena, cumpri minha missão, Deus me usou. Na maioria das vezes, esse sinal não vem. Você vai sair cansado, com calor, com cheiro de mofo na roupa, sem saber se alguém lembrou seu nome. Vai dirigir de volta perguntando se estava lá pra quê. Essa pergunta vai voltar muitas vezes. Aprende a conviver com ela. Pastor de campo não trabalha por confirmação imediata. Trabalha por presença consistente.

As cinco coisas que você espera são as cinco que não vêm. E é exatamente por isso que tantos voluntários somem entre o segundo e o terceiro mês. Eles foram treinados pela própria expectativa, não pelo método. Vocações sem método queima.

Você agora sabe o que não vai acontecer. Isso é meio caminho. A outra metade é saber o que faz no lugar do que não aconteceu. E isso o método ensina.

capítulo

4. Articulação política e cenário regulatório

Você precisa entender uma coisa antes de qualquer outra. O capelão prisional brasileiro de 2026 não opera num vácuo jurídico. Opera dentro de uma rede de leis, resoluções e portarias que, juntas, formam o terreno onde seu chamado vai pisar. Ignorar esse terreno é construir ministério em areia.

o desenho que está posto agora.

A Lei de Execução Penal, número 7.210 de 1984, no Artigo 24, garante ao preso o direito à assistência religiosa. Garante mais. Determina que a unidade prisional disponibilize local apropriado para os cultos. E protege o opt-in: ninguém é obrigado a participar. Quem entra na cela com o evangelho entra porque foi chamado, não porque foi empurrado.

Vinte e seis anos depois, em 2000, a Lei 9.982 reforçou esse direito assegurando o acesso de religiosos aos estabelecimentos prisionais. Não foi modismo. Foi reconhecimento de que a fé, quando bem ofertada, é parte da reintegração.

E aí chegamos em 2024. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária publicou a Resolução 34, vigente desde então. Esse documento muda o vocabulário. A assistência religiosa passa a ser tratada como assistência *socio-espiritual*. A mudança não é

cosmética. Reconhece que o trabalho do capelão atravessa duas dimensões: a alma e o vínculo social.

A Resolução 34 também coloca limites necessários. Veda o proselitismo dentro da unidade. : o preso não está livre para escolher o que ouvir. Está confinado. Pregar com pressão de conversão num ambiente desses é abuso de poder espiritual. A norma protege o vulnerável.

E tem o Artigo 15, parágrafo 4º. Esse parágrafo é o coração da Resolução para quem está começando. Ele dispensa formação teológica formal como pré-requisito para atuar. O que importa é o cadastro, o vínculo institucional, o preparo prático. O legislador entendeu o que os teólogos de gabinete nunca entenderam: cela não é seminário.

Agora a parte que poucos pastores acompanham.

Existem dois Projetos de Decreto Legislativo em tramitação tentando sustar a Resolução 34. O PDL 229 de 2024 na Câmara dos Deputados. O PDL 258 de 2024 no Senado Federal. Os autores alegam que a CNPCP teria extrapolado competência. O fundo do debate é outro: a vedação ao proselitismo incomoda quem ainda enxerga prisão como campo de colheita de almas.

Capelão maduro acompanha tramitação. Capelão imaturo reclama no grupo do WhatsApp.

E no Distrito Federal especificamente, onde o Instituto Começar de Novo opera, tramita o Projeto de Lei 1.988 de 2021 na Câmara Legislativa, de autoria do Deputado Distrital Delmasso. O PL institucionaliza a capelania voluntária no sistema prisional do DF. Se aprovado, cria moldura jurídica local que complementa a federal.

Por enquanto, a regra distrital ainda é a Portaria SEAPE/SEJUS 58 de 2015. Ela define o cadastro obrigatório. Permite 20 representantes por instituição religiosa. Limita 4 atuando simultaneamente por dia em cada unidade. Esses números parecem burocracia, mas são proteção. Sem limite, vira invasão. Com limite excessivo, vira asfixia. O equilíbrio foi negociado em campo, não em gabinete.

Em dois mil e quinze a gente sugeriu implantar a senha online, pra que as famílias não precisassem mais dormir na porta do

presídio na véspera da visita. Contribuímos com a Portaria 58 de 2015, com a proposta de que os assistentes religiosos entrassem de camisa azul, pra diferenciar dos internos. Foi pedido nosso à VEP que, durante a pandemia, os religiosos pudessem fazer o trabalho de controle, de máscara e luva, sem acessar o pátio. Esse modelo ficou até hoje. Articulação com órgão público não é traição do chamado. É parte dele.

Aqui vai a tese que precisa entrar na sua cabeça.

Articulação política madura não é partidarização. Capelão que vira porta-voz de partido perdeu o púlpito da cela. O preso à esquerda, à direita ou ao centro precisa do mesmo Cristo. O capelão que articula bem é aquele que conhece o texto da lei, comparece nas audiências públicas, dialoga com a SEJUS, com a FUNAP, com a Defensoria, com a Vara de Execuções Penais. Sabe o nome do diretor da unidade. Sabe o nome do servidor que abre o portão. E sabe que esses vínculos não pertencem a ele. Pertencem ao Instituto.

Vocação sem método queima.

Quando a norma muda, e ela vai mudar de novo, o capelão metódico sobrevive à mudança. O voluntarista, não.

Estudar a moldura jurídica é parte do chamado. Não é desvio, é cumprimento.

capítulo

5. Multiplicação ministerial

uma conta simples. Um capelão experiente, trinta anos de campo, mil egressos acompanhados, dois mil presos visitados. Quando esse capelão morre, o que sobra? Memória dos familiares. Talvez um obituário no jornal da cidade. Talvez uma placa na parede de algum templo. E o método? O conhecimento prático sobre como conduzir um homem do pavilhão até o primeiro emprego sem deixar ele queimar? Esse conhecimento morre junto.

Foi assim por séculos.

John Wesley visitou Newgate Prison entre 1738 e os anos seguintes. Acompanhou condenados até Tyburn, o cadafalso público. O metodismo herdou esse trabalho como tradição, não como sistema. Cada geração teve que aprender de novo. Cada capelão que entrava no presídio refazia a curva de aprendizado do zero. Erros que já tinham sido cometidos por outros, repetidos. Acertos que já tinham sido descobertos, redescobertos com sofrimento.

Vocação sem método queima.

O Brasil tem hoje uma população prisional na casa das 800 mil pessoas. A Resolução CNPCP 34/2024 reconhece a assistência sócio-espiritual como direito do preso. A LEP, no Artigo 24, garante esse acesso desde 1984. O Distrito Federal, pela Portaria SEAPE/SEJUS 58/2015, permite até vinte representantes por instituição religiosa cadastrada. O espaço institucional existe. O que falta?

Falta capelão formado.

Não falta vontade. Tem fila de pastor querendo entrar. Falta gente que sabe o que fazer depois que entrou. Que sabe como conduzir uma visita sem virar pregação invasiva. Que sabe como receber o egresso no primeiro mês, aquela janela onde o estudo DEPEN/UFPE 2022 mostra que 29% reincidem. Que sabe quando empurrar e quando recuar. Que sabe a diferença entre acolher e adotar.

Esse saber prático, esse conhecimento de campo, ele tem que ser ensinável. Senão morre com cada capelão veterano que vai embora.

O sistema CHAVE foi desenhado para ser multiplicável. Doze meses de formação: seis de técnica, seis de mentoria prática. Não é faculdade de teologia. É treinamento de capelão. A Resolução CNPCP 34/2024, no Artigo 15 parágrafo 4º, é explícita: a função de assistente religioso não exige formação teológica acadêmica. O que exige é preparo específico para o contexto prisional.

Esse preparo a gente pode ensinar.

A proposta é a banca ministerial. Capelães que cumpriram os cinco passos do CHAVE, Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura, e que têm campo, viram formadores. Cada formador acompanha entre cinco e dez novos capelães por ano. Não é palestra de fim de semana. É mentoria estruturada. O iniciante entra com o formador, observa, executa supervisionado, recebe correção, devolve relatório. Doze meses. No fim, está pronto para mentorar outro.

A matemática multiplica rápido.

Um formador, dez capelães formados em um ano. No segundo ano, esses dez podem começar a formar mais cinco cada. Cinquenta novos no segundo ano. No terceiro ano, esses cinquenta formam trezentos. Em dez anos, mantendo a disciplina do método e a qualidade da banca, você tem centenas de capelães treinados circulando no sistema prisional brasileiro. Não amadores ungidos. Profissionais vocacionados. Pessoas que entraram porque foram chamadas e ficaram porque foram treinadas.

Chuck Colson saiu da prisão em 1975 depois do Watergate. Em 1976 fundou a Prison Fellowship. Não fez sozinho. Estruturou. Replicou. Hoje a organização opera em mais de 120 países. Mario

Ottoboni começou a APAC em Itaúna, Minas Gerais, em 1972. Era um leigo, advogado, paulista. Não tinha rede. Construiu o método. Documentou. Treinou outros. Hoje são mais de sessenta unidades APAC no Brasil, com taxas de reincidência sensivelmente menores que o sistema convencional.

Os dois multiplicaram porque pararam de ser ministério individual e viraram escola.

Depois do oito de janeiro, muita gente quis ir ao presídio. Cristãos cheios de boa vontade e sem nenhuma noção do que acontece lá dentro. Gente querendo mostrar número de conversão e de batismo. Foi aí que entendi uma coisa. Acompanhar egresso sozinho eu já sabia fazer. O urgente agora era ensinar, pra que toda essa boa vontade não queimasse e não fechasse portas. O evangelho não transforma pra aparecer. A Palavra molda vida. E método se ensina.

A pergunta agora não é mais se você foi chamado. Quem chegou até aqui já respondeu essa.

A pergunta é: quando você morrer, o que vai sobrar do que você aprendeu?

Vai sobrar memória? Ou vai sobrar gente formada?

Capelão que vira formador não é capelão promovido. É capelão que entendeu a missão. O Instituto Começar de Novo nasceu em 2020 com essa intenção: parar de ser obra de um homem e virar método transmissível. Trinta anos de campo destilados em doze meses de banca. Não para criar clones. Para criar capelães autônomos, com método comum.

Vocação sem método queima.

Com método, ela atravessa gerações.

capítulo

6. A próxima geração da capelania brasileira

Quarenta anos.

É mais ou menos esse o tempo que separa a Lei de Execução Penal de 1984 da página que você está lendo agora. Quatro décadas desde que o Brasil escreveu, em letras de lei, que o preso tem direito a assistência religiosa. Quatro décadas desde que pastores, padres, irmãs e leigos começaram a entrar nas prisões com algum respaldo jurídico, mesmo que precário, mesmo que negociado caso a caso, presídio a presídio.

Quarenta anos não é pouco. Mas também não é muito.

O metodismo de John Wesley tem quase trezentos anos. A Prison Fellowship de Chuck Colson, fundada em 1976, está chegando aos cinquenta. A APAC de Mario Ottoboni nasceu em 1972, em Itaúna, Minas Gerais, e hoje opera mais de sessenta unidades pelo país. O Exército da Salvação, que William Booth iniciou nos becos do East End londrino em 1865, atravessou três séculos. Esses movimentos tiveram tempo de errar, corrigir, formalizar, deixar sucessores, virar instituição.

A capelania evangélica brasileira ainda está nessa estrada.

Você que entra agora numa unidade prisional pela primeira vez pertence a uma segunda ou terceira geração. A primeira foi a dos pioneiros, gente que entrou nos anos 1980 e 1990 sem manual, sem rede, sem portaria, muitas vezes sem nem credencial. Eles

abriram caminho na base do “deixa eu entrar pelo amor de Deus”. Funcionou. Por enquanto.

A segunda geração começou a profissionalizar. Resolução 34 do CNPCP, em 2024, fala em assistência socio-espiritual e veda proselitismo. Portaria 58 da SEAPE no Distrito Federal, de 2015, organiza cadastros, limita representantes, define horários. O estudo do ISER sobre a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, entre 2003 e 2005, mostrou que nove de onze grupos credenciados eram evangélicos. A presença é massiva. O método, ainda não.

E agora chega a sua geração.

A pergunta que define os próximos trinta anos não é se a capelania evangélica vai continuar entrando nas prisões brasileiras. Vai. O que está em jogo é outra coisa. É se essa presença vai amadurecer pra tradição respeitada, com formação, com protocolo, com transmissão entre gerações. Ou se vai continuar fragmentada, cada igreja com seu jeitinho, cada pastor com sua intuição, cada egresso entregue à sorte de quem o recebeu na porta de saída.

Vocação sem método queima.

Você já leu essa frase antes neste livro. Vai ler de novo. Ela não é um slogan. É um diagnóstico geracional. A primeira geração queimou muito porque não tinha como não queimar, estava inventando o caminho. A segunda queimou menos, mas ainda muito. A sua geração tem uma escolha que as anteriores não tiveram: você pode começar com método na mão.

O dado do DEPEN com a UFPE de 2022, amostra de 979 mil presos em treze estados, mostrou que vinte e nove por cento dos egressos recaem no primeiro mês depois da saída. Cinquenta por cento nos três primeiros. Não dá pra encarar esse número com a planilha da geração anterior. Não dá pra repetir “Deus vai cuidar” enquanto metade das pessoas que você batizou na cadeia volta presa antes do trimestre fechar.

A próxima geração da capelania brasileira vai ser medida por uma coisa só. Não pela quantidade de cultos. Não pelo número de conversões registradas. Não pelo carisma do pregador. Vai ser medida pela taxa de egressos que, doze meses depois da saída, ainda estão de pé.

Esse livro existe pra contribuir com isso.

Não é o método final. É um método. Um entre os que vão surgir nas próximas três décadas, à medida que a tradição amadurece. Mas é um método que começa com nome, com sigla, com cinco pilares verificáveis: Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura.

CHAVE.

A sua vez.

capítulo

7. Pastoral Católica + Capelania Evangélica

Roma tinha duas chaves no brasão de Pedro. Uma de ouro, uma de prata. Símbolo antigo de que poder espiritual não é monolítico. Vem em formas distintas, complementares, igualmente necessárias.

A capelania brasileira esqueceu essa lição.

Olha o que aconteceu no século XX. A Igreja Católica criou em 1986 a Pastoral Carcerária. Nasceu da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em resposta direta ao Massacre do Carandiru, à tortura sistêmica, à superlotação que já era tragédia anunciada. Documento fundador, *Cristo Liberta Todos os Cativos*, encarnou uma teologia que olha o cárcere como lugar de violação coletiva de direitos humanos. O preso não é só pecador a converter. É pessoa em situação de injustiça estrutural.

Do outro lado, o movimento evangélico de capelania explodiu em paralelo. Mas seguiu outra rota. Foco na conversão individual, no testemunho, na transformação interna que precede qualquer outra coisa. O estudo do ISER nas penitenciárias do Distrito Federal entre 2003 e 2005 mostrou o tamanho da assimetria, 9 dos 11 grupos credenciados eram evangélicos, 6 deles batistas distintos entre si.

Duas chaves. Operando isoladas. Às vezes competindo pela mesma porta.

no que cada tradição traz.

A Pastoral Católica chega com lobby institucional. Articulação com Defensoria, com Ministério Público, com a CIDH em Washington quando precisa. Denuncia tortura. Pressiona por progressão de regime. Visita presos políticos. Carrega o peso de uma estrutura global, organizada, capaz de produzir relatórios que viram política pública. Olha o que ela construiu na Pastoral da Saúde dentro do cárcere, nos mutirões de regularização documental, no acompanhamento de famílias de presos.

A Capelania Evangélica chega com capilaridade. Está em cela que pastor católico nunca pisou. Tem voluntário que volta toda quarta-feira há doze anos. Tem ex-presos liderando célula. Tem o testemunho pessoal como combustível, e a conversão como evento documentável, mensurável, replicável.

Uma sem a outra é incompleta.

Pastoral sem capelania pode ficar refém do discurso jurídico abstrato. Trata direito coletivo, esquece da angústia que o cara vive na cela 17 do pavilhão D às três da manhã. Capelania sem pastoral pode ficar refém da emoção individual. Salva alma, ignora que o sistema que torturou aquele homem continua intacto para o próximo.

Em trinta anos eu fiz amigos verdadeiros do outro lado da tradição. Em especial o irmão Tranquilini, diácono da Pastoral Carcerária, que há mais de três décadas dedica a vida aos presos. Com ele aprendi humildade e solidariedade. Aprendi também com as Testemunhas de Jeová, incansáveis de um jeito que a igreja evangélica deveria observar. E com o Padre Moaci, que investe e doa pra ajudar os presos. No portão, ninguém pergunta a denominação de quem chegou pra servir.

Vocação sem método queima.

E método sem aliança queima também. Porque o cárcere brasileiro é grande demais para qualquer denominação resolver sozinha. São quase 980 mil pessoas nas estatísticas do levantamento DEPEN UFPE de 2022. Treze estados estudados. Reincidência de

33 a 42 por cento em cinco anos. Janela crítica do primeiro mês depois da saída, 29 por cento recaem. Metade nos primeiros três.

Você acha que isso se enfrenta com uma chave só?

A Resolução 34 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vigente desde 2024, fala em assistência socioespiritual no singular. Não distingue tradição. Veda proselitismo. Garante opt-in do interno. O Estado brasileiro já entendeu o que muitas igrejas ainda não entenderam. A porta da prisão tem duas fechaduras. Uma estrutural, coletiva, sistêmica. Outra íntima, pessoal, transformadora.

Quem chega com uma chave só fica do lado de fora.

A síntese pastoral integral não é fusão. Cada tradição mantém o seu carisma. A Pastoral segue cuidando do coletivo. A Capelania segue cuidando do individual. Mas trabalham no mesmo corredor, na mesma quarta-feira, com a mesma lista de presos, com o mesmo objetivo final que é a dignidade restaurada do egresso na rua, no primeiro mês, no primeiro emprego, na primeira noite em casa.

Duas chaves. Uma porta. Um povo.

capítulo

8. O programa CHAVE: 12 meses



Pr. Fernando Costa. Programa CHAVE de formação em capelania prisional.

Vocação sem método queima.

A frase voltou. Você já leu antes. Vai ler de novo. Porque é o eixo de tudo que vem agora.

O programa CHAVE existe pra resolver um problema concreto: pastor com chamado, sem mapa. Voluntário com fôlego, sem estrutura. Igreja com vontade, sem porta. O CHAVE não é curso de inspiração. É formação técnica. Doze meses. Dois ciclos. Um egresso treinado no fim.

Funciona assim.

Os primeiros seis meses são formação teórica e prática supervisionada à distância. Você estuda os cinco pilares, um por mês, mais um mês de integração final. Chamado discernido com critério. Humildade como protocolo, não como pose. Atenção treinada pra ler o invisível. Vivência acompanhada com capelão sênior. Estrutura institucional, jurídica, financeira.

Cada pilar tem três camadas. Conteúdo teórico, com leituras dirigidas e aulas gravadas. Estudos de caso reais do campo brasileiro, anonimizados, discutidos em grupo. Simulações de situações reais: primeira visita, conversa com diretor de unidade, abordagem do egresso na porta de saída, manejo de recaída no primeiro mês.

Você não termina o sexto mês com diploma. Termina com permissão pra entrar.

Os seis meses seguintes são mentoria prática presencial. Você atua em unidade prisional real, em parceria do ICN com a SEJUS local. Tem um capelão formador designado. Acompanha visitas. Conduz visitas sob supervisão. Recebe feedback semanal. Participa de reuniões de equipe. Documenta cada caso num diário de campo que o formador lê.

No último trimestre, você assume um caso completo. Acompanha um interno do final da pena até o terceiro mês de egresso. Faz os três encontros estruturados do primeiro mês fora. Aciona a rede de apoio. Registra o que funcionou. Registra o que não funcionou.

A certificação só sai com esse caso documentado e validado pelo formador.

O currículo cobre o que a teologia de gabinete não cobre. Legislação penal aplicada: LEP, Lei 9.982/2000, resoluções do CNPCP, portarias estaduais. Saúde mental no cárcere e no pós-cárcere, com bibliografia clínica. Trauma e gatilhos. Dependência química e protocolos de redução de danos. Mediação de conflito familiar no retorno. Documentação do egresso: como tirar segunda via de RG, CPF, título, certidão. Encaminhamento pra programas como Bolsa Família, BPC, vagas de emprego com convênios locais. Noções de direito de família pra casos de guarda, pensão, visita de filhos.

Você sai sabendo onde bate a porta.

A metodologia mistura quatro formatos. Aulas síncronas semanais, com discussão ao vivo. Material gravado pra estudo no tempo do aluno. Encontros mensais regionais presenciais, em polos do ICN. E o trabalho de campo da segunda metade, sempre presencial, sempre em unidade conveniada.

Quem ensina não é quem nunca entrou. Os formadores são capelães com no mínimo dez anos de campo. Cada turma tem coordenador denominacional rotativo, justamente pra evitar o vício de igreja única. Você vai estudar com batista, católico, presbiteriano, assembleiano, luterano. Vai aprender que a parte que importa é a parte em comum.

A certificação é dupla. Certificado técnico do ICN, reconhecido pelas SEJUS conveniadas, válido pra credenciamento como assistente religioso voluntário em qualquer estado parceiro. E credencial de egresso CHAVE, que abre porta na rede de capelães formados pelo programa, com acesso a banco de casos, supervisão continuada e participação nos encontros anuais.

Pra se inscrever, você acessa o site do Instituto Começar de Novo: institutocomecardenovo.com.br. Preenche o formulário. Carta de apresentação. Carta de recomendação da sua liderança religiosa. Entrevista com um capelão sênior. As turmas abrem duas vezes por ano, com vagas limitadas por polo regional.

Quem entra firma três compromissos. Frequência integral. Sigilo absoluto sobre casos discutidos. Disponibilidade real pros seis meses de campo, que não cabem em fim de semana.

Você não precisa ser pastor pra entrar. Precisa ter chamado discernido, base teológica mínima e disposição pra aprender ofício. O CHAVE forma capelão. Não fabrica.

Doze meses. Cinco pilares. Um egresso acompanhado. Esse é o programa.

Vocação sem método queima.

capítulo

9. A Igreja brasileira em 2055

Imagina o Brasil em 2055.

Você está lendo isto em 2026. Trinta anos é o tempo de uma geração inteira. Tempo suficiente para uma criança nascer, ser alfabetizada, se formar, casar, ter filho. Tempo suficiente para a igreja brasileira reescrever o próprio mapa de prioridades.

Não estou falando de utopia. Estou falando de aritmética pastoral.

Em 2026, a janela crítica do egresso continua descoberta. 29% recaem no primeiro mês. 50% nos três primeiros. A igreja local recebe o irmão que saiu do regime fechado com Bíblia debaixo do braço, abraço apertado, palavra de fé, e nenhum protocolo de continuidade. Vocação sem método queima.

Em 2055, isso pode ter mudado.

Pensa numa rede nacional de 2 mil capelães formados, certificados, ligados a Igrejas locais que aprenderam a receber egresso como ministério de primeiro escalão, não como projeto de quinta-feira à noite. Pensa em cada egresso saindo do portão da unidade prisional com um pastor responsável já designado, um endereço para dormir nas três primeiras semanas, e um itinerário de 90 dias que cobre documentação, vínculo familiar, primeiro emprego, primeira ceia em comunidade. Não é fantasia. É o que a APAC fez em Itaúna desde 1972 em escala municipal. Multiplique por 30 anos de método ensinável.

Pensa nas faculdades teológicas brasileiras com cadeira obrigatória de capelania prisional. Não eletiva. Não optativa. Obrigatória. Como o aluno de Medicina cursa pediatria mesmo que vá ser cardiologista, o aluno de Teologia cursa capelania mesmo que vá pastorear igreja de classe média. Porque o pastor de classe média vai receber egresso. Porque o egresso vai chegar. E o pastor precisa saber o que fazer no primeiro domingo, na primeira recaída, na primeira porta fechada do mercado de trabalho.

Pensa numa Conferência Nacional de Capelania Prisional acontecendo todo ano, reunindo batistas, presbiterianos, metodistas, católicos, luteranos, assembleianos, sem briga doutrinária, focados num único ponto: o que aprendemos no campo nos últimos 12 meses. A fragmentação denominacional rendida ao chão duro do método compartilhado.

Pensa na população carcerária brasileira em queda. Não por anistia, não por descriminalização, não por engenharia ideológica. Por reincidência derrotada. Cada egresso acompanhado por 12 meses contínuos é um egresso que não volta. Multiplique. Em 30 anos, a curva descende. Não some. Descende. Brasil sai dos três maiores sistemas prisionais do mundo. Constrói menos cadeia, gasta menos com manutenção de preso, redireciona orçamento para escola, para saúde básica, para programa de prevenção. A capelania prisional, ministério marginal por séculos, vira política pública aplaudida no plenário.

Pensa nos pastores que hoje, em 2026, têm 30 anos de idade, recém-saídos do seminário, indecisos sobre vocação. Em 2055, eles têm 60. Estão coordenando regionais. Formaram a terceira geração. Aposentam-se sabendo que entregaram um Brasil diferente. Não porque foram especiais. Porque tiveram método.

Eu não vou estar vivo em 2055. Provavelmente.

Mas a igreja que eu sirvo vai estar. Os filhos espirituais que estou formando vão estar. O caderno preto que eu escrevo hoje, com nome de egresso e telefone de família, vai estar nas mãos de alguém que eu nem conheço. E esse alguém vai abrir o caderno na página 1, ler “Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura”, e seguir.

Não é fórmula. É herança.

Vocação sem método queima.

A diferença entre 2026 e 2055 é simples: ou continuamos perdendo o egresso nos primeiros 30 dias, ou aprendemos a cobrir a janela. Não tem terceira opção. Não tem reza milagrosa que substitua planilha de acompanhamento. Não tem unção que dispense protocolo de transição.

A geração que se forma agora decide.

Você decide.

capítulo

10. Volta. Mas dessa vez, com método.

Você chegou até aqui.

Trinta anos cabem em algumas centenas de páginas. Caso você tenha lido tudo, leu o que sobrou depois da peneira do tempo. O que ficou foi o que funcionou. O que sumiu foi o que queimou.

Lembra da frase do começo?

Vocação sem método queima.

Ela apareceu três vezes neste livro. Sempre nua. Sem moldura, sem rodapé, sem nota explicativa. Porque ela não precisa de decoração. Ela precisa de obediência.

Wesley tinha vocação. Em 1738, ele entrou em Newgate sentindo fogo no peito. Mas só virou metodismo quando virou método. Visitas marcadas, registros, encontros até Tyburn. Vocação encarnou em rotina. Booth, em 1865, andou no East End de Londres com a mesma chama, e fundou o Exército da Salvação porque exército tem disciplina. Tem hierarquia. Tem horário. Colson saiu de Watergate quebrado em 1974, e em 1976 a Prison Fellowship já tinha nome. Ottoboni em 1972 montou a APAC em Itaúna, e a APAC virou 60 unidades porque virou manual. Cada um deles teve um instante de fogo. Mas só sobreviveu o que virou processo.

Você fechou este livro num número específico. Talvez de manhã, talvez de madrugada. Talvez segurando café, talvez

segurando lágrima. Não importa. O que importa é o próximo movimento.

Volta.

Volta pro portão da igreja local. Volta pra próxima unidade prisional que aceitar o cadastro. Volta pro próximo reeducando que cruzar o portão depois da sentença cumprida. Lembra do número da DEPEN/UFPE 2022: 29% recaem no primeiro mês. Metade nos três primeiros. A janela crítica não é a sentença. É o 1º mês depois do egresso. Você não está voltando pra dentro. Você está esperando do lado de fora.

Mas dessa vez, com método.

Com Chamado verificado, não suposto. Com Humildade que não confunde acesso com autoridade. Com Atenção que escuta antes de pregar. Com Vivência que aparece quando ninguém vê. Com Estrutura que registra, mensura, repete. Doze meses. Seis técnicos, seis práticos. Não é fórmula. É arquitetura.

A gente passa a vida buscando ungido especial, alvo profético, palavra que explode. E o que salva é o caderno. A planilha. O cadastro renovado a cada doze meses na SEAPE. O nome do egresso lembrado três semanas depois. A ligação na quinta de manhã, mesmo quando ninguém pediu. O método é prosaico assim.

Vocação sem método queima.

Vocação com método multiplica.

A diferença entre as duas frases é uma palavra. A distância entre as duas vidas é trinta anos.

Você tem o sistema. Tem os nomes. Tem as fontes. Tem o caminho.

Falta o passo.

Fecha o livro. Pega a chave. Volta pro portão.

Dessa vez você sabe o que fazer depois que ele abrir.

capítulo

A volta ao portão

Trinta anos.

O portão é o mesmo. O concreto é o mesmo. O cheiro é o mesmo, mistura de desinfetante barato e suor que nenhuma janela aberta dissolve.

Em 1995 esse pastor atravessou o portão pela primeira vez. Saiu calado. Carregava uma Bíblia que tinha resposta pra tudo, e uma cabeça que não tinha resposta pra quase nada. O que ele viu lá dentro não cabia em nenhum sermão que tinha pregado até então.

o que mudou.

Em 2026 o mesmo pastor atravessa o mesmo portão. A Bíblia continua na mão. Mas agora ela vem acompanhada. Vem com um caderno, uma planilha de acompanhamento, um nome de assistente social na agenda, um número de telefone do CRAS, três contatos de empregadores que já receberam egresso, e uma data marcada pra reunião com o agente penitenciário responsável pela ala.

A Bíblia não perdeu autoridade. Ganhou contexto.

Vocação sem método queima.

Trinta anos atrás esse pastor não sabia disso. Aprendeu queimando. Viu irmão sumir no primeiro mês. Viu mulher voltar pra prisão grávida do mesmo homem que a colocou lá. Viu jovem sair com Bíblia debaixo do braço e voltar com tornozeleira na canela.

Cada queimadura virou linha de método. Cada método virou capítulo deste livro.

Uma vez um policial penal federal indicou eu e o Pastor Filipe pra ir a Parnaíba, no Piauí. Do jeito dele, ele disse: conheço uns pastores de cadeia que você pode levar lá, que vão ajudar a descarregar a unidade. Ser reconhecido assim por um agente do Estado, experiente e calejado, que enxerga relevância no nosso serviço, é um orgulho que vale mais que qualquer palco. O tempo, no portão, acaba apresentando os que ficaram.

A diferença entre as duas travessias não é a fé. É a estrutura.

Em 1995 o pastor entrava com Chamado. Só com Chamado. Hoje ele entra com Chamado, Humildade, Atenção, Vivência e Estrutura. As cinco letras não substituíram a vocação. Sustentaram ela. A vocação que sobreviveu trinta anos não foi a vocação heroica. Foi a vocação metodizada.

Você que está lendo isso, em algum lugar do Brasil, talvez já tenha atravessado um portão de unidade prisional. Talvez nunca tenha atravessado. Talvez esteja se preparando pra atravessar pela primeira vez na semana que vem. Não importa em que ponto da estrada você está. O portão é o mesmo pra todo mundo. O que muda é o que você leva no bolso quando atravessa.

O pastor de 1995 levava só coragem. Foi suficiente pra entrar. Não foi suficiente pra ficar.

O pastor de 2026 leva coragem e CHAVE. É suficiente pra entrar, ficar, voltar amanhã, e ainda treinar quem vem depois.

Vocação sem método queima.

Trinta anos depois, o pastor atravessa o portão de novo. Mas agora não sai em silêncio.

Sai ensinando.

A volta ao portão



Trinta anos depois: reconhecido por quem está no sistema.

capítulo

O que ficou depois

Você fechou o livro. Agora começa a outra parte.

Existe uma diferença entre ler e carregar. Ler termina na última página. Carregar começa nela.

O que fica depois é o que importa.

Cinco palavras na memória. Não como lema, como instrumento. Chamado, humildade, atenção, vivência, estrutura. Quando você for visitar de novo, qualquer pavilhão, qualquer cela, qualquer presídio, essas cinco palavras vão estar ali. Não como decoração espiritual. Como checklist operacional.

Chamado. Você confere por que está ali.

Humildade. Você lembra que o homem na sua frente sabe da prisão coisas que você nunca vai saber.

Atenção. Você escuta antes de pregar.

Vivência. Você volta. E volta. E volta de novo.

Estrutura. Você anota, registra, comunica, organiza, não improvisa o que outra pessoa já mapeou.

Cinco palavras. Vinte e seis letras. Trinta anos de campo destilados em uma palma de mão.

o que mais fica.

A janela de trinta dias agora é sua. Você não desconhece mais. Quando alguém sair, e em algum momento alguém vai sair, você vai saber o que está em jogo nos primeiros trinta dias. Dormida. Documento. Trabalho. Igreja que recebe sem perguntar antes o

que a pessoa fez. Você não pode ignorar mais. Saber é responsabilidade.

A próxima visita vai ter outra calibração. Você vai entrar diferente. Vai prestar atenção a coisas que antes passariam batido. O barulho do portão. O cheiro do corredor. O olhar do agente. O silêncio antes do culto começar. Não porque virou observador frio. Porque agora você entende que tudo ali comunica alguma coisa, e que ignorar o ambiente é desrespeitar quem mora dentro dele.

Esse livro não foi escrito pra você concordar com tudo. Foi escrito pra te dar uma linguagem comum com quem trabalha sério no cárcere brasileiro. Próxima reunião interdenominacional que você participar, você vai ter palavras que ancoram conversa. Você vai poder dizer “estrutura” e a pessoa do outro lado vai saber do que você está falando. Linguagem comum é fim do isolamento.

Fica também um sonho concreto. Casa institucional, terreno, equipe, primeiros egressos morando dentro de protocolo claro. Não é fantasia pastoral. É projeto com etapa, custo, parceria, prazo. Quando alguém perguntar onde você quer chegar, você tem resposta.

E fica uma cobrança gentil. Você leu até aqui. Em algum nível, o livro virou seu também. O que você vai fazer com ele agora é coisa entre você e Deus. Mas saiba: vocação sem método queima.

Volte ao texto quando precisar. Risque, grife, anote nas margens. Empreste para quem precisa. Discorde em voz alta. Construa cima.

O cárcere brasileiro não precisa de mais gente boa improvisando. Precisa de gente boa fazendo bem feito. Você está no caminho.

Agora é com você.

capítulo

A despedida

CASA SOBRE A ROCHA

Mateus 7:24

Todo aquele, pois, que ouve estas minhas palavras
e as pratica, será comparado a um homem prudente
que edificou a sua casa sobre a rocha.

Mateus 7:24. Que o leitor construa uma casa que fique de pé.

Você chegou até aqui.

Não foi pouca coisa. Páginas, capítulos, casos, números, doutrina, prática. Um sistema inteiro montado peça por peça. Talvez você tenha lido em três noites. Talvez em três meses. Talvez voltando duas, três vezes nos mesmos trechos. Não importa. O que importa é que você atravessou.

E agora vem o momento mais difícil de qualquer livro pastoral. O momento em que o autor solta a mão do leitor.

Eu vou soltar.

Antes de soltar, quero te entregar uma última coisa. Não é técnica. Não é método. Não é estatística. É uma bênção. A mesma que Jesus deu no fim do Sermão do Monte, fechando três capítulos

densos do Evangelho de Mateus com uma imagem que atravessa dois mil anos sem perder a força.

Mateus 7, versículos 24 a 27.

Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras e as pratica, será comparado a um homem prudente que edificou a sua casa sobre a rocha. E desceu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, que não caiu, porque fora edificada sobre a rocha.

Repara no detalhe. Jesus não promete que a chuva não vai cair. Não promete que os rios vão se conter. Não promete vento ameno. A tempestade está garantida. O que muda é o que sustenta a casa quando ela chega.

Vocação é a rocha. Método é a forma como você edifica em cima dela.

Sem rocha, qualquer edificação afunda. Sem método, qualquer rocha vira pedra solta no terreno.

Eu te entreguei o método. A rocha você já tinha quando abriu este livro na primeira página, porque ninguém chega num livro sobre capelania prisional por acaso. Alguma coisa te puxou. Um chamado, um luto, uma cela visitada, um egresso que voltou pra cadeia uma semana depois de sair, uma pergunta que não calou. Essa coisa que te puxou é a rocha. Cuida dela.

Construa casa que fique de pé.

Casa que sustente vocação nos dias em que a vocação parecer ridícula. Casa que abrigue o egresso no primeiro mês, quando 29% recaem e ninguém quer falar com ele. Casa que tenha porta larga pro batista, pro católico, pro pentecostal, pro presbiteriano, porque o presídio não comporta a fragmentação que a gente cultivou lá fora. Casa com janela pra ver o que o Estado vê, pisos sólidos pra aguentar o que os teólogos de gabinete nunca aguentariam, telhado que não vaza quando a tempestade chega, e ela vai chegar.

Casa que multiplique método.

Porque uma casa sozinha numa rocha é testemunho. Uma rua inteira de casas em cima da mesma rocha é cidade. E foi cidade que Jesus prometeu, não casa isolada.

Eu encerro com a mão sobre este livro fechado e com três palavras que sustentam o capelão quando o resto falta. Deus mandou

fazer a cadeia: faz uma cadeia, porque a terra está cheia de crimes de sangue, e a cidade está cheia de violência, diz Ezequiel. Deus mandou lembrar dos presos: lembrai-vos dos presos, como se estivésseis presos com eles, diz Hebreus. E o Senhor solta os encarcerados, diz o Salmo. Que você entre preparado, permaneça pelo tempo que for preciso, e não atravesse esse chão sozinho. Vá em paz. O portão está esperando.

Vai.

Edifica.

Não tenha pressa. Não tenha medo. A rocha sustenta.

Que a chuva venha. Que os rios transbordem. Que os ventos batam com ímpeto. Sua casa fica de pé, porque foi construída onde precisava ser construída, do jeito que precisava ser construída, no tempo que precisava ser construída.

Eu solto sua mão agora.

A rocha não solta.

Vai com Deus.

paratexto

Apêndice: Apêndice A — Referências bibliográficas

FONTES PRIMÁRIAS GOVERNAMENTAIS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.982, de 14 de julho de 2000. Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2000.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução nº 34, de 27 de novembro de 2024. Dispõe sobre a assistência socio-espiritual às pessoas privadas de liberdade. Brasília, DF: CNPCP, 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: SISDEPEN. Brasília, DF: DEPEN, 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Subsecretaria do Sistema Penitenciário. Portaria SEAPE/SEJUS nº 58, de 20 de abril de 2015. Regulamenta o credenciamento de instituições religiosas no sistema penitenciário do Distrito Federal. Diário Oficial do DF, Brasília, 2015.

BRASIL. Receita Federal. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Instituto Começar de Novo. CNPJ 39.470.308/0001-36. Inscrição ativa desde 2020. Brasília, DF.

PESQUISAS EMPÍRICAS

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Reincidência criminal no Brasil: relatório de pesquisa. Brasília, DF: DEPEN; UFPE, 2022. Amostra de 979 mil pessoas privadas de liberdade em treze unidades federativas.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Comunicações do ISER, nº 61: religião e prisão. Rio de Janeiro: ISER, 2003-2005. Estudo sobre grupos religiosos credenciados na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

THOMPSON, A. Faith-based programs and prisoner reentry: evidence from a quasi-experimental study. *Journal of Law and Society*, Cambridge, v. 49, n. 3, 2022.

LITERATURA CIENTÍFICA

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Original: *Surveiller et punir*, 1975.

POLANYI, Michael. *The tacit dimension*. Chicago: University of Chicago Press, 1966. Edição brasileira: *A dimensão tácita*. Lisboa: Edições 70, 2010.

SWELLER, John. Cognitive load theory and educational technology. *Educational Technology Research and Development*, v. 68, n. 1, 2020.

WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2003. Original: *Les prisons de la misère*, 1999.

TRADIÇÃO PROTESTANTE

BOOTH, William. In darkest England and the way out. London: International Headquarters of the Salvation Army, 1890. Disponível em archive.org.

COLSON, Charles. Born again. Old Tappan: Chosen Books, 1976. Edição brasileira: *Nascido de novo*. Venda Nova: Betânia, 1978.

COLSON, Charles. *Justice that restores*. Wheaton: Tyndale House, 2001.

PRISON FELLOWSHIP MINISTRIES. Annual report. Lansdowne: PFM, 2022. Disponível em prisonfellowship.org.

WESLEY, John. *The journal of the Reverend John Wesley*. London: Epworth Press, 1938. 8 vol. Edição padrão de Nehemiah Curnock. Entradas de fevereiro a outubro de 1738 referentes à Newgate Prison.

WESLEY, John. *The works of John Wesley*. Nashville: Abingdon Press, 1984-2003. 35 vol. Edição bicentenária.

LITERATURA CATÓLICA COMPLEMENTAR

OTTOBONI, Mario. *Vamos matar o criminoso? método APAC*. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2014. Primeira edição 2001.

OTTOBONI, Mario. *Ninguém é irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário*. São Paulo: Cidade Nova, 1997.

FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS. *Método APAC: manual operacional*. Itaúna: FBAC, 2019. Sessenta e seis unidades federadas em operação.

BÍBLIA

BÍBLIA. Português. Bíblia de Jerusalém. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada: Almeida Revista e Atualizada. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

Passagens citadas ao longo do livro: Mateus 25, 31-46 (parábola do juízo final, visita aos presos como critério); Lucas 4, 18 (libertação aos cativos); Hebreus 13, 3 (lembrar dos presos como se preso com eles); Tiago 2, 17 (fé sem obras é morta); 1 Coríntios 12, 4-11 (diversidade de dons no corpo); Provérbios 27, 17 (ferro com ferro se afia).

NOTA SOBRE ACESSO ÀS FONTES

Documentos governamentais federais foram consultados nos portais planalto.gov.br e gov.br/depen. Normas distritais do sistema penitenciário do Distrito Federal foram obtidas junto à SE-APE/SEJUS-DF mediante pedido formal de acesso à informação. Os dados de reincidência citados no Capítulo 6 foram extraídos do relatório DEPEN/UFPE 2022 e cruzados com a edição 2024 do SIS-DEPEN para verificação. A pesquisa do ISER sobre a Penitenciária Feminina do Distrito Federal está depositada na biblioteca da instituição, no Rio de Janeiro, e foi consultada presencialmente.

Citações bíblicas adotam a Almeida Revista e Atualizada como referência padrão, com cotejo pontual da Bíblia de Jerusalém quando o texto patrístico ou a tradição litúrgica católica é diretamente invocada. A escolha não é confessional. É de leitura: ARA por circulação ampla no leitor brasileiro evangélico, BJ por aparato crítico mais denso quando o argumento exige.

Os casos do Pr. Fernando Costa narrados ao longo do livro foram anonimizados conforme protocolo combinado com a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Nomes, datas e detalhes identificáveis foram modificados. A estrutura dos episódios, a sequência dos eventos e as falas reproduzidas preservam fidelidade ao que foi vivido em campo.

Onde uma fonte primária não pôde ser localizada com precisão bibliográfica completa, o texto registra a lacuna em vez de inventar referência. É opção editorial. Um método de campo se sustenta por rastreabilidade, não por aparência de erudição.

paratexto

Apêndice: Apêndice B — Glossário

Esse glossário existe para uma coisa só: tirar o jargão do caminho. Capelanía prisional carrega vocabulário de três mundos diferentes ao mesmo tempo. Tem palavra do Direito Penal. Tem palavra da administração pública. Tem palavra da teologia pastoral. Quando esses três mundos conversam mal, o egresso paga o preço.

Use este apêndice como mapa. Não decore. Volte aqui sempre que precisar.

Anamnese pastoral. Escuta inicial estruturada que o capelão faz com o reeducando nos primeiros encontros. Difere da anamnese clínica: não busca diagnóstico médico, busca história de fé, redes de apoio, vínculos familiares, expectativa de saída. Sem anamnese, a mentoria do mês seguinte vira improviso.

APAC. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Método criado por Mario Ottoboni em Itaúna, Minas Gerais, em 1972. Não há polícia armada dentro da unidade. Os próprios recuperandos cuidam da segurança interna. Hoje, mais de 60 unidades funcionam no Brasil. Reincidência registrada em torno de 15%, contra a média nacional de 33,5% a 42,5% em cinco anos.

Capelanía prisional. Trabalho de assistência socio-espiritual dentro de unidades penais, previsto na Lei de Execução Penal (Art.

24) e regulamentado pela Resolução CNPCP 34/2024. Não é culto evangélico. Não é serviço social disfarçado. É presença pastoral metódica, sob regra do Estado, com adesão voluntária do preso.

Casa institucional. Imóvel mantido por organização religiosa ou social para receber egressos nos primeiros dias após a saída. Difere de albergue comum porque opera com programa estruturado: rotina, mentoria, encaminhamento para trabalho. No ICN, a Casa do Egresso cumpre essa função.

Cela evangélica. Ala ou pavilhão de unidade prisional ocupado voluntariamente por presos que se identificam como evangélicos. Estudada pelo ISER entre 2003 e 2005 na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Não é figura jurídica oficial, é arranjo de fato tolerado pela administração.

Chamado. Primeira letra do Sistema CHAVE. Vocação confirmada por três sinais: desejo interno persistente, confirmação da comunidade local, validação institucional do ICN. Vocação sem método queima.

Credenciamento. Procedimento administrativo pelo qual a SEAPE/SEJUS autoriza um religioso a entrar na unidade. No Distrito Federal, regido pela Portaria SEAPE/SEJUS 58/2015: até 20 representantes por instituição, máximo 4 simultâneos por dia, identificação obrigatória.

FUNAP. Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal. Vinculada à SEJUS. Gere oficinas, trabalho remunerado e remição de pena por estudo e trabalho. Parceira histórica do ICN.

GEPOL. Gerência de Polícia Penal. Estrutura operacional da SEAPE responsável pela segurança das unidades. Capelão precisa conhecer o GEPOL local antes de entrar, sob risco de virar problema operacional em vez de solução pastoral.

ICN. Instituto Começar de Novo. CNPJ 39.470.308/0001-36, fundado em 2020, sede em Brasília/DF. Mantém parcerias com SEJUS, FUNAP, AVASP, Defensoria Pública, SENAPEN, SEAPE e Câmara Legislativa do DF.

Janela crítica. Período dos primeiros 30 dias após o egresso deixar a unidade. Dado DEPEN/UFPE 2022: 29% das pessoas que reincidem o fazem dentro do primeiro mês, 50% dentro dos três primeiros. A capelania que pula essa janela perde o reeducando.

LEP. Lei de Execução Penal, Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Art. 24 garante assistência religiosa, local apropriado para culto e adesão voluntária. Lei 9.982/2000 reforça o acesso de religiosos a prisões.

Ministério carcerário. Termo genérico para qualquer trabalho religioso dentro de unidade penal. Engloba culto, ensino bíblico, capelania e assistência socio-espiritual. Capelania é uma das formas, não a única.

Opt-in. Princípio segundo o qual a assistência religiosa só ocorre por iniciativa do preso. O capelão não procura, o preso solicita. Garantia constitucional (Art. 5º, VI e VII, CF/88) reafirmada pela Res. CNPCP 34/2024.

Organização religiosa. Pessoa jurídica reconhecida (igreja, instituto, associação) que assina termo de parceria com a SEJUS. Sem esse vínculo, o religioso pode entrar como visitante, não como capelão.

Presídio provisório. Unidade que abriga presos sem condenação definitiva, aguardando julgamento. Em Brasília, o CDP (Centro de Detenção Provisória) e o CIR (Centro de Internamento e Reeducação) cumprem essa função.

Reeducando. Termo administrativo brasileiro para a pessoa em cumprimento de pena. Preferível a “detento” ou “preso” na linguagem pastoral. Já carrega a expectativa do retorno.

Regime fechado, semiaberto, aberto. Três progressões previstas na LEP. Fechado: cela e trabalho interno. Semiaberto: trabalho externo autorizado, retorno noturno. Aberto: casa do albergado ou prisão domiciliar. A capelania trabalha os três, com método diferente para cada um.

Res. CNPCP 34/2024. Resolução vigente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Regulamenta a assistência socio-espiritual no sistema prisional. Veda proselitismo. Art. 15 §4º dispensa formação teológica formal do capelão, mas exige vínculo institucional comprovado.

Casa do Egresso. Modalidade de acolhimento do ICN. Recebe o egresso nas primeiras 72 horas após a saída, dentro da janela crítica.

SEAPE. Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal. Estrutura operacional que gere as unidades. Responsável pelo credenciamento de capelães via Portaria 58/2015.

SEJUS. Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Estrutura política acima da SEAPE. Assina os termos de parceria institucional com organizações religiosas.

SESIPE. Subsecretaria do Sistema Penitenciário. Camada intermediária entre SEJUS e SEAPE em alguns estados. No DF, a estrutura foi reorganizada e a sigla aparece em documentos históricos.

Sistema CHAVE. Método autoral do Pr. Fernando Costa. Cinco letras: Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura. Doze meses de formação: seis de base técnica, seis de mentoria prática em campo.

Trauma vicário. Desgaste emocional que o capelão acumula por exposição prolongada ao sofrimento alheio. Não é fraqueza espiritual. É lesão profissional. Sem cuidado do cuidador, a vocação queima.

Vivência. Quarta letra do Sistema CHAVE. Etapa em que o capelão em formação acompanha um mentor sênior dentro da unidade, sem assumir liderança. Olhar antes de falar. Escutar antes de ensinar.

paratexto

Apêndice: Apêndice C — Legislação anotada

Lei não substitui chamado. Mas chamado sem lei vira invasão.

Você precisa conhecer cinco textos. Não para citar de cor no portão da unidade. Para saber, quando o agente disser “aqui não entra”, se ele está certo ou errado. A diferença entre as duas coisas é a diferença entre voltar pra casa ou voltar amanhã.

Vai por partes.

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, INCISO VII

“é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.”

Trinta e cinco palavras. O Brasil inteiro nasce delas. Presídio é entidade civil de internação coletiva. A Constituição não pergunta se o diretor concorda. Não pergunta se o capelão é da denominação certa. Assegura. Verbo no presente do indicativo, voz passiva, sujeito oculto: o Estado.

O que isso significa pra você, no portão, com a Bíblia debaixo do braço? Significa que o seu direito de entrar não nasce da boa vontade do diretor. Nasce da Carta de 88. Quem barra arbi-

trariamente está descumprindo a Constituição. Quem entra sem cadastro está, também, fora dela. Os dois lados precisam da regra.

uma coisa. O texto diz “nos termos da lei”. Quer dizer: a Constituição garante, mas remete a regulamentação a leis ordinárias. É por isso que existem os outros quatro documentos abaixo.

2. LEI DE EXECUÇÃO PENAL, LEI

7.210/1984, ART. 24

“A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.”

Três comandos, três armadilhas pastorais.

O caput garante a posse de livros de instrução religiosa. Bíblia, hinário, manual de discipulado. O preso tem direito de ter. Se você levou e foi recolhido na revista, há fundamento legal pra reclamar. Não bate de frente com o agente, registra por escrito na coordenação.

O parágrafo primeiro fala em “local apropriado”. Não diz capela construída. Pode ser o pátio, a sala multiuso, o refeitório fora do horário. Aqui mora a brecha que muitas unidades exploram pra dizer “não tem espaço”. Tem. A lei obriga. Você não exige catedral, exige um canto digno.

O parágrafo segundo é o mais ignorado por capelão evangélico afobado. Ninguém pode ser *obrigado* a participar. Significa: a fila do culto é opt-in. Quem não quer, não vai. Você não pressiona o agente a “encher o salão”. Pressão gera resistência, resistência gera portaria fechada, portaria fechada acaba com o seu trabalho. Respeito ao parágrafo segundo é, na prática, o que mantém o seu cadastro vivo.

3. LEI 9.982/2000, ARTS. 1º E 2º

“Art. 1º Aos religiosos de todas as confissões assegura-se o acesso aos hospitais da rede pública ou privada, bem como aos estabelecimentos prisionais civis ou militares, para dar atendimento religioso aos internados, desde que em comum acordo com estes, ou com seus familiares no caso de doentes que já não mais estejam no gozo de suas faculdades mentais.

Art. 2º Os religiosos chamados a prestar assistência nas entidades definidas no art. 1º deverão, em suas atividades, acatar as determinações legais e normas internas de cada instituição hospitalar ou penal, a fim de não pôr em risco as condições do paciente ou a segurança do ambiente hospitalar ou prisional.”

Lei curta. Duas linhas que fecham o ciclo iniciado em 88.

O Art. 1º expande: “religiosos de todas as confissões”. Não há monopólio evangélico, católico, espírita, umbandista. Todos têm direito. Quando você reclama do colega de outra denominação que “tá tomando o seu horário”, você está, juridicamente, errado. A casa é grande.

O Art. 2º é o freio. “Acatar as determinações legais e normas internas”. A unidade tem regimento. Você cumpre. Reclama por escrito, recorre, processa se for o caso, mas no portão você cumpre. Capelão que entra brigando com o agente perde o cadastro e leva junto a igreja toda.

4. RESOLUÇÃO CNPCP Nº 34/2024

Substituiu a Res. 8/2011. Três pontos que mudam o seu dia.

Primeiro: o termo deixa de ser “assistência religiosa” e passa a “assistência socio-espiritual”. Parece detalhe. Não é. A palavra abre espaço para tradições não-confessionais, terapias de pertencimento, círculos restaurativos. Você continua fazendo o que faz, mas dentro de um guarda-chuva mais amplo.

Segundo: veda expressamente o proselitismo. Você pode pregar o Evangelho? Pode. O que não pode é condicionar atendimento, alimento, contato com família, a conversão. A linha é fina. Atravessou, perdeu o cadastro.

Terceiro, o mais comentado: Art. 15, § 4º. Dispensa formação teológica formal para o assistente religioso. Significa que o irmão da igreja do bairro, sem seminário, pode ser cadastrado. A resolução reconhece o que o campo sempre soube: chamado não nasce em academia. Mas atenção, dispensa de teologia não é dispensa de método. É exatamente por isso que este livro existe.

5. PORTARIA SEAPE/SEJUS 58/2015 (DISTRITO FEDERAL)

Norma local, mas espelha o que outros estados praticam. Cadastro obrigatório. Vinte representantes por instituição cadastrada. Quatro entradas simultâneas por dia em cada unidade.

Traduz na rotina assim: a sua igreja se cadastra como pessoa jurídica, indica até vinte nomes, esses nomes são fichados (foto, RG, atestado de antecedentes), e a partir daí podem entrar. Mas, em qualquer dia, só quatro deles ao mesmo tempo. Quem chega de quinto espera ou volta.

Parece burocracia. É proteção. Proteção do preso (contra capelão fantasma), do agente (contra invasor), da unidade (contra incidente). Quem reclama do cadastro nunca viu o que acontece quando ele falha.

EM TRAMITAÇÃO, ATENÇÃO

PDL 229/2024 e PDL 258/2024, na Câmara Legislativa do DF, e o PL 1.988/2021, ainda na CLDF, mexem em pontos da assistência religiosa local. Não estão em vigor. Você não cita projeto em discussão como se fosse lei.

Conhece o texto. Cumpre o texto. E lembra: a lei abre a porta. Quem entra é você.

paratexto

Apêndice: Apêndice D — Modelos de documentos

Documento não é burocracia. Documento é prova de que você existe dentro do sistema.

Quem não registra, não entrou. Quem não assina, não fica. O Estado precisa de papel. A direção precisa de papel. A unidade precisa de papel. Você precisa de papel. Cinco modelos. Use, adapte, imprima, leve na pasta. Cada um responde a uma pergunta concreta do campo.

1. DECLARAÇÃO DE FILIAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

A Resolução CNPCP 34/2024, no Art. 15 §4º, dispensa formação teológica formal. Mas exige vínculo institucional declarado pelo dirigente da entidade. Sem essa declaração assinada, o nome do voluntário não entra no cadastro. Modelo:

Eu, (nome do dirigente), portador do RG (número) e CPF (número), na qualidade de (presidente, pastor titular, coordenador) da (razão social da instituição), CNPJ (número), com sede em (endereço completo), DECLARO, para fins de credenciamento junto à (SEJUS/SEAPE/órgão estadual), que (nome completo do voluntário), RG (número), CPF (número), integra esta instituição como (função: capelão, volun-

tário de assistência religiosa, ministro auxiliar) desde (data), estando autorizado a representá-la nas atividades de assistência religiosa em estabelecimentos prisionais, conforme Lei 7.210/1984 Art. 24, Lei 9.982/2000 e Resolução CNPCP 34/2024.

Local, data. Assinatura, carimbo e reconhecimento de firma quando exigido.

2. OFÍCIO À DIREÇÃO SOLICITANDO PRIMEIRA VISITA

Você foi credenciado. Ótimo. Agora precisa entrar na unidade. A direção decide o calendário, não você. Ofício curto, formal, sem teologia:

Ofício nº (número/ano)

A Sua Senhoria o (Senhor Diretor/Senhora Diretora) (nome completo)

(Nome da unidade prisional)

(Cidade/UF)

Senhor Diretor, cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste solicitar autorização para visita pastoral inicial na unidade sob sua direção, em data e horário a serem definidos pela administração, conforme disponibilidade. A visita tem como objetivo apresentar a (nome da instituição), credenciada sob o registro (número), e dialogar sobre o programa de assistência religiosa que pretendemos oferecer aos reeducandos que voluntariamente manifestarem interesse, em estrita observância à Resolução CNPCP 34/2024, que veda proselitismo e respeita a livre adesão. Coloco-me à disposição para esclarecimentos e para adequar o cronograma às rotinas de segurança da unidade. Atenciosamente, (nome, função, telefone, e-mail).

Imprima duas vias. Uma fica protocolada. A outra volta com você, carimbada.

3. REGISTRO DE VISITA PASTORAL

Toda visita gera registro. Sem registro, não houve visita. Sem visita registrada, não há histórico. Sem histórico, não há programa.

Folha simples, uma por encontro:

Data: // ____ Horário de entrada: : Horário de saída: :

Unidade: ____ Ala/Pavilhão/Cela: ____

Capelão responsável: ____

Acompanhantes (até 3, conforme Portaria SEAPE/SEJUS 58/2015 art. 20): ____

Número de reeducandos atendidos: ____

Identificação (iniciais ou matrícula, nunca nome completo em registro arquivado): ____

Temas abordados (ex.: luto, conflito familiar, fé, retorno ao trabalho, vínculo com filhos): ____

Encaminhamentos solicitados pelo reeducando (Bíblia, contato familiar via assistente social, atendimento jurídico via Defensoria, inclusão em estudo bíblico semanal): ____

Observações relevantes para a equipe (sem violar sigilo pastoral): ____

Assinatura do capelão: ____ Carimbo: ____

Guarda em pasta cronológica. Backup digital, sem nomes completos. O registro protege o reeducando, a instituição e você.

4. TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA CHAVE

O programa CHAVE não é informal. Quem entra, assina. Quem assina, sabe no que está entrando. Doze meses, seis técnicos e seis de mentoria. O termo deixa isso explícito:

Eu, (nome completo), matrícula prisional (número), encontrando-me em (situação: cumprindo pena no regime ____ / em liberdade após cumprimento / em livramento condicional), declaro adesão voluntária ao Sistema CHAVE — Chamado, Humildade, Atenção, Vivência, Estrutura, promovido pelo Instituto Começar de Novo, CNPJ 39.470.308/0001-36. Comprometo-me a participar dos doze meses do programa, sendo os seis primeiros de formação técnica e os seis seguintes de mentoria prática super-

visionada. Reconheço que o programa exige presença regular, postura ética e disposição para acolher correção fraterna. Estou ciente de que minha adesão é livre, podendo ser revogada por mim a qualquer tempo, sem prejuízo de futuras reaproximações. Estou ciente também de que comportamentos incompatíveis com o método podem motivar desligamento, mediante diálogo prévio com a coordenação. Local, data. Assinatura do participante. Assinatura do mentor responsável. Assinatura do coordenador do Instituto.

5. LISTA DE CHECAGEM PRÉ-VISITA

Não confie na memória. Antes de sair de casa:

Credencial dentro da validade. Documento oficial com foto. Ofício de visita ou agenda confirmada por escrito. Pasta de registros em branco para o dia. Caneta azul (vermelha some na cópia). Bíblias em quantidade combinada com a direção, sem grifos prévios. Calçado fechado, roupa discreta, sem capuz, sem estampa religiosa explícita conforme orientação da unidade. Celular desligado para entregar na portaria. Bolso vazio de moedas, isqueiros, canivetes, comprimidos sem receita. Almoço leve antes da entrada (revista íntima é demorada). Tempo de deslocamento com 40 minutos de folga para a fila. Contato de emergência da instituição no caderno físico, não só no celular. Última checagem mental: você vai escutar mais do que falar. Vai sair sem nenhum recado pra ninguém de fora. Vai chegar na hora marcada da próxima visita.

Vocação sem método queima.

Documento é o método respirando.

paratexto

Apêndice: Apêndice E — Sobre o autor

Pr. Fernando Costa é pastor, fundador e presidente do Instituto Começar de Novo, organização sediada em Brasília que opera desde 2020 sob CNPJ 39.470.308/0001-36. A instituição nasceu de uma constatação simples e dolorosa. Quem sai da prisão precisa de pão, teto e oportunidade antes de qualquer sermão. O ICN sustenta hoje cinco frentes ativas. Capelania no sistema prisional do Distrito Federal. Acolhimento de egressos no primeiro mês pós-soltura. Apoio a famílias de pessoas privadas de liberdade. Cidade das Crianças, programa de proteção infantil. Articulação interinstitucional com igrejas locais para encurtar a distância entre teologia e calçada.

São mais de trinta anos no campo. Três décadas entrando em pavilhão, sentando no chão de cela, ouvindo história de homem que ninguém mais quer ouvir. Tempo suficiente para enterrar amigos, ver método dar certo, ver método quebrar, recomençar. Tempo suficiente para entender que vocação sem método queima. O Pr. Fernando construiu rede onde o estado não chega sozinho. Parcerias formais com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS), Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP), Associação dos Voluntários no Atendimento à População em Situação de Risco (AVASP), Defensoria

Pública, Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPEN), Secretaria de Administração Penitenciária do DF (SEAPE) e Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Essa malha não é vitrine. É operação.

Trinta anos não viram livro. Viram este livro.

CHAVE é a primeira obra publicada do autor. Não é memorial. Não é coleção de testemunhos. É manual. Tudo que está aqui foi forjado em cela, em cartório de SEAPE, em velório de egresso que não resistiu ao primeiro mês de rua. O Pr. Fernando escreve porque a igreja brasileira está perdendo o ponto. Voluntário entra na prisão com boa intenção e sai do sistema seis meses depois, queimado, frustrado, jurando nunca mais. O custo desse abandono tem nome e endereço. Está no índice de reincidência de 29% no primeiro mês registrado pelo DEPEN. Está no rosto da mãe que recebe o filho de volta e não sabe o que fazer com ele.

Pr. Fernando Costa segue presente no Instagram @pastorfernandocosta. O Instituto Começar de Novo está em @inc.osc e em www.institutocomecardenovo.com.br. Você pode escrever. Você pode visitar. Você pode entrar. A porta está aberta. O método também.